



UNIVERSIDADE FEDERAL DO ACRE
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-
GRADUAÇÃO CENTRO DE FILOSOFIA E
CIÊNCIAS HUMANAS PROGRAMA DE PÓS-
GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA: MESTRADO
EM GEOGRAFIA



SINEIDE PAULA DE ARAÚJO SANTOS

**SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM RIO BRANCO - AC: UMA ANÁLISE DOS
AGLOMERADOS SUBNORMAIS DA CIDADE**

**RIO BRANCO – AC
2024**

SINEIDE PAULA DE ARAÚJO SANTOS

**SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM RIO BRANCO - AC: UMA ANÁLISE DOS
AGLOMERADOS SUBNORMAIS DA CIDADE**

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre – UFAC, como requisito parcial para obtenção do título em mestra em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Victor Régio da Silva Bento.

Linha de Pesquisa: Território, Identidades e Trabalho.
Banca Examinadora

Prof. Dr. Victor Régio da Silva Bento

Orientador e presidente da Banca

Profa. Dr^a Renata Gomes de Abreu Freitas

Examinadora Externa– IFAC

Prof.^a Dr^a Maria de Jesus Morais

Examinadora Interna -PPGEO/UFAC

**RIO BRANCO – AC
2024**

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca Central da UFAC

- S237s Santos, Sineide Paula de Araújo, 1998 -
Segregação socioespacial em Rio Branco - AC: uma análise dos aglomerados subnormais da cidade / Sineide Paula de Araújo Santos; orientador: Prof. Dr. Victor Régio da Silva Bento. – 2024.
145 f.: il.; 30 cm.
- Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Acre, Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Geografia. Rio Branco, 2024.
Inclui referências bibliográficas e apêndice.
1. Segregação socioespacial. 2. Aglomerados subnormais. 3. Vulnerabilidade socioambiental. I. Bento, Victor Régio da Silva (orientador). II. Título.

CDD: 910

Bibliotecário: Uéliton Nascimento Torres CRB-11º/1074.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus que é meu sustento, meu alento, que permitiu chegar até aqui e acredito que tudo aconteceu conforme à sua vontade, por isso, posso dizer que “até aqui me ajudou o Senhor (1 Samuel 7:12)” me permitindo vivenciar cada momento desta etapa que mudou a minha vida.

Agradeço ao meu esposo Francinaldo Santos da Silva, Deus o colocou na minha vida ao longo do mestrado, nos casamos neste processo e ele sempre me apoiou, me incentivou, lia meus textos quando necessário e esteve comigo em todos os momentos, dos momentos mais difíceis até os momentos mais felizes. Não existem palavras para expressar tamanha gratidão por ter você em minha vida, você é incrível. Obrigada por tudo meu amor, Amo você.

Agradeço também a minha mãe que sonhou este sonho comigo e que esteve me apoiando em todos os momentos da minha vida, ela é minha base, meu exemplo de luta, exemplo de vida. Mãe, esta conquista é nossa! Agradeço também ao meu pai que sempre buscou me incentivar e me apoiar em todos os momentos, ele representa minha família paterna de maneira geral que sonhou comigo, meus avós que estiveram em todas as etapas da minha vida me incentivando e comemorando a minha conquista e em memória a Sebastião Alves de Araújo Filho (Xapuri), meu avô, que se estivesse aqui estaria mais feliz que todos, porque sempre me incentivou a estudar.

Ao longo desta etapa foram momentos de angústia desde a seleção até ao final, e todos esses momentos foram compartilhados com meus amigos e colegas de sala Hugo, Heyk e Rayane, que vivenciaram tudo juntamente comigo, sempre éramos o apoio uns dos outros e isto tornou momento difíceis mais leves. Obrigada amigos, vencemos! Vocês são guerreiros, inteligentes, pessoas maravilhosas que eu acredito que Deus colocou na minha vida.

Essa conquista foi um sonho realizado, passei por tantos momentos de medo e insegurança, mas sempre pude contar com um grande apoio nesta pesquisa e conquista do título, meu professor e orientador Dr. Victor Régio da Silva Bento, professor não tenho como agradecer todo o seu apoio, orientação, toda ajuda, obrigada por pegar na minha mão e direcionar um caminho, você foi luz, obrigada por toda paciência e dedicação, seus ensinamentos me ajudaram a chegar neste momento.

Agradeço ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre, na pessoa da coordenadora Dra. Maria de Jesus Moraes que se dedica intensamente ao programa e luta em prol dos alunos e das melhores condições de ensino, juntamente com sua vice Dra. Karina Furini da Ponte, que da mesma maneira que transforma a sala de aula em um

ambiente incrível de ensino, também busca as melhores condições para o programa. Vocês são inspirações desde a graduação a minha admiração só cresce.

Não poderia deixar de agradecer a Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelo financiamento desta pesquisa. Se não fosse o incentivo da instituição, não haveria possibilidades da realização deste sonho, vocês permitem a muitos indivíduos darem continuidade na vida acadêmica.

Agradeço também de forma especial a minha banca de qualificação e defesa, Profa. Dra. Renata Gomes de Abreu Freitas e a Prof. Dra. Maria de Jesus Morais, primeiramente por aceitarem ao convite do orientador e o desafio de ler todo o trabalho, agradeço por cada contribuição feita para melhoramento do trabalho, principalmente a Prof. Dra. Maria de Jesus Morais por seus escritos sobre o processo de urbanização de Rio Branco, que contribuiu para o trabalho. Vocês foram de extrema importância para o desenvolvimento e conclusão deste trabalho.

Agradeço ainda de forma especial a cada professor que foi um incentivo na graduação e pós-graduação. Não poderia citar nomes para não me perder, mas vocês não imaginam a diferença que vocês fazem na vida dos alunos, principalmente pela forma humana em tratar, pelo incentivo na vida acadêmica. Que vocês permaneçam incentivando e transformando vidas. Obrigada.

RESUMO

O espaço urbano das cidades capitalistas é caracterizado por desigualdades sociais, evidenciadas pela segregação socioespacial. Este processo é definido principalmente pelos agentes produtores do espaço urbano, eles são os diferentes atores sociais, econômicos e políticos que influenciam e moldam a estrutura e a organização das cidades. Esses agentes desempenham um papel crucial na formação das paisagens urbanas e na distribuição dos recursos e oportunidades dentro das cidades. Este desigual acesso aos recursos urbanos resulta em formas diferentes de ocupações das áreas urbanas que, muitas vezes, são definidas pelo fator econômico. As classes mais vulneráveis economicamente tendem a ocupar áreas que não são de interesse dos mercados imobiliários pela falta de infraestrutura e pela localização em áreas de risco ambiental como inundações e processos erosivos, as habitações nessas áreas resultam de diversos processos, mas principalmente as invasões, por conta do caráter precários das habitações nestas localidades, elas recebem diversas nomenclaturas. Para questões de recenseamento, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) definiu essas localidades como aglomerados subnormais que são habitações (51 unidades ou mais) que se encontram em áreas fora dos padrões urbanísticos estabelecidos pelo órgão, ou que se encontram em áreas de risco ambiental. Com isto, o objetivo principal deste trabalho é discutir as particularidades dos aglomerados subnormais da cidade de Rio Branco-Acre, pois apesar da homogeneidade da classificação estabelecida pelo IBGE, estes locais possuem diferenças entre si, desde a condição de risco, até a necessidade em torno da infraestrutura do local. Para alcançar o objetivo do trabalho foi necessário analisar os 37 aglomerados subnormais da cidade de Rio Branco, que foram classificados de acordo com os padrões urbanísticos do IBGE e a condição de vulnerabilidade ambiental desses aglomerados de acordo com a CEMANDEN (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais). Ao analisar quantitativamente estes aglomerados foi possível classificar e ver os que se encontram em piores condições urbanísticas, de infraestrutura de vulnerabilidade socioambiental, esta classificação resultou nos aglomerados do Taquari, São Sebastião e Aeroporto Velho como piores padrões urbanísticos e localizados em áreas de risco ou carentes de infraestrutura urbana como coleta de lixo, saneamento básico, tratamento de esgoto etc. Ao classificar estes aglomerados a etapa seguinte consistiu em entrevistas que permitiram compreender a realidade das populações que vivem nessas localidades e como é a presença do governo a partir das ações nestas localidades. Pode-se perceber que além de estarem de serem áreas abandonadas pela ação do poder público a população sofre também com os impactos causados pelas enchentes que trazem diversos danos. Esta população, muitas vezes, é esquecida e não tem as manutenções necessárias na sua infraestrutura urbana, geralmente, as populações que vivem nessas áreas são pessoas de baixas renda que se encontram segregadas principalmente pelo fator econômico, sendo a única opção de moradia.

Palavras-chave: Segregação socioespacial; Aglomerados subnormais; Vulnerabilidade socioambiental.

RESUMEN

El espacio urbano de las ciudades capitalistas se caracteriza por desigualdades sociales, evidenciadas por la segregación socioespacial. Este proceso está definido principalmente por los agentes productores del espacio urbano, que son los diferentes actores sociales, económicos y políticos que influyen y moldean la estructura y organización de las ciudades. Estos agentes desempeñan un papel crucial en la formación de los paisajes urbanos y en la distribución de recursos y oportunidades dentro de las ciudades. Este acceso desigual a los recursos urbanos resulta en formas diversas de ocupación de las áreas urbanas que, a menudo, están determinadas por el factor económico. Las clases más vulnerables económicamente tienden a ocupar áreas que no son de interés de los mercados inmobiliarios debido a la falta de infraestructura y a su ubicación en zonas de riesgo ambiental, como inundaciones y procesos erosivos. Las viviendas en estas áreas son el resultado de diversos procesos, pero principalmente de invasiones. Debido al carácter precario de las viviendas en estas localidades, reciben diversas denominaciones. Para fines de censo, el IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) definió estas localidades como conglomerados subnormales, que son viviendas (51 unidades o más) que se encuentran en áreas fuera de los estándares urbanísticos establecidos por la institución, o en áreas de riesgo ambiental. Por ello, el objetivo principal de este trabajo es discutir las particularidades de los conglomerados subnormales de la ciudad de Rio Branco, Acre, ya que a pesar de la homogeneidad de la clasificación establecida por el IBGE, estos lugares presentan diferencias entre sí, desde la condición de riesgo hasta la necesidad de infraestructura en el lugar. Para alcanzar el objetivo del trabajo fue necesario analizar los 37 conglomerados subnormales de la ciudad de Rio Branco, que fueron clasificados de acuerdo con los estándares urbanísticos del IBGE y la condición de vulnerabilidad ambiental de estos conglomerados según CEMANDEN (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais). Al analizar cuantitativamente estos conglomerados fue posible clasificarlos y observar aquellos que se encuentran en peores condiciones urbanísticas, de infraestructura y de vulnerabilidad socioambiental. Esta clasificación resultó en los conglomerados de Taquari, São Sebastião y Aeroporto Velho como los que presentan peores estándares urbanísticos y están ubicados en áreas de riesgo o carecen de infraestructura urbana como recolección de basura, saneamiento básico, tratamiento de aguas residuales, etc. Al clasificar estos conglomerados, la siguiente etapa consistió en realizar entrevistas que permitieron comprender la realidad de las poblaciones que viven en estos lugares y cómo es la presencia del gobierno a través de sus acciones en estas localidades. Se pudo percibir que, además de ser áreas abandonadas por la acción del poder público, la población también sufre los impactos causados por las inundaciones, que generan diversos daños. Esta población, muchas veces, es olvidada y no recibe el mantenimiento necesario en su infraestructura urbana. Generalmente, las personas que viven en estas áreas son de bajos ingresos y están segregadas principalmente por el factor económico, siendo su única opción de vivienda.

Palabras clave: Segregación socioespacial; Conglomerados subnormales; Vulnerabilidad socioambiental.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1: Localização dos AGSN por municípios Brasil	40
FIGURA 2: Aglomerados subnormais de Rio Branco – IBGE (2010)	55
FIGURA 3: Aglomerados subnormais de Rio Branco (2019)	57
FIGURA 4: Áreas de Risco Geológico de Acordo com o PDDU Rio Branco (2016).....	60
FIGURA 5: Condomínios e residenciais na BR-364 Via verde em um trajeto de aproximadamente 4km entre o Via Verde Shopping e Faculdade Uninorte (Rio Branco)	62
FIGURA 6: Condomínios de alto status social presentes na via verde às margens da Via Verde	63
FIGURA 7: Propaganda dos grandes projetos imobiliários em Rio Branco	64
FIGURA 8: Beco de acesso do AGSN Cubatão (SP)	70
FIGURA 9: Rua Jatobá em AGNS Ayrton Senna – Rio Branco (AC)	70
FIGURA 10: Trecho do Bairro Preventório em 2002	75
FIGURA 11: Trecho do Bairro Preventório em 2024	75
FIGURA 12: Localização do AGSN 01 - Adalberto Aragão.....	80
FIGURA 13: Aeroporto Santos Dumont em Rio Branco (Ac) (1949).....	83
FIGURA 14: Homenagem prestada a João Eduardo.....	84
FIGURA 15: Aglomerados Subnormais da cidade de Rio Branco localizados em área de aquífero.....	85
FIGURA 16: Aglomerados subnormais localizados em setores de risco geológico.....	86
FIGURA 17: Cheia de 2024 no bairro Taquari	90
FIGURA 18: Ação da SMCCI na Limpeza dos bairros atingidos pela alagação.....	94
FIGURA 19: Entrega do Kit Limpeza e Cestas básicas para famílias atingidas.....	94
FIGURA 20: Unidade de Saúde Hidalgo de Lima durante cheia de 2015.....	95
FIGURA 21: Condição da Rua em AGSN – São Sebastião	96
FIGURA 22: Acúmulo de lixo em rua de AGSN São Sebastião	97
FIGURA 23: AGSN Nova Esperança (2002).....	98
FIGURA 24: AGSN – Taquari (2002)	99
FIGURA 25: Localização do AGSN 02 – Aeroporto Velho.....	109
FIGURA 26: Localização do AGSN 03 - Alto Alegre.....	110
FIGURA 27: Localização do AGSN 04 - Areal.....	111
FIGURA 28: Localização do AGSN 05 - Ayrton Senna	112
FIGURA 29: Localização do AGSN 06- Baixada da Cadeia Velha	113

FIGURA 30: Localização do AGSN 07- Baixada da Habitasa.....	114
FIGURA 31: Localização do AGSN 08- Belo Jardim	115
FIGURA 32: Localização do AGSN 09- Benfica	116
FIGURA 33: localização do AGSN 10- Caladinho	117
FIGURA 34: Localização do AGSN 11- Canaã.....	118
FIGURA 35: Localização do AGSN 12- Casa Nova	119
FIGURA 36: Localização do AGSN 13- Cidade Nova.....	120
FIGURA 37: Localização do AGSN 14 – Comara	121
FIGURA 38: Localização do AGSN 15 – Dom Giocondo	122
FIGURA 39: Localização do AGSN 16 – Hélio Melo.....	123
FIGURA 40: Localização do AGSN 17 – Invasão do Amapá	124
FIGURA 41: Localização do AGSN 18 – Invasão do Sabiá.....	125
FIGURA 42: Localização do AGSN 19 – Jardim Primavera.....	126
FIGURA 43: Localização do AGSN 20 – João Eduardo II	127
FIGURA 44: Localização do AGSN 21 – Laélia Alcântara	128
FIGURA 45: Localização do AGSN 22 – Morada do Sol	129
FIGURA 46: Localização do AGSN 23 - Nova Esperança	130
FIGURA 47: Localização do AGSN 24 – Palheral.....	131
FIGURA 48: Localização do AGSN 25 – Parque das palmeiras	132
FIGURA 49: Localização do AGSN 26 – Paz	133
FIGURA 50: Localização do AGSN 27 – Pista	134
FIGURA 51: Localização do AGSN 28 – Preventório	135
FIGURA 52: Localização do AGSN 29 – Recanto dos Buritis	136
FIGURA 53: Localização do AGSN 30 – São Francisco	137
FIGURA 54: Localização do AGSN 31 – São Sebastião.....	138
FIGURA 55: Localização do AGSN 32 – Seis de Agosto.....	139
FIGURA 56: Localização do AGSN 33 – Sobral	140
FIGURA 57: Localização do AGSN 34 – Taquari	141
FIGURA 58: Localização do AGSN 35 – Triângulo	142
FIGURA 59: Localização do AGSN 36 – Vila Acre	143
FIGURA 60: Localização do AGSN 37 – Vitória.....	144

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Comparativo de dados dos Aglomerados subnormais do Brasil 2010-2019.....	67
QUADRO 2: Aglomerados Subnormais do Estado do Acre 2019 – Quantidade e número de municípios	68
QUADRO 3: Padrões Urbanísticos analisados pelo IBGE para definições dos critérios dos AGSN	77
QUADRO 4: Modelo de análise quantitativa do AGSN 01 Adalberto Aragão	79
QUADRO 5: Análise quantitativa do AGSN 02 – Aeroporto Velho.....	109
QUADRO 6: Análise quantitativa do AGSN 03 – Alto Alegre	110
QUADRO 7: Análise quantitativa do AGSN 04 – Areal	111
QUADRO 8: Análise quantitativa do AGSN 05 – Ayrton Senna	112
QUADRO 9: Análise quantitativa do AGSN 06 – Baixada da Cadeia Velha.....	113
QUADRO 10: Análise quantitativa do AGSN 07 – Baixada da Habitasa	114
QUADRO 11: Análise quantitativa do AGSN 08 – Belo Jardim.....	115
QUADRO 12: Análise quantitativa do AGSN 09 – Benfica.....	116
QUADRO 13: Análise quantitativa do AGSN 10 – Caladinho.....	117
QUADRO 14: Análise quantitativa do AGSN 11 – Canaã	118
QUADRO 15: Análise quantitativa do AGSN 12 – Casa Nova.....	119
QUADRO 16: Análise quantitativa do AGSN 13 – Cidade Nova	120
QUADRO 17: Análise quantitativa do AGSN 14 – Comara	121
QUADRO 18: Análise quantitativa do AGSN 15 – Dom Giocondo	122
QUADRO 19: Análise quantitativa do AGSN 16 – Hélio Melo.....	123
QUADRO 20: Análise quantitativa do AGSN 17 – Invasão do Amapá	124
QUADRO 21: Análise quantitativa do AGSN 18 – Invasão do Sabiá.....	125
QUADRO 22: Análise quantitativa do AGSN 19 – Jardim Primavera.....	126
QUADRO 23: Análise quantitativa do AGSN 20 – João Eduardo II.....	127
QUADRO 24: Análise quantitativa do AGSN 21 – Laélia Alcântara.....	128
QUADRO 25: Análise quantitativa do AGSN 22 – Morada do Sol	129
QUADRO 26: Análise quantitativa do AGSN 23 – Nova Esperança.....	130
QUADRO 27: Análise quantitativa do AGSN 24 – Palheral	131
QUADRO 28: Análise quantitativa do AGSN 25 – Parque das Palmeiras	132
QUADRO 29: Análise quantitativa do AGSN 26 – Paz	133
QUADRO 30: Análise quantitativa do AGSN 27 – Pista	134
QUADRO 31: Análise quantitativa do AGSN 28– Preventório	135

QUADRO 32: Análise quantitativa do AGSN 29 – Recanto dos Buritis.....	136
QUADRO 33: Análise quantitativa do AGSN 30 – São Francisco.....	137
QUADRO 34: Análise quantitativa do AGSN 31 – São Sebastião.....	138
QUADRO 35: Análise quantitativa do AGSN 32 – Seis de Agosto	139
QUADRO 36: Análise quantitativa do AGSN 33 – Sobral.....	140
QUADRO 37: Análise quantitativa do AGSN 34 – Taquari.....	141
QUADRO 38: Análise quantitativa do AGSN 35 – Triângulo	142
QUADRO 39: Análise quantitativa do AGSN 36 – Vila Acre	143
QUADRO 40: Análise quantitativa do AGSN 37 – Vitória.....	144

LISTA DE TABELAS

TABELA 1: Cidades/Municípios com Aglomerados Subnormais por Região (2010)	39
TABELA 2: Aglomerados Subnormais de Rio Branco localizados em setores de risco geológico ou área de aquífero.....	58
TABELA 3: Regionais de Rio Branco e Aglomerados Subnormais.....	71
TABELA 4: Aglomerados Subnormais de Rio Branco quanto localização nas regionais administrativas por ordem da área e regional	72
TABELA 5: Classificação dos aglomerados subnormais segundo critérios de padrões urbanísticos e vulnerabilidade	81

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1: Percentual Aglomerados subnormais no estado do Acre 2019	38
GRÁFICO 2: Localização dos AGSN de acordo com o risco ambiental	74

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 1- A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E PRECARIEDADE HABITACIONAL NA CIDADE	19
1.1 Abordagens sobre a produção do espaço urbano.....	20
1.2 Segregação socioespacial: definições e escalas de análise	30
1.3 Os aglomerados subnormais como produto da exclusão social no espaço urbano	36
CAPÍTULO 2 – A QUESTÃO DA MORADIA EM RIO BRANCO – FORMAÇÃO DA CIDADE E A CONDIÇÃO DE VULNERABILIDADE AMBIENTAL	42
2.1. Rio Branco: formação urbana e informalidade habitacional	43
2.2. Risco e vulnerabilidade: O meio ambiente como fator atenuante da segregação e vulnerabilidade em Rio Branco	52
2.3. Panorama dos aglomerados subnormais em Rio Branco.....	66
CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM RIO BRANCO-ACRE	75
3.1. Categorizando os aglomerados subnormais em Rio Branco	76
3.2. Investigando as condições socioambientais a mutabilidade nos aglomerados subnormais	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	99
REFERÊNCIA.....	104
APÊNDICES	108

INTRODUÇÃO

O crescimento do espaço urbano da cidade capitalista acentua as desigualdades sociais, à medida que a cidade cresce e as classes sociais vão se consolidando, vão surgindo os problemas urbanos de ordem social, política e econômica. Existem diversos modelos análise do crescimento das cidades que vão acentuando as desigualdades sociais e a segregação socioespacial, um deles é modelo descrito por Kohl-Sjoberg (Corrêa, 2018), onde as áreas urbanizadas mais centrais tendem a ser ocupadas pelas altas classes sociais, o que gera uma valorização das terras e demais imóveis próximos dos centros urbanos, enquanto as áreas mais precárias e periféricas costumam ser habitadas por famílias em condição de vulnerabilidade socioeconômica, que implica diversos fatores que levam as populações a ocuparem essas áreas mais vulneráveis.

No entanto, a segregação socioespacial, por ser um fenômeno social relacionado a processos urbanos, ela está suscetível a constantes mudanças nas formas de ocupação e mobilidade dos grupos sociais ao longo do tempo. É um processo mutável e atemporal, pois depende do direcionamento que as elites dão ao desenvolvimento das cidades. Por isso é comum as cidades que ao longo da sua existência, que as elites ora se concentram nos centros urbanos, ora se deslocam para áreas mais afastadas em busca de áreas que tragam amenidade e conforto, fazendo surgir outros modelos de segregação socioespacial. Atualmente, com a influência do processo de descentralização, as áreas não-centrais têm se tornado atrativas para as classes de alto poder aquisitivo, principalmente porque parte dessa população busca se autossegregar em condomínios e loteamentos fechados distante do congestionamento das áreas centrais.

A condição de uso da terra varia de acordo com as classes sociais, enquanto uns necessitam da terra como valor de uso, outros visam na forma de obtenção de lucro da terra pelo valor de troca, e assim o espaço urbano se torna esse objeto de estudo complexo de compreensão das organizações sociais, onde as diferentes formas de valorização das terras levam a condições de habitações em locais diferentes e por classes sociais diferentes.

O espaço urbano é construído, organizado e reorganizado por diversos agentes que vão modelando o espaço, segundo Corrêa (1995), esses agentes são proprietários dos meios de produção, proprietários fundiários, o Estado, promotores imobiliários etc. A medida em que esses agentes que produzem e organizam o espaço, também vão dando novos contornos a cidade e definindo sua arquitetura, uma vez que através da ação dos mesmos, áreas que até então poderiam ser consideradas desvalorizadas, podem assumir novos papéis dentro da reorganização do espaço urbano, se tornando áreas de grandes investimentos imobiliários.

Com isso, as desigualdades vão se tornando cada vez mais evidentes à medida que o espaço cresce e os agentes vão definindo, de forma velada, as formas de uso da terra. Nesse contexto, a segregação socioespacial se materializa na construção do espaço geográfico, as altas classes, vão controlando e construindo a cidade conforme seus interesses.

A segregação socioespacial ocorre desde a antiguidade, faz parte de um processo de complexo, sendo uma consequência de mudanças na estrutura social, política e econômica no espaço urbano que vão alterando a realidade que já existia, assim o espaço, a sociedade e o fenômeno de segregação não são algo inerte e permanente. Corrêa (2018) aponta que a segregação socioespacial mostra configurações com diferentes temporalidades, mas que coexistem no mesmo espaço presente, com isso, o mesmo espaço pode apresentar diferentes modelos de segregação e em diferentes épocas.

Rio Branco, por exemplo, vem mostrando como é possível que os agentes transformadores do espaço constituam diferentes modelos de segregação ao longo de sua história. Ao se analisar a formação da cidade de Rio Branco e a sua história dentro da história do Estado do Acre é possível perceber que sempre houve uma separação dos grupos sociais, desde seu surgimento enquanto centro escoador, até o seu processo em se tornar capital, as áreas mais vulneráveis ambientalmente e socialmente, foram ocupadas por famílias em condições de vulnerabilidade vivendo em habitações precárias, principalmente às margens dos rios e igarapés. Assim como a ocupação da respectiva área do primeiro distrito, foi inicialmente sendo ocupada pela alta classe, e os bairros que foram surgindo distantes do centro e seguindo para as proximidades com os rios, foram muitas vezes, resultados de invasões.

O Acre teve cidades do interior que foram muito importantes na produção de látex, no entanto com a queda do ciclo da borracha na Segunda Guerra Mundial, e consequentemente, a decadência dos seringais, associado ao crescimento da fronteira agropecuária na década de 1970, ocasionou um aumento do fluxo migratório para a cidade de Rio Branco, resultando no processo de periferização dessas populações que perderam seus postos de trabalhos a chegada fronteira agropecuária e expropriação territorial dos seringais.

Ao chegar onde hoje é a cidade de Rio Branco, essas famílias passam a ocupar áreas irregulares para a moradia, começam a ter que lidar como fenômeno das enchentes sazonais do Rio Acre e seus afluentes, quando não ocupam às margens dos rios, muitas dessas famílias vão para áreas suscetíveis a constantes desmoronamentos ou constroem ocupações irregulares, as chamadas invasões em terrenos que pertencem ao estado ou a propriedade privada, que se torna uma problemática de constantes conflitos por moradia.

Posteriormente, muitas dessas invasões (ocupações irregulares) vão sendo ampliada e acabam se tornando bairros, em consequência desse crescimento desordenado associado a falta de planejamento por parte do estado, Rio Branco cresce margeada por uma desigualdade social e diversos problemas urbanos como moradias precárias, falta de saneamento básico, e consequentemente a violência urbana, essas áreas mais vulneráveis surgem em paralelo com umas algumas áreas que dispõem de excelentes infraestruturas e serviços básicos disponíveis a uma pequena parcela privilegiada da população. No entanto, maior parte da população ainda vive à mercê de ações do estado para melhorar sua qualidade de vida, maior parte da cidade de Rio Branco ainda possui diversas habitações em áreas que são consideradas de vulnerabilidade seja ambiental ou socioeconômica.

O problema habitacional é algo comum nas grandes cidades e normalmente está associado a um crescimento urbano acelerado, a falta de políticas públicas habitacionais e um planejamento urbano adequado. Com isso, surgem diversos assentamentos precários que carecem de algum tipo de infraestrutura, para compreender as condições desses assentamentos precários, sua localização, e como é a condição das famílias que estão em alguma condição de vulnerabilidade, o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) faz esse levantamento a partir do censo demográfico, e classifica essas áreas de assentamento precários como aglomerados subnormais (AGSN).

O IBGE (2013) classifica como aglomerado subnormal como “conjunto constituído de no mínimo 51 unidades habitacionais” que em sua maioria carecem de algum serviço público essencial podendo localizar-se em área pública ou particular. Na cidade de Rio Branco, o IBGE (2019) classifica 37 aglomerados subnormais, alguns estão localizados às margens do rio Acre, igarapé São Francisco e igarapé Judia que estão presentes na cidade, alguns localizam-se nas proximidades do centro da cidade, outros seguem para áreas não-centrais, mas que, normalmente apresentam alguma condição de vulnerabilidade ambiental.

Com isso, a pesquisa parte da seguinte problemática: quais as condições ambientais e o nível de assistência prestado as populações que vivem nos aglomerados subnormais da cidade de Rio Branco? Pois, apesar da aparente homogeneidade na definição considerada nas pesquisas do IBGE, os aglomerados subnormais possuem diferenciação internas, padrões urbanísticos diferentes, condições ambientais e econômicas que se diferem entre si. Alguns desses fatores são: a localização em áreas de aquíferos ou setores situados em áreas de risco geológico e em condição de vulnerabilidade socioambiental, a distância das áreas de melhor infraestrutura e economicamente dinâmica das cidades, assim como a escassez de serviços públicos disponíveis, podem potencializar a precarização dessas áreas informais.

Neste sentido, este trabalho foi desenvolvido a partir da investigação as condições existentes nesses aglomerados e sua relação com a formação histórica de Rio Branco. Este trabalho pertence a linha de pesquisa “Território, Trabalho e Identidade” do Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Acre (PPGEO/UFAC). Inicialmente o trabalho tinha como foco analisar os processos de segregação socioespacial na cidade de Boca do Acre-AM, porém a dificuldade em materiais bibliográficos sobre a cidade, juntamente com as abordagens feitas nas disciplinas do programa e discussão da temática com o orientador o recorte espacial foi mudado para Rio Branco-AC, por isso, a pesquisa passou a ser desenvolvida analisando a segregação socioespacial da cidade do ponto de vista dos aglomerados subnormais.

Esta pesquisa contribui para melhor compreensão do funcionamento do espaço urbano e seus fenômenos, e sua ocorrência dentro do espaço geográfico, que consiste na categoria que é o objeto de estudo da ciência geográfica, pois, no espaço geográfico é onde se materializa a relação homem/meio ou homem/natureza. Na geografia o espaço pode assumir diferentes dimensões, o espaço físico que se refere aos elementos naturais da Terra, como relevo, clima, ecossistema, recursos naturais (como água, minerais) e ecossistemas, e o espaço humanizado, onde concentra-se nas atividades humanas e a sociedade se organiza e transforma a natureza a partir do trabalho. Ela inclui aspectos como urbanização, distribuição populacional, atividades econômicas (agricultura, indústria, comércio), infraestrutura (estradas, ferrovias, edifícios), cultura e sociedade.

Com isso, a análise do espaço urbano dentro da geografia permite compreender a sucessão de problemas urbanos e sociais que estão atrelados ao crescimento acelerado e desordenado das cidades, que é uma consequência da urbanização.

A pesquisa tem como objetivo geral discutir as particularidades dos aglomerados subnormais da cidade de Rio Branco-Acre. Contemplando o objetivo geral da pesquisa foram definidos os seguintes objetivos específicos:

- Refletir sobre a produção do espaço urbano, compreendendo a influência do processo de segregação socioespacial associado ao crescimento das cidades.
- Discutir as problemáticas de moradia e a informalidade habitacional (aglomerados subnormais) na cidade de Rio Branco.
- Apresentar os aglomerados subnormais de Rio Branco de acordo com os padrões urbanísticos do IBGE, compreendendo suas particularidades e necessidades de intervenção por parte do poder do estado.

Os procedimentos metodológicos também chamados de metodologia consiste nos caminhos a serem percorridos ao longo da pesquisa, ou seja, além das técnicas utilizadas,

alinha-se também com a abordagem teórica e os objetivos que se pretende alcançar ao longo da pesquisa. (Minayo, 2012). Para isso são necessárias etapas importantes, como leitura e busca por referenciais bibliográficos, escolha do objeto de pesquisa, as etapas da pesquisa e os procedimentos que serão seguidos para análise do trabalho.

A geografia, como um ramo das ciências sociais busca compreender a relação homem e meio/natureza. Por muito tempo, a geografia tradicional, baseada nas ideologias do método positivista, era vista como uma ciência de descrição da terra, sendo influenciada pelos estudos desenvolvidos pelo Alexander Von Humboldt. Com a introdução das ideias de Carl Ritter, iniciou-se os estudos acerca do que, posteriormente, seria conhecido como a geografia humana, aperfeiçoado pelo geógrafo Friederich Ratzel.

Nesse momento, a geografia passa a ser vista como uma ciência que analisa as relações sociais, muito além do que descrever a terra, agora a geografia busca compreender como as relações entre o homem e natureza se materializam e transformam o espaço. Vale ressaltar, que as transformações metodológicas que a geografia sofreu ao longo da história, não foi um método ou abordagem eliminando outro, a geografia tradicional não deixa de existir, apenas passa a surgir outras formas de abordagem da ciência geográfica, que vão se transformando desde a geografia tradicional até a geografia marxista.

Como metodologia para o desenvolvimento da pesquisa foram utilizados os seguintes procedimentos:

a) Pesquisa bibliográfica e documental:

Baseia-se em alguns autores que discutem sobre a produção do espaço e produção do espaço urbano, além disso, foi discutido os processos que envolvem a segregação socioespacial no espaço urbano, assim como o surgimento dos aglomerados subnormais como produto da aceleração do urbano associado a segregação socioespacial. A pesquisa bibliográfica consiste na premissa de qualquer pesquisa científica, pois a busca por abordagens teóricas faz parte do início de qualquer trabalho científico, pois permite ao pesquisador conhecer melhor acerca de seu objeto de estudo sendo possível se familiarizar e perceber diferentes visões acerca da temática da qual se pretende trabalhar.

Para Marconi e Lakatos (2002, p.25) é “um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes”, por isso, na pesquisa foi discutido conceitos centrais da geografia como o espaço e espaço urbano, segregação socioespacial, e a conceitualização do IBGE acerca dos aglomerados subnormais. No caso de Rio Branco, a pesquisa bibliográfica foi feita em publicações e livros desenvolvidos por autores locais e autores que estudam a geografia urbana de Rio Branco,

também foi utilizado textos presentes em hemerotecas e jornais, juntamente com análise do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Rio Branco (PDDU) e documento de políticas habitacionais desenvolvidas na cidade como o projeto Companhia de Habitação Popular - COHAB.

b) Análise quantitativa:

Para compreender as especificidades dos aglomerados subnormais em Rio Branco, para desenvolvimento desta etapa foi necessário fazer um cruzamento e levantamento de dados com as bases do CEMADEN (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais) e a poligonal do aquífero Rio Branco, com os arquivos vetoriais dos Aglomerados Subnormais (AGSN).

Foi realizada uma análise utilizando imagens do Google Earth nos anos de 2023 e 2024, no entanto, para compreender as mutações sofridas pelos AGSN será utilizado um recurso conhecido como linha do tempo que permite ver o espaço em diferentes épocas, para compreender as mudanças sofridas, foi utilizado esse recurso para analisar os AGSN no ano de 2010, buscando compreender a evolução temporal e analisar a paisagem dos aglomerados subnormais da cidade de Rio Branco ao longo dos últimos 10 anos, com os dados obtidos foi feito um mapeamento através do software Quantum GIS.

A pesquisa quantitativa baseia em modelos estatísticos matemáticos para quantificação e coleta de dados, que resultam na criação de índices que possibilita conhecer seu objeto de pesquisa (Marconi e Lakatos, 2017). Esses levantamentos e sistematização de dados foram essenciais para o desenvolvimento das tabelas que auxiliaram na classificação dos aglomerados subnormais permitindo analisar as particularidades presentes em cada um deles.

c) Análise qualitativa e entrevista:

A partir dos resultados dos dados obtidos com a pesquisa quantitativa, foi feito uma classificação dos aglomerados subnormais que permitiu a obtenção de uma média matemática a partir do processo de criação de um índice baseado nos padrões urbanísticos e nos setores situados em áreas de risco geológico. Com a análise dos dados obtidos foi feito *rankeamento* dos AGSN, identificando, de acordo com a média obtida pelos padrões urbanísticos, os três de melhor e pior posição no índice, que resultou na entrevista com moradores e representantes da comunidade nos AGSN classificados com os piores padrões urbanísticos, que inclusive são áreas sujeitas as inundações do Rio Acre, a entrevista buscou detectar a presença do Estado (medidas de prevenção as inundações, ações antes e durante as enchentes, serviços de infraestrutura básica, como coleta de lixo e tratamento de esgoto) nos AGSN.

As entrevistas permitiram compreender a realidade das populações que vivem nessas localidades, os desafios que são enfrentados diariamente pelas famílias presentes em área que estão em condições de subnormalidade, por isso, a pesquisa qualitativa foi uma etapa importante para compreender as particularidades e dificuldades dessas localidades. A pesquisa qualitativa busca compreender a complexidade dos fenômenos sociais e essa realidade não é quantificada, pelo contrário, está carregada de experiências, saberes, vivências que transcendem estatísticas baseadas em modelos matemáticos, “preocupa-se com um nível de realidade que não pode ser quantificado” (Marconi e Lakatos, 2017).

Goldenberg (2015 *apud* Marconi e Lakatos, 2017) ressalta que não existe fórmulas, regras ou técnicas específicas para a pesquisa qualitativa, pois, depende do tipo de entrevista, de qual temática a ser trabalhada e, além disso, do olhar do pesquisador que não é um sujeito neutro, mas que está carregado de ideologias que influenciam na sua maneira de ver e interpretar o mundo e a sociedade, e o seu próprio objeto de pesquisa.

Apesar de não haver fórmulas para desenvolvimento da pesquisa qualitativa Marconi e Lakatos (2017) aponta algumas fases importantes para a abordagem qualitativa: a primeira consiste na leitura e reflexão de conhecimentos pré-existentes em relação ao seu objeto de estudo, a segunda etapa consiste na escolha do método (positivista, dialético, fenomenológico, etc.) que resultará na elaboração de uma teoria para compreender ou explicar os fenômenos, daí o investigador escolhe alguém do meio para comparar as proposições apresentadas nas bibliografias com a vivência do indivíduo no meio social, então, o passo seguinte consiste nas análises e interpretações desses dados para pode escrever suas percepções acerca do objeto de estudo.

Para desenvolvimento da entrevista foi utilizada a metodologia do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) que se trata de uma abordagem qualitativa amplamente utilizada nas ciências sociais que visa capturar e analisar as percepções coletivas e compartilhadas de um grupo sobre determinado tema. Figueiredo et al (2013) ressalta que a metodologia DSC tem como matéria-prima os depoimentos verbais dos sujeitos que captam o pensamento coletivo. Segundo Duarte et al (2009) a metodologia consiste na utilização de trechos literais de depoimentos que revelam a essência do conteúdo do que está sendo representado, sendo comum, aos sujeitos que participam deste processo.⁷

A pesquisa está estruturada em três capítulos que foi sistematizando o conteúdo desta pesquisa. O capítulo um – Segregação socioespacial e precariedade habitacional da cidade – traz uma conceitualização e discussão acerca do crescimento do espaço urbano juntamente com o processo de segregação socioespacial e os problemas urbanos habitacionais, como os

surgimentos dos assentamentos precários, que surgem a partir da urbanização acelerada da cidade que estão relacionados com a exclusão social das populações mais abastadas.

O segundo capítulo que tem por título “A questão da moradia em Rio Branco”, discute a formação histórica e o crescimento urbano da cidade atrelado a informalidade habitacional, onde buscou perceber o impacto da formação histórica da cidade com a segregação das populações mais carentes que estavam em busca por melhores condições de vida na cidade após a chegada da fronteira agropecuária. Além disso, foi feito uma análise da relação entre vulnerabilidade ambiental e segregação socioespacial na cidade de Rio Branco apontando que as populações mais segregadas estão presentes nas áreas de maior instabilidade ambiental.

No capítulo três, que tem por título “Análise da segregação socioespacial em Rio Branco-Acre”, foi investigado as condições das populações que vivem nos aglomerados subnormais, principalmente, os que estão presentes em áreas de enchente, de acordo com a classificação dos padrões urbanísticos os aglomerados com os piores índices foi o AGSN – São Sebastião, AGSN – Taquari e AGSN – Aeroporto Velho. Dois destes aglomerados, além da carência de infraestrutura, pois são áreas de pouco investimento, também sofrem com a problemática ambiental das enchentes do Rio Acre, resultando em diversos impactos sociais e ambientais para as populações que habitam essas áreas, por isso, através da experiência compartilhada pelos moradores e representantes de bairro, foi possível compreender como é a realidade das famílias que vivem nessas condições de vulnerabilidade tanto social como ambiental.

CAPÍTULO 1- A SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E PRECARIEDADE HABITACIONAL NA CIDADE

Para compreender o fenômeno da segregação socioespacial é necessário entender que este processo faz parte da dinâmica de crescimento do espaço urbano. Para isso, o ponto 1.1 explica como o espaço é visto dentro da ciência geográfica, e como a produção do espaço urbano é um produto das relações sociais e as formas como elas vão se estabelecendo dentro da cidade, criando condições de segregação e desigualdade dentro da cidade.

O conceito de segregação socioespacial está relacionado com o crescimento desordenado do espaço urbano e intensos fluxos de migrações. Diante disso, o tópico 1.2 discute questões referentes ao conceito de segregação, ao analisar o conceito é possível perceber as escalas, assim como entender que é um processo variável de acordo com o tempo, apontando que o mesmo espaço pode ter diferentes tipos de segregação, em momentos históricos distintos.

Com isso a segregação socioespacial é fruto do crescimento do espaço urbano, que muitas vezes é moldado pelos agentes que produzem o espaço conforme interesse das elites, que tem como consequência a exclusão das populações mais pobres, que sem condições de habitar locais de grande valor imobiliário, costuma ocupar áreas de risco, ou morar em locais inapropriados, ou até mesmo invasões.

Baseado nessa desigualdade existente entre as populações que habitam o espaço urbano, as formas de segregação resultam na concepção dos assentamentos precários, que são algumas moradias que não dispõem de certos serviços básicos. Com isto, o IBGE, classifica essas localidades como Aglomerado Subnormais (AGSN). O ponto 1.3 busca conceituar o que são esses aglomerados, os critérios que o IBGE utiliza para classificação e como o surgimento desses aglomerados dentro do espaço urbano, são produto da exclusão social da população mais pobre pelas elites e o mercado imobiliário, que constroem grandes projetos de moradias, como os condomínios, que resultam numa supervalorização do terreno local e sua circunvizinhança, dificultando o acesso da população a essas áreas.

1.1 Abordagens sobre a produção do espaço urbano

O espaço é uma das categorias presentes na geografia, sendo um dos principais objetos de estudos da ciência geográfica, pois, no espaço geográfico é onde se pode perceber a relação homem/meio. Quando se pesquisa espaço, existem amplos significados e dimensões para o conceito, na geografia é o objeto de estudo da ciência e auxilia na compreensão das demais categoria (paisagem, lugar, território, região), nessa perspectiva, a constituição do espaço geográfico representa um conjunto matemático onde ele é a materialização da união entre as demais categorias.

De forma mais abrangente e completa, o espaço geográfico, categoria considerada objeto de estudo da geografia, é o local onde ocorrem as transformações do meio e da sociedade, é no espaço geográfico que fica visível a atuação do homem sobre a natureza, e sua dominação e transformação desses espaços em grandes áreas humanizadas e urbanizadas.

Para Santos (1986) o espaço é uma instância da sociedade e está ligado a outras instâncias econômicas, culturais e ideológicas, o espaço está dotado de um conjunto de diversos elementos e funções, sejam eles elementos artificiais, a partir das construções, sejam elementos culturais e ideológicos, cada espaço possui a sua dinâmica e singularidade. O espaço não é homogêneo, mas sim diferenciado e desigual, resultado das dinâmicas complexas que moldam as paisagens urbanas e rurais.

Lefebvre (2006) também trabalha com a ideia de que o espaço é um produto social, ou seja, o espaço só existe a partir do momento em que o homem comprehende sua capacidade de transformar o local onde vive, de dominar a natureza e de se organizar em sociedade, por isso, o espaço é resultado das atividades humanas, das relações sociais e das práticas cotidianas. Nesse sentido, o espaço é construído e moldado pelas interações sociais e pelas forças econômicas e políticas que atuam sobre ele. A partir disso, Lefebvre (2006) distingue o espaço a partir de três dimensões: vivido, percebido e concebido. O espaço percebido se refere à experiência sensorial imediata do espaço, o espaço vivido envolve as experiências emocionais e subjetivas que o sujeito tem do espaço, e o espaço concebido é o espaço planejado e representado, muitas vezes de forma abstrata, por arquitetos, urbanistas e poderes políticos.

[...] no espaço percebido, a realidade cotidiana (o emprego do tempo) e a realidade urbana (os percursos e redes ligando os lugares do trabalho, da vida “privada”, dos lazeres). Associação surpreendente, pois ela inclui em si {pressupõe} a separação exacerbada entre esses lugares que ela religa. A competência e a performance espaciais próprias a cada membro dessa sociedade só se examinam empiricamente. A prática espacial “moderna” se define, portanto, pela vida cotidiana de um habitante de HLM no subúrbio, caso-limite e significativo; o que não autoriza negligenciar as auto-estradas e a aero-política. Uma prática espacial deve possuir uma certa coesão, o que não quer dizer uma coerência (intelectualmente elaborada: concebida e lógica).

[...] as representações do espaço, ou seja, o espaço concebido, aquele dos cientistas, dos planificadores, dos urbanistas, dos tecnocratas “retalhadores” e “agenciadores”, de certos artistas próximos da científicidade, identificando o vivido e o percebido ao concebido (o que perpetua as sábias especulações sobre os Números: o número de ouro, os módulos e “canhões”). É o espaço dominante numa sociedade (um modo de produção). As concepções do espaço tenderiam (com algumas reservas sobre as quais será preciso retornar) para um sistema de signos verbais, portanto, elaborados intelectualmente.

[...] o espaço vivido através das imagens e símbolos que o acompanham, portanto, espaço dos “habitantes”, dos “usuários”, mas também de certos artistas e talvez dos que descrevem e acreditam somente descrever: os escritores, os filósofos. Trata-se do espaço dominado, portanto, suportado, que a imaginação tenta modificar e apropriar. De modo que esses espaços de representação tenderiam (feitas as mesmas reservas precedentes) para sistemas mais ou menos coerentes de símbolos e signos não verbais. (LEFEBVRE, 2006, p.39-40).

Ao compreender o espaço é importante saber como este foi sendo produzido ao longo do tempo, sendo decorrente das transformações no sistema capitalista que foi moldando o espaço, a sociedade e a maneira de se organizar. As crises vivenciadas pelo sistema capitalista trouxeram profundas transformações nos meios de produção e consequentemente na sociedade, principalmente da crise vivenciada pelo capitalismo após a década de 1970, esse período foi marcado por uma série de transformações significativas no espaço geográfico global devido a mudanças políticas, econômicas, tecnológicas, sociais e ambientais.

Algumas das transformações mais significativas incluem a globalização, um processo que resultou em uma maior interconexão entre países e regiões em todo o mundo, além de mudanças na Divisão Internacional do Trabalho, que mecanizou o processo produtivo e com a independência de muitos países que eram colônias, transformou a relação entre colônia e metrópole, onde uma oferecia matéria-prima e a outra continha as indústrias. Com a Nova Divisão do Trabalho e as mudanças na relação burguesia e proletariado, associado ao aumento do comércio internacional e as relações sociais, políticas e econômicas entre os países, levou à mobilidade de capitais e à mão de obra, bem como à difusão de culturas e ideias em escala global, assim também transformou as relações de trabalho e, consequentemente, as relações sociais.

Associado a globalização, tem-se o rápido avanço tecnológico, especialmente nas áreas de computação, comunicação e transporte, teve um impacto profundo no espaço geográfico. A Internet e as redes de comunicação permitem a conectividade instantânea em todo o mundo, mudando a natureza das atividades econômicas, sociais e culturais, assim como o processo de mecanização das fábricas mudou as relações de trabalho, fazendo surgir novas formas de trabalho dentro do sistema capitalista, como a terceirização e informalidade.

Além disso, após transformação no modelo de produção, muitas economias ocidentais passaram por um processo de desindustrialização após os anos 1970, com a transferência de muitas indústrias para países com mão de obra mais barata. Isso teve impactos significativos na geografia econômica, com a criação de novos polos industriais em países em desenvolvimento, além de impactar as novas morfologias do trabalho juntamente com as transformações espaciais e sociais. Associado a esse rápido desenvolvimento da globalização, tem-se o crescimento rápido das cidades e uma aceleração dos processos de urbanização, levando a desafios significativos em termos de planejamento urbano, o que interfere diretamente na produção do espaço.

“O espaço geográfico é o conceito mais abrangente e mais abstrato da geografia” (Suertegaray, 2001). Segundo Suertegaray (2001) o espaço geográfico é uno e múltiplo, a ideia central por trás do conceito de espaço uno e múltiplo é que o espaço não é homogêneo e uniforme, mas sim composto por múltiplas camadas, dimensões e significados. Ela reconhece que o espaço não é simplesmente um local físico, mas também é um produto das interações humanas, das construções sociais e culturais e das representações simbólicas. Ou seja, o espaço é considerado multidimensional, abrangendo não apenas dimensões físicas, como localização geográfica, as dimensões sociais, econômicas, culturais e políticas, além disso, o espaço geográfico é relativo e varia de acordo com as perspectivas e experiências das pessoas.

O espaço é visto como sendo socialmente construído, ou seja, as sociedades moldam e transformam o espaço de acordo com suas necessidades, valores e interesses, é também inspirado por representações simbólicas e culturais, que estão em constante transformação e devido à evolução de processos sociais, econômicos e políticos.

A década de 1970 foi marcada pela crise estrutural do capital, com o fracasso do modelo taylorista/fordista, muitas mudanças foram ocorrendo na sociedade, o Toyotismo surge, nessa perspectiva, como uma resposta ao fracasso do antigo modelo. Harvey (1993) ressalta que essas mudanças refletiram não só na estrutura dos processos produtivos na fábrica, mas também em toda sociedade e na própria organização do espaço. Era necessário organizar o espaço, controlar a classe trabalhadora e ainda satisfazer as necessidades do capital, por isso, nesse momento existe uma preocupação de organizar o espaço urbano, marginalizando as classes mais abastadas.

Harvey (1993) argumentou que o capitalismo estava experimentando uma crise estrutural profunda. Essa crise não era apenas cíclica, como as recessões econômicas periódicas, mas sim uma crise que estava enraizada nas próprias estruturas e dinâmicas do sistema capitalista. O capitalismo estava enfrentando uma superacumulação de capital, o que significa que havia uma quantidade excessiva de capital em busca de investimento lucrativo. Isso levou a uma queda na taxa de lucro, pois havia muita competição entre os capitalistas para obter retornos lucrativos, além disso, as crises não eram uniformes em todo o mundo, mas eram geograficamente desiguais, afetando algumas áreas mais do que outras.

Harvey (2011) em o Enigma do capital também discutiu como a crise de 1970 levou à reestruturação espacial, ou seja, à reorganização das cidades e das áreas urbanas para atender aos interesses do capital. Isso muitas vezes resultou em gentrificação, deslocamento de comunidades e segregação socioespacial. Ele explica que as respostas políticas à crise eram fundamentais para entender seu desenvolvimento. Ele observou que, em muitos casos, os governos adotaram políticas neoliberais, incluindo desregulamentação, privatização e autocontrole, como uma tentativa de lidar com a crise, o que muitas vezes exacerbava as desigualdades.

As transformações que vinham ocorrendo nas indústrias e nas novas formas de trabalho também foram moldando a sociedade. A partir do final do século XX as novas tecnologias já vinham tomando de conta da sociedade, o espaço urbano já vinha sendo moldado. Isso resultou em uma maior interconexão entre regiões, países e cidades em todo o mundo. As empresas multinacionais, as cadeias de suprimentos globais e as tecnologias de comunicação desempenharam um papel importante na criação de um espaço globalizado.

Além disso, o aumento da urbanização é uma tendência notável durante esse período. As cidades crescem em tamanho e importância, atraindo cada vez mais pessoas. Esse crescimento urbano levou a mudanças significativas na forma como o espaço nas cidades é organizado, com uma ênfase crescente na densificação, no desenvolvimento de infraestrutura e em questões de planejamento urbano.

Com a nova onda pós crise estrutural do capital se tem uma mudança social significativa nos padrões de consumo da sociedade, criando uma sociedade de consumo de tudo o que era produzido e desenvolvido pelo capital. Harvey (1993) acredita que esses padrões mudaram também a cultura da sociedade e consequentemente, as transformações sociais refletem na produção do espaço, já que para vários autores o espaço é produto/reflexo das relações sociais.

O espaço urbano é produzido a partir das práticas sociais e está repleto de elementos que fazem parte de sua construção. Segundo Santos (1986)

Los elementos del espacio serían los siguientes: los hombres, las empresas, las instituciones, el llamado medio ecológico y las infraestructuras. Los hombres son elementos del espacio, sea en la condición de suministradores de trabajo, sea en la de candidatos a ello; trátese de jóvenes, o de parados. La verdad es que tanto los jóvenes, como los que ocasionalmente se encuentran sin empleo o los que ya están jubilados, no participan directamente de la producción, pero el simple hecho de estar presentes en el lugar tiene como consecuencia la demanda de un cierto tipo de trabajo para otros. Esos diversos tipos de trabajo y de demanda son la base de una clasificación del elemento humano en la caracterización de un espacio dado. (SANTOS, 1986, p.8-9)

Cada elemento de produção do espaço se relaciona diretamente com suas funções, e essas funções vão designando e moldando o espaço urbanizado. Corrêa (1995) retrata o espaço urbano como um reflexo social, mas também explica que o espaço é articulado e fragmentado, assim a própria sociedade e a sua forma de se organizar vai produzindo o espaço urbano, e este espaço é produzido por diversos agentes sociais.

Ao se constatar que o espaço urbano é simultaneamente fragmentado e articulado, e que esta divisão articulada é expressão espacial de processos sociais, introduz-se um terceiro momento de apreensão do espaço urbano: é um reflexo da sociedade. Assim, o espaço da cidade capitalista é fortemente dividido em áreas residenciais segregadas, refletindo a sua complexa estrutura social em classes [...] o espaço da cidade é também um condicionante da sociedade [...]. (CORRÊA, 1995, p. 8).

Assim, o autor retrata que ao mesmo tempo em que os agentes vão produzindo o espaço urbano, eles também vão moldando e remodelando esse espaço. Os agentes produtores do espaço urbano são os proprietários dos meios de produção, estes ocupam grandes terrenos, retém a terra para especulação, pois eles necessitam de grandes extensões de terras que sejam

baratas e satisfaçam a alguns requisitos, proximidades com linhas férreas, portos, etc. (Corrêa, 1995).

O segundo agente produtor é os proprietários fundiários, esses têm uma maior concentração de renda e terra, e isso tem sido causa de diversos conflitos sociais, pois eles se interessam pela terra apenas por seu valor de troca e não por seu valor de uso. Segundo Corrêa (1995) os proprietários fundiários estão mais interessados que o uso da terra seja o mais remunerador possível, principalmente no uso comercial e residencial dessa terra. “Estão particularmente interessados na conversão da terra rural em urbana, ou seja, tem interesse na expansão da cidade na medida que a terra urbana é mais valorizada que a rural [...]” (Corrêa, 1995, p.16).

O terceiro agente de produção do espaço são os promotores imobiliários que muitas vezes, de forma indireta, atuam no processo de valorização de alguns terrenos. Esses agentes costumam decidir onde e como vão construir, buscando maximizar lucros, influenciando políticas de urbanização e o mercado de terrenos. Além disso, sua atuação é marcada por relações com o Estado e com a sociedade, onde negociações e conflitos podem surgir, refletindo interesses econômicos e sociais em jogo que acabam acentuando a segregação socioespacial. Segundo Corrêa (1995) a atuação dos agentes promotores imobiliários se faz correlacionado a:

- (a) Preço elevado da terra e alto *status* do bairro;
- (b) Acessibilidade, eficiência e segurança dos meios de transporte;
- (c) Amenidades naturais ou socialmente produzidas; e
- (d) Esgotamento dos terrenos para construção e as condições físicas dos imóveis anteriormente produzidos. (CORRÊA, 1995, p. 23).

O quarto agente de produção do espaço está representado na figura do Estado, este tem papel essencial, pois este deveria agir em defesa da sociedade, no entanto, acaba agindo de acordo com os interesses do capital, pois o Estado prepara toda infraestrutura para chegada dos demais agentes imobiliários, enquanto as populações mais baixas continuam sofrendo com diversos problemas urbanos, como saneamento baixo, falta de coleta de lixo etc. O Estado é responsável pela organização do espaço urbano.

A atuação do Estado se faz, fundamentalmente e em última análise, visando criar condições de realização e reprodução da sociedade capitalista, isto é, condições que viabilizem o processo de acumulação e a reprodução das classes sociais e suas frações. Tendo em vista esse propósito, o Estado capitalista cria mecanismo que leva a segregação residencial e à sua ratificação. [...] (CORRÊA, 1985, p.26).

Para Corrêa (2023) o Estado desempenha múltiplos papéis na produção do espaço, pois as ações do Estado variam de acordo com o contexto econômico, político e social de acordo com a dinâmica espacial da localidade em que está situado. Para o autor, o Estado age de diferentes formas, como por exemplo:

- Estabelecer marco jurídico (leis, regras, normas, posturas) de produção e uso do espaço;
- Taxar a propriedade fundiária, as edificações, o uso da terra e as atividades produtivas [...];
- Produzir as condições de produção para outros agentes sociais, como bias de tráfego, sistemas de energia, água e esgotamento sanitário, assim como o próprio espaço físico da cidade, por meio de obras de drenagem, desmonte e aterramento [...];
- Controlar o mercado fundiário, tornando-se, sob certas condições, proprietário de glebas que poderão ser permutadas com outros agentes sociais;
- Tornar-se promotor imobiliário [...];
- Tornar-se produtor industrial [...]. (CORRÊA, 2023, p.45-46).

O quinto agente é o Corrêa (1995) chama de grupos sociais excluídos, esse grupo constitui uma classe populacional que sofre com os problemas habitacionais existentes nas cidades, por isso, tendem a habitar locais densamente ocupados como cortiços, favelas, assim como áreas de risco ambiental.

Godoy (2004), ao usar Marx, retrata que a produção do espaço está associada diretamente ao conceito de trabalho, ele diz que a produção do espaço além de ser um produto social, é também produto do trabalho.

[...]quando se fala em produção do espaço deve-se, primeiramente, entender que os conceitos que procuram explicá-la se organizam a partir de uma lógica interpretativa correspondente aos objetivos traçados pelo sujeito. Para esclarecer essa questão, vamos partir do conceito de produção. Na análise da produção do espaço, a ideia de produção está ligada ao conceito marxista de trabalho e às noções de transformação e mudança. A “produção” implica também em organização do trabalho e dos meios necessários para a sua realização enquanto produção de valor. Vale lembrar que, os meios necessários ao trabalho constituem-se, também, em trabalho. Pode-se pensar que o espaço produzido é produto do trabalho, isto é, de uma organização do trabalho que se materializa em formas espaciais. A “produção” significa, então, “trabalho morto” e organização. (GODOY, 2004, p.4)

Nesse sentido, a produção e organização do espaço é fruto do trabalho, principalmente no espaço urbano, por isso, essas transformações espaciais se acentuam após a década de 1970, a organização de trabalho que passou a ser implantada nas fábricas a partir do modelo toyotista, refletiu nas organizações sociais, inclusive desenvolveu novas formas de trabalho externas às fábricas já que a introdução do modelo toyotista passou a usar menos mão de obra e mais

máquinas dentro das fábricas, como também acentuou ainda mais o êxodo rural e crescimento das cidades.

Assim, as mudanças nas relações de trabalhos, interferem nas mudanças sociais e impactam diretamente na sociedade urbana que é produto da industrialização e suas transformações nos setores de trabalho, no setor econômico, política e social.

A produção do espaço é produção de objetos que articulam e organizam, em suas funções específicas, intercâmbios sociais que envolvem o trabalho e a produção. O espaço seria, neste caso, a materialidade e a mediação entre os sistemas de produção, de controle e reprodução do trabalho em sua dimensão técnica e material. Em poucas palavras, o espaço seria um sistema de sistemas ou, como quer Santos (1996), “sistemas de objetos” e “sistemas de ações”. (SANTOS, 1996 *apud* GODOY, 2004, p.5).

Quando Godoy (2004) retrata a visão de Milton Santos do espaço como conjunto de sistemas, refere-se às estruturas físicas e materiais presentes em uma determinada área geográfica. Isso inclui elementos como edifícios, estradas, rios, montanhas, cidades, florestas e outros componentes físicos do espaço geográfico. Esses objetos que não são visíveis de forma isolada, mas sim como parte de um sistema interligado, ou seja, a análise geográfica deveria ir além da simples observação dos objetos individuais e considerar como esses objetos se relacionam entre si e com as pessoas que os utilizam.

Já os sistemas de ações, estes representam as atividades humanas que ocorrem em um espaço geográfico. Isso envolve ações sociais, econômicas, culturais e políticas que moldam e transformam o espaço geográfico ao longo do tempo. Entender os sistemas de ações é essencial para compreender como as pessoas interagem com os sistemas de objetos. As ações humanas moldam-se e são moldadas pelo ambiente geográfico, criando uma relação dinâmica entre as atividades humanas e o espaço em que ocorrem.

Nesse sentido, é necessário considerar tanto os sistemas de objetos (elementos físicos do espaço) quanto os sistemas de ações (atividades humanas) como componentes interconectados e mutuamente influentes na compreensão da produção e organização do espaço. Muito mais do que um conjunto de transformações visíveis e materiais, o espaço urbano é também um objeto empírico dotado das relações humanas e da organização social, por isso, o espaço deve ser visto e percebido de diferentes realidades e em diferentes localidades. Além disso, as mudanças vivenciadas pelas sociedades ao longo da história demonstram que o espaço é mutável e que o modo de produção capitalista atua diretamente na produção e organização do espaço urbano.

[...] a produção do social do espaço urbano revela os conflitos decorrentes das mudanças globais e locais promovidas pela fase atual do modo de produção capitalista. Estas modificações exibidas na forma, no cotidiano e no consumo das cidades interferem diretamente na produção do ambiente construído e no cotidiano da população. Assim, entende-se a segregação torna-se um produto das contradições socioeconômicas em constante readaptação. Para tanto se faz necessário analisar como a análise desse conceito veio se modificando e acompanhando as transformações da sociedade, tal como exposto nos tópicos seguintes. (BENTO, 2017, p.42).

De acordo com Bento (2017) a segregação é um reflexo dessas transformações que a sociedade vivencia e das mudanças decorrentes do sistema capitalista, que transforma diretamente a sociedade e a organização do espaço urbano. A segregação também é resultado de um processo de crescimento urbano atrelado as questões de moradia, que se apresenta como um dos principais problemas do espaço urbano.

Para Maricato (1998) a moradia trata-se de uma das mercadorias de consumo mais especial do sistema capitalista. A moradia consiste em uma necessidade da população, no entanto, dentro do sistema capitalista este acesso é restrito aqueles que possuem condições de pagar por uma moradia, por isso, a problemática habitacional é algo bastante presente nas cidades capitalistas. Há um grande jogo de interesses entre aqueles que necessitam da moradia pelo seu valor de uso, e aqueles que agregam a moradia ao valor de troca, esse processo é comum entre os agentes produtores do espaço, principalmente os agentes imobiliários que visam a moradia a partir do seu valor de troca.

A habitação é, no ângulo dos capitalistas, uma mercadoria que se compra e vende no mercado imobiliário. Porém, ela não é um valor de troca como qualquer outro, porque tem características especiais que influenciam a forma como ocorrem a sua produção, distribuição e consumo. A moradia é uma mercadoria diferenciada, pois seu preço é muito maior do que a média dos salários, sendo a mais cara dentre as de consumo privado. Seu alto valor se justifica em alguns determinantes, um deles é que sua produção envolve um grande número de operações, componentes e insumos. Também exige muita força de trabalho com diferentes qualificações (BOTELHO, 2007; RODRIGUES, 1990 *apud* DE SOUZA, 2016, p. 72-73).

Para Kowarick (1979) a problemática habitacional está interligada a dois processos, o primeiro trata-se das condições de exploração do trabalho e, o segundo, trata-se da espoliação urbana, que se refere ao processo de apropriação e exploração dos espaços presentes na cidade, especialmente por meio de práticas que desconsideram as necessidades e direitos dos moradores, especialmente os mais vulneráveis.

O Estado tem um papel fundamental neste processo, pois é o principal responsável pelo desenvolvimento de infraestruturas que favorecem o mercado imobiliário. Devido a especulação imobiliária, certas áreas que até então eram desvalorizadas, passam a ter um valor

de troca exorbitante, o processo de gentrificação juntamente com as ações do Estado podem levar à exclusão social e ao deslocamento de populações, refletindo uma dinâmica de poder desigual nas cidades. E nesse jogo de poder as principais vítimas são a classe mais pobre que não tem condição de concorrer com o mercado imobiliário e acaba sendo segregada.

Com isto, a relação entre urbanização e problema habitacional é bastante complexa, à medida que as cidades crescem, a demanda por moradia aumenta, muitas vezes superando a oferta. Esse desequilíbrio pode resultar na especulação imobiliária, elevando os preços e tornando a habitação inacessível para as populações de baixa renda. Além disso, a urbanização rápida frequentemente não é acompanhada por investimentos adequados em infraestrutura e serviços, levando ao surgimento de favelas e assentamentos informais. Esses espaços carecem de condições básicas de vida e acesso a serviços essenciais, evidenciando a exclusão social e a desigualdade urbana.

No caso dos problemas habitacionais no Brasil, Maricato (1997) ressalta que esses problemas emergem no final do século XIX, após a abolição da escravidão, muitos escravos, devido as condições e a forma em que foi implantada a abolição da escravidão, não tinham locais de moradia, por isso, começam a habitar locais que depois viraram as favelas.

Maricato (1998) ressalta que a industrialização brasileira associada a baixos salários se combinou à informal da moradia, terras passaram a ser ocupadas de forma clandestina complementadas a autoconstrução de moradia.

A ocupação ilegal de terras urbanas é regra em todo o país, sem que se verifique atrás dessa dinâmica nenhum movimento de subversão à lei e à ordem vigente. A causa dessa situação está pura e simplesmente na falta de alternativa e na complacência da ação de fiscalização do Estado sobre a ocupação do solo. A partir dos anos 80, o ritmo de ocupação ilegal de terras urbanas aumenta, especialmente nas regiões metropolitanas, comprometendo os recursos hídricos e ambientais. (MARICATO, 1997, p. 3).

Nota-se que o crescimento urbano acelerado, as desigualdades sociais, resultam numa ocupação desigual da terra. Assim, as formas de segregação vão se configurando no espaço urbano. Existe uma relação intrínseca entre o problema habitacional nas cidades e a segregação socioespacial, sendo um fenômeno que se intensifica nas áreas urbanas contemporâneas. À medida que as cidades se urbanizam e crescem, os desafios habitacionais se tornam mais evidentes, acentuando as divisões sociais.

O acesso desigual à moradia adequada agrava a vulnerabilidade dessas populações mais carentes. Muitas vezes, as habitações informais, como favelas e ocupações, surgem como resposta à falta de opções acessíveis, normalmente essas áreas costumam ser marginalizadas e

carentes de infraestrutura e diversos serviços essenciais perpetuando as desigualdades sociais e reforçando a segregação.

1.2 Segregação socioespacial: definições e escalas de análise

O conceito de segregação está intimamente ligado com a ideia de desigualdade, etimologicamente segregar é afastar, isolar ou separar, e ao longo da história da humanidade, é possível perceber as muitas formas de segregação que existiram, segregação racial, como foi o caso do *apartheid* na África do Sul e a segregação racial dos Estados Unidos. A segregação residencial ou socioespacial, que está relacionado ao contexto de segregação econômica, define as localidades das moradias de acordo com os interesses dos agentes que produzem o espaço.

O conceito de segregação no sentido residencial ou urbano, vai ser usado nos anos anteriores a Segunda Guerra Mundial, onde os principais pensadores da Escola de Chicago buscavam compreender as diferentes formas de ocupação do espaço urbano pelos indivíduos de diferentes classes sociais. A Escola de Chicago baseava-se num método positivista para análise do conceito de segregação, nesse sentido, a segregação estava presente em todos os núcleos urbanos, é possível consolidar o processo a partir da observação da paisagem e como as classes se organizavam no espaço urbano.

Vieira e Melazzo (2012) aponta que a segregação no espaço urbano era vista como um processo natural e não relacionado a agentes que produzem o espaço e o modificam, com isso a segregação estaria relacionada as divisões de raças, línguas e culturas distintas, sendo um processo natural que resultava na formação de determinadas áreas por grupos semelhantes. Vasconcelos (2018) aborda que os pioneiros da Escola de Chicago analisaram a cidades estadunidenses em um processo de transformação do espaço urbano, onde havia um fluxo migratório contínuo, aumento da criminalidade etc.

Segundo Park e Burgess (1967), os diferentes graus de interações e de assimilação dos imigrantes à sociedade na qual eles se instalaram, a segregação compulsória imposta às minorias, assim como a reunião preferencial de outros grupos étnicos nas mesmas localidades, lavaram a formação de áreas sociais. (PARK e BURGESS (1967) *apud* VASCONCELOS, 2018, p.24).

O surgimento dessas áreas sociais, era vista por esses autores como um processo natural que partia da escolha dos indivíduos, ou seja, a formação de bairro de imigrantes ou pessoas negras, não se tratava de um processo em que essas populações eram obrigadas a ocuparem esses espaços, mas sim que tratava de uma escolha.

Vasconcelos (2018) retrata que o conceito de segregação no século XX foi usado para “denunciar as desigualdades sociais presentes nas cidades europeias e latino-americanas”, retratando que a segregação socioespacial é um processo que ocorre de forma forçada e ao mesmo tempo velada, as populações que não possuem condições são forçadas a residir em áreas distantes das que são habitadas pelas elites.

Após a década de 1950 e o fim da Segunda Guerra Mundial, o conceito de segregação passa a receber forte influência marxista e posteriormente influencia a concepção Lefebvriana. Os marxistas analisavam o processo de segregação diferente dos pressupostos pela Escola de Chicago, na verdade enquanto a escola de Chicago observava a ordem social, os marxistas analisavam a segregação a partir dos conflitos sociais. Com isso, a segregação passa a ser vista como resultado das contradições nas relações sociais e nos conflitos sociais existentes.

A concepção Lefebvriana traz a ideia de sociedade urbana como aquela sociedade capitalista advinda da revolução industrial (Lefebvre, 2001), além disso, o espaço é visto como um reflexo da sociedade, o autor explica a segregação como um conjunto de atributos que são promovidos e modificados socialmente e espacialmente:

[...] A segregação deve ser focalizada com seus três aspectos, ora simultâneos, ora sucessivos: espontâneo (proveniente das rendas e das ideologias) – voluntário (estabelecendo espaços separados) – programado (sob o pretexto de arrumação e de plano)”. (LEFEBVRE, 2001, p. 97).

Sposito (2018, p. 62) aponta para a complexidade existente acerca do termo de segregação e suas múltiplas possibilidades acerca de seu significado, explicando que a segregação é uma pequena parte do todo que envolve o desenvolvimento das cidades.

[...] A segregação, no plano conceitual, tem de ser compreendida em sua complexidade. [...]. No entanto, neste caso, as possibilidades são ainda maiores, quase sendo possível afirmar que há tantas segregações, de fato e em potencial, quantas cidades e situações urbanas com as quais nos deparamos (SPOSITO, 2018, p. 64).

A urbanização consiste no crescimento acelerado da cidade em relação ao campo, à medida que a cidade cresce surgem os problemas urbanos decorrente desse crescimento, a falta de infraestrutura das cidades, a má gestão e ausência de políticas públicas resulta numa série de problemas urbanos, como a falta de moradia, o crescimento da violência urbana e de diversas localidades que não tem uma infraestrutura básica para habitação, como tratamento de água e esgoto.

Nesse contexto, o conceito mais visto frente aos estudos de Geografia Urbana, é o conceito de segregação residencial ou socioespacial. Corrêa (2018, p.39) afirma que a “segregação residencial é um dos mais expressivos processos espaciais que geram a fragmentação do espaço urbano”. Para o autor, a partir da definição das áreas sociais, a distribuição das áreas industriais e das atividades econômicas é que vai se definindo o espaço urbano e consequentemente é definido as localidades e estilos de moradias.

Corrêa (2018) associa a segregação residencial as classes sociais, pois a medida que as cidades capitalistas se desenvolvem , define-se assim, a separação entre lugar de trabalho e lugar de moradia, assim surgem os bairros operários, como também se definem as áreas residenciais ocupadas pela elite, com isso, o agrupamento dessas classes sociais distintas vão dando resultado nas áreas segregadas, afinal, desde o desenvolvimento do capitalismo comercial e industriais e o crescimento das cidades, as elites (burguesas) não se misturam com a classe trabalhadora. Harvey (1975, *apud* Corrêa,2018) ressalta que indivíduos com renda semelhante, padrões de vida e culturais parecidos, tendem residir em áreas residenciais parecidas.

[...] A segregação residencial é compreendida, então, como estando intrinsecamente vinculada às classes sociais e seus espaços de existência e reprodução. A segregação residencial diz respeito, assim, à concentração no espaço urbano de classes sociais, gerando áreas sociais com tendência homogeneidade interna e heterogeneidade entre elas [...]. (CORRÊA, 2018, p.40).

Como já foi abordado, a segregação não é algo inerte, pelo contrário, ao longo da história ela se manifesta nos espaços de diversas formas, e dentro do mesmo contexto pode-se ter diferentes tipos de segregação. Com o desenvolvimento das cidades capitalistas a fragmentação social se torna cada vez mais evidente e se emerge as divisões sociais atrelado a segregação imposta e a autossegregação.

Para compreender os dois conceitos é necessário analisar a diferença da segregação induzida e segregação imposta, enquanto o primeiro refere-se ao preparo de áreas pelos agentes produtores do espaço que disponibilizam de áreas residenciais bem estruturadas para atender uma parcela da população, o outro trata-se de uma limpeza social imposta a partir da expulsão de populações que vivem em condições de vulnerabilidade para localidades distintas das ocupadas pelas elites. (Corrêa, 2018) Isto resulta nas formas de segregação residencial e autossegregação, a segregação residencial refere-se a forma de segregação imposta, áreas que ao mesmo tempo são homogêneas por abrigar uma parcela da população com baixas renda ou em condição de vulnerabilidade, também são heterogêneas em sua organização social. E a

autossegregação possui um grau de homogeneidade social semelhante, onde a população reside em condomínios fechados, ou residenciais amplos e confortáveis, com uma infraestrutura que atenda as elites urbanas.

Condomínios exclusivos e ruas protegidas, com amplas e confortáveis residências em ambientes limpos, seguro e com abundante vegetação, fazem parte da paisagem das áreas autosegregadas. Favelas, cortiços, modéstia ou precárias moradias construídas num sistema de autoconstrução e conjuntos habitacionais, muitos dos quais recentes e já deteriorados, localizados, sobretudo na periferia ou em áreas de risco ou já caracterizados pela obsolescência, com precária ou nenhuma infraestrutura urbana, sujas e inseguras, compõe a paisagem das áreas de segregação imposta. As áreas de segregação induzida, por outro lado, apresentam ampla variação no que diz respeito à qualidade da habitação e do ambiente. (CORRÊA, 2018, p.44).

O surgimento das áreas autosegregadas são justificadas de diversas formas, a principal delas é o isolamento social em relação às classes mais abastadas, usa-se também a justificativa do crescimento do crime, entre outros fatores. Sobre isso Caldeira (2011) retrata:

[...] O principal instrumento desse novo padrão de segregação espacial é o que chamo de "enclaves fortificados". Trata-se de espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. A sua principal justificação é o medo do crime violento. Esses novos espaços atraem aqueles que estão abandonando a esfera pública tradicional das ruas para os pobres [...]. (CALDEIRA, 2011. p. 211).

Esses locais servem para isolar os grupos sociais homogêneos das classes heterogêneas que vivem em condição de vulnerabilidade social, com isso, a ideia é tornar esses espaços autosegregados cheios de infraestruturas que atendam todas as necessidades básicas dessa população, sem que ela necessite sair do seu entorno. Acerca disso Bento (2017) justifica que:

Os denominados enclaves fortificados consistem num conjunto de novas formas de utilizar a cidade de forma segregada, sendo caracterizados por um conjunto de fatores: 1 – favorecer a homogeneidade dos grupos sociais; 2 – enfatizar o valor do privado como símbolo de status; 3 – suas estruturas são voltadas para o interno e não em direção ao espaço público; 4 – possuem controle social por meio da utilização de sistemas de segurança; 5 – são autônomos em relação ao seu entorno, podendo ser localizados em qualquer lugar, inclusive na vizinhança de regiões com grandes desniveis sociais; 6 – estão conectados mais ao global do que ao local; 7 – são espaços dominados pelas novas tecnologias de comunicação e informação. (BENTO, 2017, p. 71).

A ideia de isolar essas classes para evitar o contato com o “mundo externo” é visível até na estrutura, onde dentro dos condomínios não existem barreiras entre a vizinhança, pois a ideia de isolamento é somente para fora dos condomínios.

No interior dos condomínios fechados poder-se-ia identificar uma não separação física da casa com a rua por muros e grades. Já que a homogeneidade presume um mútuo conhecimento e uma convivência entre iguais. A exaltação à convivência e às relações familiares é atributo comumente encontrado nos anúncios destes condomínios. Contraditoriamente, essa tentativa de convivência homogênea acentua a não existência das relações de vizinhança ou ainda de comunidade [...]. (BENTO, 2017, p. 71-72).

Diante disso, as regras que definem os padrões de segregação, variam de acordo com os interesses das classes dominantes e espacialidade das áreas segregadas também vão sofrendo mutações ao longo da história. Caldeira (2011) analisa três formas de segregação existentes ao final do século XIX e ao longo do século XX.

A primeira estendeu-se do final do século XIX até os anos 1940 e produziu uma cidade concentrada em que os diferentes grupos sociais se comprimiam numa área urbana pequena e estavam segregados por tipos de moradia. A segunda forma urbana, a centro-periferia, dominou o desenvolvimento da cidade dos anos 40 até os anos 80. Nela, diferentes grupos sociais estão separados por grandes distâncias: as classes média e alta concentram-se nos bairros centrais com boa infra-estrutura, e os pobres vivem nas precárias e distantes periferias. Embora os moradores e cientistas sociais ainda concebam e discutam a cidade em termos do segundo padrão, uma terceira forma vem se configurando desde os anos 80 e mudando consideravelmente a cidade e sua região metropolitana. Sobrepostas ao padrão centro-periferia, as transformações recentes estão gerando espaços nos quais os diferentes grupos sociais estão muitas vezes próximos, mas estão separados por muros e tecnologias de segurança, e tendem a não circular ou interagir em áreas comuns. (CALDEIRA, 2011, p.211).

Com isso Corrêa (2018) traz em sua obra a análise da segregação a partir da espacialidade, apresentando três modelos de segregação conforme as mudanças espaciais, o primeiro é o modelo Kohl-Sjoberg, presente no século XIX desenvolvida pelo alemão J.G Kohl e explicitada por Gideon Sjoberg, nas cidades europeias pré-industriais, chamado modelo centro-periferia onde a elite ocupa o centro e os principais órgãos governamentais se encontram também no entorno do centro, esses espaços do entorno do centro são dotados de privilégios, boas infraestruturas, elevado preço das terras, ao passo que, as periferias são áreas contrárias a esse privilégio habitadas por uma população mais carente, não só de forma econômica, mas social, pois nessas áreas às condições de habitações são contrárias à áreas próximas dos centros urbanos.

Segundo tal modelo, a elite ocupa o centro, local de prestígio, com a melhor infraestrutura, onde estão localizados os prédios suntuosos, monumentos, parques e os mais importantes templos. [...] os preços da terra são mais elevados. [...] Do centro para a periferia aumenta progressivamente as amenidades e fontes de poder e, simultaneamente, diminui a acessibilidade ao centro, a qual é agravada pela circulação pré-mecânica. Os preços da terra declinam progressivamente do centro para a periferia, gerando o declínio progressivo do *status* dos moradores. Ricos no centro e

pobres na periferia é o que o modelo em tela sumariamente aponta. (CORRÊA, 2018, p.45-46).

O segundo modelo citado por Corrêa (2018) refere-se ao modelo de Burgess, neste modelo a população de alto status social reside em subúrbios e periferias, distante dos centros urbanos. Neste contexto, a terra perde seu valor próximo do centro, o que resulta na população mais pobre residindo próximo dos centros.

[...] As razões que levaram os pobres a residir junto ao centro derivam de uma combinação de fatores envolvendo a propriedade da terra e dos imóveis e sua valorização, a ação de agentes modeladores do espaço urbano e suas expectativas em face de processo de desvalorização/valorização do núcleo central de negócios da cidade. (CORRÊA, 2018, p.47)

O terceiro modelo citado por Corrêa (2018) é descrito por Homer Hoyt, formulado em 1939. Diferente dos modelos anteriores, Hoyt não descreve em círculos concêntricos a partir das áreas centrais, sua ideia trabalha com setores.

[...] Entre esses setores foram enfatizados aqueles dotados de amenidades naturais ou sociais produzidas, que os grupos de alto *status* social ocupavam. A expansão desses setores se fazia, por um certo período de tempo, ao longo da mesma direção. A segregação residencial assumia, segundo Hoyt, uma espacialidade distinta daquela proposta por Burgess. (CORRÊA, 2018, p.48).

No modelo descrito por Hoyt, o autor destaca que a expansão dos setores que iam partindo do centro da cidade não tinha um centro comum, mas que eram influenciadas pelos aspectos naturais como topografia do terreno e redes de transporte. Bento (2017) destaca que:

[...] o papel da topografia e das redes de transportes na configuração das cidades norte-americanas, partindo para um determinismo ambiental na formação urbana: “A cidade é uma agregação de estruturas cuja forma e densidade são influenciadas pela natureza do terreno em que se edificam” (HOYT, 1939, p. 09, tradução nossa). Analisando os planos urbanos de diversas cidades norte-americanas, este teórico verificou revela [sic.] não apenas os limites das áreas de intensivo adensamento nestas cidades, mas também os vazios presentes em sua estrutura interna, os quais aumentam consideravelmente do centro para a periferia. (BENTO, 2017, p. 56).

De acordo com esse modelo proposto por Hoyt, as redes de transporte exercem papel importante no desenvolvimento da cidade, ele destaca o desenvolvimento de cidades ao longo de rodovias, ferrovias etc. Enquanto as populações de baixa renda tendem a residir em localidades de concentração industrial, próximas de armazéns, a população de *status* social mais

alto, tende a buscar locais livres, abertos, com amenidades ambientais, com terrenos mais altos, distante socialmente e das áreas de vulnerabilidade ambiental.

Além disso, o centro ainda age com esse papel de destaque no processo de segregação, os setores se ampliam de maneira oposta, classes sociais de menor rendimento seguem contrário as classes de maior *status* social, a classe de alto status segue para as localidades com meios de transportes mais rápidos e melhores infraestruturas, numa lógica contrária à de menor *status*, acaba residindo em moradias precárias, que dispõe de pouca ou nenhuma infraestrutura básica. Com isso, acentua-se as desigualdades sociais como um produto do crescimento do espaço urbano e a segregação socioespacial é um reflexo dessa desigualdade.

1.3 Os aglomerados subnormais como produto da exclusão social no espaço urbano

O espaço urbano é marcado por contradições em seu crescimento, uma grande parcela da população que é mais carente de serviços são as que são mais excluídas nesse processo. Essas populações possuem enormes dificuldades de acessibilidade, que normalmente, estão ligadas a distância que elas se encontram em relação às localidades onde são oferecidos os melhores serviços da cidade, é uma população que, normalmente, se encontra em condição de vulnerabilidade econômica, por isso, acaba construindo moradias informais, em alguns casos, em áreas de risco ou áreas que não dispõem de serviços de saneamento básico e outros serviços essenciais.

Ao mesmo tempo em que a cidade é parcelada entre as corporações imobiliárias para atender à população que pode pagar pelos terrenos e imóveis, as populações de menor rendimento vão ocupando os interstícios da disputa do mercado fundiário ao longo dos trilhos, nas margens dos mananciais e elevando-se sobre morros e dunas. Evidencia-se o processo de segregação induzida onde os grupos populacionais com baixo rendimento são alijados e veem como alternativa mais plausível a habitação em áreas consideradas impróprias. (BENTO, 2017, p. 146)

Essas moradias informais resultam da desigualdade na forma de uso e apropriação da terra, que gera diversos conflitos pelo uso da terra e da infraestrutura urbana. Para compreender a condição habitacional da população e traçar um perfil demográfico, o IBGE, realiza o perfil censitário dessas moradias e as classifica, no caso das moradias informais, também chamados de assentamentos precários ou áreas de invasão, que são classificadas nos censos demográficos desde 1991 como aglomerados subnormais. Segundo o IBGE, os aglomerados subnormais são:

um conjunto constituído de, no mínimo, 51 unidades habitacionais (barracos, casas etc.) carentes, em sua maioria de serviços públicos essenciais, ocupando ou tendo ocupado, até período recente, terreno de propriedade alheia (pública ou particular) e estando dispostas, em geral, de forma desordenada e densa. A identificação dos aglomerados subnormais devem ser feita com base nos seguintes critérios:

- a) Ocupação ilegal da terra, ou seja, construção em terrenos de propriedade alheia (pública ou particular) no momento atual ou em período recente (obtenção do título de propriedade do terreno há 10 anos ou menos); e
- b) Possuem pelo menos uma das seguintes características:
 - urbanização fora dos padrões vigentes - refletido por vias de circulação estreitas e de alinhamento irregular, lotes de tamanhos e formas desiguais e construções não regularizadas por órgãos públicos; ou
 - precariedade de serviços públicos essenciais. (IBGE, 2013, p.19).

Essas localidades são representadas, normalmente, pelas favelas, invasões, baixadas, loteamentos irregulares e seus semelhantes (IBGE, 2013, p.5), o IBGE utiliza esse termo para generalizar essas moradias informais. Sua formação ocorre de maneira espontânea, e as moradias não seguem padrões urbanísticos pré-estabelecidos, normalmente são formadas em áreas que não despertam o interesse dos agentes imobiliários.

Os aglomerados subnormais também estão distribuídos de forma distinta e variando em cada localidade, um bairro não necessariamente consiste em um AGSN, mas pode haver alguns aglomerados dentro de um bairro. O IBGE (2013) apresenta uma série de critérios que contém informações técnicas sobre o domicílio, onde o 0 consiste em um domicílio “normal” e 1 consiste em um aglomerado subnormal, para isso são feitos análises baseadas no seguinte critério:

1. **Caracterização e localização do sítio urbano:** é feito uma análise da localização do terreno, como a topografia, se está em uma área de aclive ou declive, em áreas de encosta, se está localizado próximo de córregos, rios etc.
2. **Padrões urbanísticos:** é analisado o arruamento, tamanho e divisão dos lotes de terra, as vias de circulação tanto em larguras como a possibilidade de transportes populares a carros pesados, como por exemplo os caminhões de coleta de lixo, além disso, também é analisado a possibilidade de a localidade ser inserida no CNEFE (Cadastro Nacional de Endereço para fins estatísticos).
3. **Densidade de ocupação da área:** neste critério, é avaliado o grau de verticalização das construções existentes no terreno, observa-se a quantidade de prédios altos com dois pavimentos ou mais, assim como a regularidade do espaçamento entre construções. (IBGE, 2013).

Baseado nesses critérios o IBGE faz a caracterização do aglomerado, o que mostra que eles não se generalizam, pois possuem particularidades diferentes baseado nos critérios que o

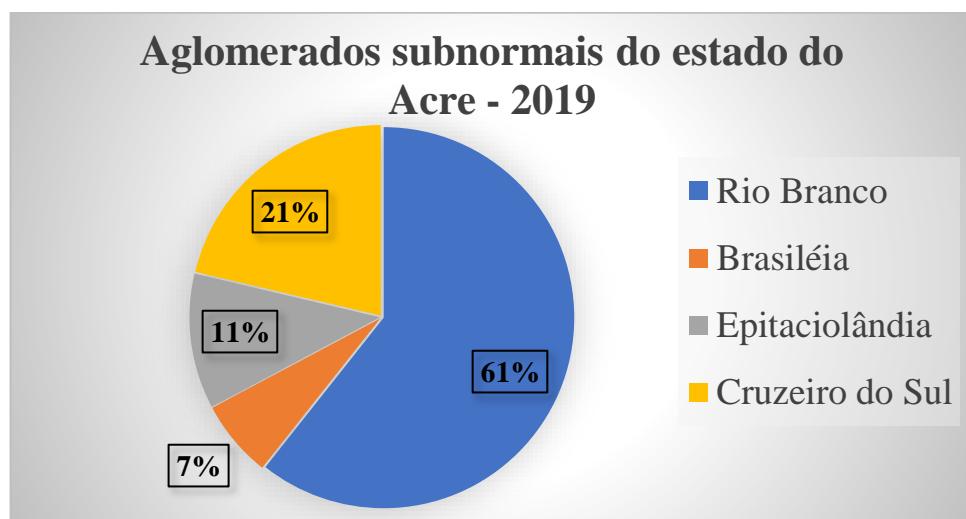
próprio IBGE utiliza. A própria classificação dos AGSN já denuncia as formas de desigualdades existentes nessas localidades, a carência da prestação de diversos serviços demonstra as reais condições em que vivem essas populações, além disso quando se analisa outros critérios como renda, formalidade de trabalho, vê-se que a realidade dessa população se encaixa nos padrões de quem vive em condições de vulnerabilidade socioeconômica.

Esse tipo de moradia tende a aumentar devido aos fluxos migratórios populacionais, como por exemplo o êxodo rural, e o crescimento urbano desordenado, que aumenta a demanda por trabalho dentro das cidades e, consequentemente, resulta numa divisão territorial das classes, onde a classe baixa, que sobrevive de um salário baixo, ou muitas vezes, estão desempregados, tendem a ocupar áreas renegadas pela classe média e burguesia.

Baseado nessa ideia, Sposito (2023) afirma que há uma relação intrínseca entre a divisão social do trabalho e o crescimento das cidades assim como a forma de ocupação e apropriação do espaço urbano. Com isto, os AGSN estão ligados num contexto econômico relacionado ao papel das cidades na DIT (Divisão Internacional do trabalho), nesse sentido, as cidades onde se tem maior concentração de capital e oportunidades de trabalhos, vão se tornar mais atrativas para migração, e consequentemente, o aumento populacional, porém a falta de preparo em planejamento urbano resulta na ocupação de áreas inóspitas a habitação, fazendo assim crescer as áreas de invasões.

No caso do Estado do Acre, isso é nítido quando se vê uma maior concentração de aglomerados subnormais, nas duas cidades mais importantes, Rio Branco, em sua função de capital do estado, e Cruzeiro do Sul como um importante centro econômico.

GRÁFICO 1: Percentual Aglomerados subnormais no estado do Acre 2019



FONTE: Dados do IBGE, 2019. Elaborado pela autora.

Conforme observado no gráfico, é notório a disparidade de Rio Branco, enquanto capital, na quantidade de aglomerados subnormais. Com a chegada da fronteira agropecuária e queda da produção de borracha nos seringais, o fluxo de pessoas saindo dos demais municípios e indo para Rio Branco intensificou. Com isso, o município foi se urbanizando de forma acelerada e desordenada, resultando na disparidade social da população que vivem em Rio Branco.

As populações mais pobres, por questões econômicas, buscavam áreas próximas a recursos naturais, próximas de rios córregos e igarapés e de solo propenso ao plantio, consequentemente essas áreas eram isoladas do centro, muitas vezes essas famílias ocupavam propriedades privadas, áreas que pertenciam ao Estado e se encontravam em desuso, ocasionando muitas vezes conflitos por terra, com isso, começam a se desenvolver a moradias precárias, que depois serão classificadas pelo IBGE como aglomerados subnormais.

Segundo o IBGE (2020) até dezembro de 2019 haviam sido identificados 13.151 aglomerados subnormais em todo território brasileiro, totalizando 5.127.147 domicílios estando presente em todos os estados da federação e no Distrito Federal. De acordo com o IBGE (2013) conforme os dados coletados em 2010 havia 6.329 aglomerados subnormais distribuídos no território com um número de domicílios de 3.224.529. Havia um destaque para a Região Sudeste que continha maior parte dos aglomerados subnormais de 2010.

TABELA 1: Cidades/Municípios com Aglomerados Subnormais por Região (2010)

Região	Quantidade de Municípios	Percentual
Centro-Oeste	9	2,79%
Norte	48	14,86%
Sul	51	15,79%
Nordeste	70	21,67%
Sudeste	145	44,89%
Total	323	100,00%

Fonte: IBGE, 2013. Elaborado pela autora.

O destaque para a Região Sudeste pode ser explicado devido à grande concentração populacional, é a região que de 2010 até atualmente possui a maior densidade demográfica do território. Outro ponto interessante é quando se analisa a condição dos aglomerados na Região Norte do Brasil, maior parte está presente em áreas nas proximidades dos rios, o que demonstra a vulnerabilidade ambiental desses AGSN, pois estão sujeitas as cheias sazonais dos rios amazônicos.

FIGURA 1: Localização dos AGSN por municípios Brasil



FONTE: IBGE, 2013.

Com isso, nota-se que as particularidades das regiões brasileiras definem a caracterização dos aglomerados subnormais, apesar de estarem dentro da mesma classificação possuem condições diferentes de subnormalidades. No caso da Região Norte são as áreas de propensão a alagamento que definem uma parcela dos aglomerados na região, parte desses aglomerados estão presentes na área do rio, estando relacionado ao padrão de ocupação da região amazônica, onde as primeiras cidades se desenvolvem as margens dos rios, por ser o único meio de acesso durante os séculos XV até o início do século XIX.

Ao analisar a região nordeste há uma grande concentração nas capitais estaduais e no litoral, no caso da região Centro-Oeste a concentração é nas áreas de rodovias e capitais

estaduais. Observa-se que o crescimento desses aglomerados se define de acordo com as particularidades das regiões em que estão presentes.

Apesar das particularidades, uma característica bem comum em grande parte dos aglomerados é a condição de vida das populações. Nadalin *et.al* (2013) aponta que a informalidade trabalhista é algo bem presente, onde uma parcela da população vive com um salário-mínimo ou menos. Acerca disso Bento (2017) traz informações sistematizadas sobre essa realidade:

No que concerne aos rendimentos das famílias, as desigualdades são ainda maiores. 31,6% dos moradores dos aglomerados subnormais tinham rendimento domiciliar per capita até meio salário-mínimo. Em contraposição, os demais setores censitários detinham o percentual 13,8%. Analisando os grupos populacionais de maior rendimento, somente 0,9% dos moradores dos aglomerados situavam-se na faixa per capita de cinco salários-mínimos. Esse percentual se eleva 11,2% nas demais unidades censitárias analisadas. (PORTAL BRASIL, 2011). (PORTAL BRASIL, 2011 *apud* BENTO, 2017).

Nadalin *et al* (2013) aponta que o crescimento desses aglomerados tem um destaque nas regiões metropolitanas e nas capitais, Manaus por exemplo, apresentava quase 300 mil pessoas vivendo em AGSN, representando mais 16% da população total da capital, além disso, conforme foi mostrando anteriormente no Gráfico 1, a quantidade de aglomerados em Rio Branco que é capital do Acre foi muito maior que em outros municípios.

Como já foi citado, a utilização do termo aglomerado subnormal, foi usado para classificar diversas formas de assentamentos precários e moradias irregulares presentes nas cidades. No entanto, muitas críticas foram surgindo em torno deste conceito, pois os aglomerados são heterogêneos em diversos aspectos, com isso, em 2024 o IBGE altera o termo aglomerados subnormais, que vinha sendo usado desde 1991, para Favelas e Comunidades Urbanas, o termo aglomerado subnormal englobava domicílios localizados em favelas, mocambos, palafitas e assemelhados. No entanto, diversas críticas foram feitas a esse conceito, dentre elas Rolnik (2019) aborda que se trata de um termo pejorativo:

Favelas, bastees, kampungs, slums: sua existência – e persistência – nas cidades da periferia do capitalismo (assim como nos guetos e banlieus em seu centro) desafiam permanentemente os esforços universalistas das utopias do planejamento urbano. Em todos esses casos, há uma associação entre uma espacialidade marcada pelas lógicas da vida em contextos de poucos recursos e uma condição sociopolítica: o outcast, marginal ou fora da ordem. A própria escolha dos termos para designar essa espacialidade – em inglês, slum (sinônimo de criminoso, trambiqueiro), ou, em português, “aglomerado subnormal”, usado pelo IBGE, nosso órgão oficial de demografia – não apenas carrega uma condição de alteridade, mas também expressa claramente esta Gestalt discriminatória (ROLNIK, 2019, p. 26-27).

O IBGE fez uma análise e juntamente com grupo sociais e alguns pesquisadores no I Encontro Nacional de Produção, Análise e Disseminação de Informações sobre as Favelas e Comunidades Urbanas no Brasil, onde buscavam debater as fragilidades do termo e as possíveis mudanças.

O IBGE realizou ainda reuniões com representantes da academia, organizações da sociedade civil, órgãos públicos e lideranças comunitárias, com o objetivo recolher elementos para subsidiar a revisão do conceito e, futuramente, o desenho de novos ciclos, perspectivas e abordagens conceituais e metodológicas para as pesquisas realizadas pelo IBGE que envolvem esses territórios. A partir das reuniões e consultas realizadas previamente ao encontro nacional, verificou-se:

- A urgência da alteração da nomenclatura aglomerado subnormal, constituindo-se como uma demanda represada da sociedade nos últimos anos;
- A aceitação unânime do termo “favela”, estando vinculado à reivindicação histórica por reconhecimento e identidade de movimentos populares;
- O consenso em torno da necessidade de que o termo estivesse acompanhado de um complemento, a fim de ser aceito, compreendido e reconhecido em todo o território brasileiro;
- A necessidade de que o conceito fosse pensado a partir da positivação e não da negação, invertendo a equação e tornando as favelas um elemento de afirmação e não de estigmas;
- A necessidade de incorporação de elementos associados à sociabilidade, identidade e formas próprias de organização da vida e do espaço às pesquisas estatísticas sobre esses territórios;
- A importância de que o conceito se refira a territórios com direitos não atendidos ao invés de territórios em desacordo com a legislação;
- Embora seja central evidenciar a potência desses territórios, foi mencionado o desafio de que a desassistência de direitos seja também evidenciada pelas estatísticas públicas. (IBGE, 2024, p.47)

Com base nessas informações e toda discussão, em janeiro de 2024 o IBGE publica oficialmente a nota técnica informando a mudança de nomenclatura que provavelmente será adotada nos dados do próximo censo demográfico.

CAPÍTULO 2 – A QUESTÃO DA MORADIA EM RIO BRANCO – FORMAÇÃO DA CIDADE E A CONDIÇÃO DE VULNERABILIDADE AMBIENTAL

Neste capítulo foi discutido às questões concernente a cidade de Rio Branco, para compreender a formação dos aglomerados subnormais na cidade é necessário compreender a sua formação histórica e a relação existente entre o crescimento urbano e o surgimento de áreas segregadas, para isto, o ponto 2.1 aborda a formação de Rio Branco, primeiramente é feito um resgate da economia extrativista com base na produção de borracha natural, também é abordado a questão de Rio Branco como uma cidade que nasce ribeirinha e, mais recentemente vai crescendo de costas para o rio, conforme os dois padrões apontados por Porto-Gonçalves

(2001), além disso, foi abordado o surgimento dos primeiros bairros, formados por negros, trabalhadores e os bairros que foram surgindo com o fluxo migratório para a cidade de Rio Branco devido à queda na produção de borracha nos principais seringais, a expansão da fronteira agropecuária e o êxodo rural, resultando na ocupação de áreas mais onerosas por parte das populações mais carentes.

No ponto 2.2 que tem por título “O meio ambiente como fator potencializador da segregação em Rio Branco e no Acre” foi feito uma análise da relação entre a influência dos elementos da natureza como intensificador dos processos de segregação, pois os aspectos físicos também interferem no processo de urbanização, afinal as populações mais carentes normalmente ocupam áreas de vulnerabilidade ambiental, assim como as classes mais altas podem buscar se autossegregar a partir de elementos da natureza também, pois é comum essas classes buscarem amenidade ambiental. No caso de Rio Branco, para compreender a ocupação dessas áreas mais vulneráveis é necessário analisar os projetos de habitações, como o da Companhia de Habitação do Acre (COHAB) desenvolvidos juntamente como governo e que foram acentuando a segregação, o que também ajuda a compreender, a autossegregação que a elite de Rio Branco está vivenciando, buscando isolar-se dos problemas urbanos.

No ponto 2.3 foi feito um “panorama dos aglomerados subnormais”, com isso, foi sistematizado alguns dados do IBGE sobre os aglomerados de Rio Branco, esses dados permitem ver os 37 aglomerados presentes e suas respectivas regionais, permitindo compreender a extensão desses aglomerados, suas localizações, as condições do entorno desses aglomerados, para analisar esta etapa, será utilizado o Google Earth para ver as condições desses aglomerados, suas características, os tipos e as condições das moradias.

2.1. Rio Branco: formação urbana e informalidade habitacional

Ao longo da história do Brasil, a Amazônia assumiu diferentes papéis com diferentes protagonistas. Porto-Gonçalves (2001) analisa a formação territorial e econômica da Amazônia a partir de dois padrões, o primeiro trata-se do rio-várzea-floresta, que dura até meados da década de 1960, o segundo refere-se a estrada-terra firme-subsolo. Ele apresenta a Amazônia como uma região marcada por conflitos de interesses, desde o período colonial pela exploração do território por parte dos colonizadores portugueses, espanhóis, franceses e holandeses, até o final do século XX, com as discussões acerca do desenvolvimento sustentável, de toda forma e em diferentes contextos, a Amazônia foi, e ainda é, um local de interesse de muitas populações, com diferentes visões acerca da valorização dos seus recursos naturais. Associado ao segundo

padrão, com a entrada de forma mais intensa do capital internacional na Amazônia chega o discurso do desenvolvimento sustentável por volta da década de 1990.

Becker (2001) por sua vez relata os processos de ocupação da Amazônia desde o período colonial até as políticas públicas contemporâneas a partir da década de 1980. A autora examina como diferentes fases da história brasileira moldaram a ocupação da região Amazônica, desde os ciclos econômicos, como o caso da borracha, até a expansão da agricultura e da pecuária para a região.

Nesse sentido, Becker (2001) analisa a ocupação a partir de três níveis: o primeiro diz respeito ao modelo econômico focado na exportação que, desde o começo da colonização até os dias atuais, é a principal motivação na ocupação da região. Essa supremacia está relacionada ao da América Latina como um todo, principalmente o Brasil e a Amazônia terem sido uma das mais antigas preferias da economia global. Em relação à Amazônia, sua ocupação ocorreu através de surtos devastadores associados à valorização temporária de seus recursos naturais e longos períodos de estagnação. Inicialmente, a ocupação da Amazônia ocorreu e continua ocorrendo através de ações externas. Outro ponto que torna esta região tão atrativa é a relevância da Geopolítica, que justifica o domínio de um vasto território com escassos recursos.

Becker (2001) retrata que a Geopolítica desenvolvida para Amazônia que estava interessada no valor econômico dos seus recursos naturais, não obteve sucesso ao tentar executar a criação de uma base econômica e populacional estável que garantisse a soberania sobre a região. A manutenção do domínio territorial se deu através de táticas de intervenção em pontos estratégicos, de posse gradual da terra (*uti possidetis*) e da formação de unidades administrativas diretamente ligadas ao governo central.

O segundo nível trata-se da vivência histórica e do embate entre diferentes modelos de ocupação do território. São duas concepções diferentes. Uma visão predominantemente externa ao território, que defende a soberania e valoriza as relações com a metrópole; em outras palavras, um modelo exógeno. E a outra visão é fundamentada numa perspectiva interna do território, adquirida através do contato com as populações locais, dando prioridade ao desenvolvimento local e à autonomia local, como é o caso do projeto missionário. As missões alcançaram o domínio do território através de uma estrutura econômica mais organizada, algo que o governo colonial não conseguiu alcançar. As consequências econômicas do governo desagregaram o Vale do Amazonas, porém foram essenciais para a unidade política da Amazônia (Becker, 2001).

O terceiro nível se refere especificamente aos modelos espaciais. No contexto das relações externas, o modelo fundamental empregado é o das redes de articulação externa,

formadas por vias circulação e suas articulações, núcleos que garantem a circulação de mercadorias e sua concentração para exportação. Por outro lado, o padrão endógeno é invariavelmente fundamentado em regiões relativamente vastas e isoladas, sendo dependentes de comunidades que dependem de produtos naturais locais. (Becker,2001).

Cada um dos padrões se materializa de acordo com os interesses de diferentes grupos sociais. Ao final do século XX e início do século XXI as fronteiras da Amazônia já estavam delimitadas, o território já havia sido integrado ao Brasil, sua população estava consolidada, porém os conflitos resultantes do desenvolvimento do território se perpetuaram ao longo de sua história. Loureiro (2009) faz diversas críticas a maneira como o Estado se ausentou das questões territoriais sobre a Amazônia e o resultado disso, foram os diversos conflitos devido a maneira que esses povos enxergavam o uso da terra, Porto-Gonçalves (2001, p.80) retrata que “os diversos sentidos de valorização de seus recursos naturais serão a razão de intensos conflitos”, pois a visão do indígena sobre a floresta e seus recursos naturais, é diferente da visão do extrativista, do camponês, do madeireiro, e do pecuarista.

Uma das críticas feitas por Becker (2001) é esse modelo de ocupação e desenvolvimento da Amazônia vindo de uma raiz colonial, onde a Amazônia seria a colônia de exploração que responderia a metrópole, ou seja, uma visão de domínio que vem de fora para dentro e não leva em consideração as especificidades da região e suas possibilidades. O modelo de ocupação da região parte da lógica de desmatamento da floresta amazônica a partir das estradas vicinais, que seguiam a lógica das principais rodovias formando as espinhas de peixes. Após esse projeto de estrada, tem-se também os projetos de mineração e de “distribuição” de terras na tentativa de solucionar os conflitos agrários do sudeste e sul, se iniciando a fronteira agropecuária. A autora retrata a região a partir da década de 1960/70 como uma floresta urbanizada, onde grande parte da população estava migrando para os núcleos urbanos.

Nesse contexto, os primeiros núcleos de povoamento no Acre e na Amazônia, estão relacionados a demanda do capital internacional pela borracha, matéria-prima que se tornou muito importante para Europa e Estados Unidos, que viviam um avanço em suas técnicas, advindas da Revolução Industrial, principalmente em sua segunda fase, com o desenvolvimento das linhas de montagem do setor automobilístico.

Nesse sentido, os rios foram os primeiros padrões de acesso à região que era marcada por uma floresta densa. Durante muito tempo, os rios foram a principal via de acesso ao território, por isso, os primeiros núcleos de povoamento vão surgindo às margens dos rios, futuramente, esses núcleos de povoamento vão dando início às primeiras cidades amazônicas. A população responsável pela frente de expansão da Amazônia, foram os nordestinos, que

foram induzidos por um discurso de riqueza, com a exploração da borracha. Nesse primeiro momento, a Amazônia estava sendo preparada para entrada do capital, essa população de imigrantes nordestinos, eram responsáveis pela abertura da floresta, que futuramente, se tornaram os acessos por meio da estrada.

Segundo Morais (2000) as primeiras margens de rios que foram se tornando núcleo de povoamentos, além dos que foram estabelecidos em Belém, na Amazônia ocidental, foram as margens do rio Madeira, rio Juruá e Purus, que eram as áreas de maior densidade e de melhor qualidade da seringueira, esses núcleos de povoamento, dariam início às primeiras cidades e vilas.

As vias fluviais serviram então de rotas para a ocupação da fronteira (porque eram as únicas vias para as pessoas e mercadorias circularem dentro da floresta), funcionando como “*entrada*” para os migrantes e, “*saída*” ou escoamento das riquezas produzidas pelos seringueiros, ao longo de aproximadamente três décadas. (MORAIS, 2000, p.27)

O território de exploração da borracha estava localizado numa área de confluência de interesse de três países: Brasil, Peru e Bolívia. Dominar este território, era dominar uma área de fronteira que era necessário ser controlada. No entanto, a Bolívia era um dos países que mais reivindicava o território, devido ao Tratado de Ayacucho, no entanto a fronteira da seringueira, ultrapassava os limites pré-estabelecido pelos países, e essa fronteira ia tomando cada vez mais espaço dentro do território estrangeiro.

[...] Este processo, nesta região, gerou uma “*fronteira móvel*” entre Brasil, Peru e Bolívia, conforme denomina Machado (1989). Ou seja, os limites demarcados no passado não eram (re)conhecidos nem respeitados pela população da frente de expansão.

A Bolívia, diante desta penetração de seringueiros nos vales dos referidos rios, exige do governo brasileiro o cumprimento do Tratado de Ayacucho (de 1867), que definia esta área como “*território incontestavelmente estrangeiro*” que só fora resolvido em 1903 com a assinatura do Tratado de Petrópolis, o qual foi baseado no princípio de uti possidetis [...] (MORAIS, 2000, p. 30;32;).

Segundo Bento (2017) os embates em torno dessa disputa de terra resultaram na chamada “questão acreana” que disputava esse território, no entanto, esses conflitos foram amenizados a partir da assinatura do Tratado de Petrópolis, em 17 de novembro de 1903, que além de resultar na compra do território também solucionou o litígio fronteiriço.

Durante essa questão fronteiriça e do ciclo da borracha alguns dos núcleos de povoamento que se iniciavam no Acre passaram a se destacar não mais apenas como pontos de comercialização da borracha, “por ingentes esforços, conquistados a

floresta secular, surgiram logo e como por encanto, florescentes populações, Rio Branco, Sena Madureira, Xapuri, Cruzeiro do Sul, Seabra, constituídas dentro de planos previamente traçados” (FERREIRA, 1936, p. 507). [...]. (FERREIRA, 1936, *apud* BENTO, 2017 p.118).

A iniciativa governamental, após estabelecimento do Território do Acre, com a assinatura do Tratado de Petrópolis, divide o território em três departamentos, assim, de acordo com Ranzi (2008, *apud* Bento, 2017) os núcleos urbanos vão se constituindo de forma artificial com a criação dos departamentos do Alto Acre, Juruá e Purus. Segundo Morais (2000) com essa divisão administrativa surgem os núcleos urbanos como Empresa (atual Rio Branco), Sena Madureira e Cruzeiro do Sul.

A implantação desses departamentos foi uma estratégia do governo para melhor controle do território, sendo instituídos militares para ocuparem os cargos de prefeitos, essa estratégia ajudaria no controle do território e da sociedade por parte do Governo Federal, além disso Morais (2000) também retrata que a escolha desses pontos estava relacionada a sua localização na proximidade de grandes rios. Com isso, a principal função dos governantes era manter a paz e a ordem nesses departamentos, para isso eles tinham autonomia, para usar a “mobilização da força pública para manter a ordem, a segurança e a integridade departamental” (Bento, 2017, p.118), entre outras, como arrecadar impostos e conservar as vias de circulação e infraestrutura do departamento.

O departamento do Alto Acre, tinha como sede provisória, o antigo Seringal Empresa que foi elevado à categoria de vila, e na data de 07 de setembro de 1904, se tornou a sede provisória do departamento passando a se chamar Rio Branco pelo Decreto do Prefeito n.º 7, de 07/09/1904.

As primeiras habitações em Rio Branco, seguem o padrão de ocupação das margens dos rios, as casas eram simples de madeira, cobertas de palha e costumavam ter suas colunas altas, por conta das cheias, dos rios (Bento, 2017). Nota-se que o fator ambiental foi determinante não só no surgimento da cidade às margens do rio, como também influenciou o formato das casas e suas estruturas.

As casas vão se desenvolvendo à margem direita do Rio Acre e não possuíam um padrão regular, pois iam de acordo com o curso do rio. Essas habitações se encontravam na margem direita, pois era a localidade onde havia concentração das principais atividades econômicas, e assim vão surgindo os primeiros bairros.

A Villa Rio Branco já contava com uma divisão embrionária em três bairros: O bairro Comercial, o bairro Canudos e o Bairro África, cada um com suas características

específicas. Na margem direita começava a se estruturar o bairro Penápolis, além de existir três colônias agrícolas, que posteriormente se converteriam em vetores de expansão de Rio Branco. Destaca-se o crescimento do comércio na Rua Eduardo Assmar (em frente ao rio) assim como na Rua Seis de Agosto, que já iniciava uma vocação para as atividades comerciais, pois possuía restaurantes, bares, consultórios de dentistas, médicos e advogados (BENTO, 2017, p. 121).

Segundo o jornal local Folha do Acre (1912, p.05) já havia 245 casas na Villa Rio Branco, sendo 80 na rua General Olympio de Oliveira, 21 na rua Monsenhor Távora, 22 na rua Plácido de Castro, 48 na rua Seis de Agosto, 41 no Bairro África¹, 07 na travessa Novo Progresso, 02 na Travessa da Matriz e 24 no bairro Quinze. A atividade econômica de comércio e serviço já era bastante intensa com a presença de restaurantes, bares, etc. E o processo de segregação já era evidenciado com a composição do Bairro África, formado por uma população carente, que vivia em moradias precárias.

[...] Tal comunidade formou-se nas margens do Rio Acre e tinha em sua composição social a predominância de trabalhadores negros, fato esse que fez a localidade receber a denominação do continente africano. Morfologicamente o bairro era apartado da vila, pois seguia em direção igarapé da Judia, deslocando-se do núcleo de povoamento. O bairro África era formado, quase que exclusivamente, por precárias casas de palha. Os seus moradores viviam em constante apreensão pela perda dos imóveis, dada às pressões exercidas pelos governos departamentais em embelezar a cidade. Inclusive exibia-se a precariedade da comunidade em notícias veiculadas nos meios impressos. (BENTO, 2017, p. 122).

Posteriormente, essas barracas vão ser demolidas, pessoas serão expropriadas e essas moradias serão substituídas por mudanças na infraestrutura da cidade visando o embelezamento da cidade da Villa Rio Branco, e constituindo o que hoje é conhecido pelo Segundo Distrito. Assim as populações vão perdendo seu espaço e ocupando áreas mais afastadas, tornando evidente o processo de segregação no município desde sua formação.

Devido aos fatores naturais presentes no Segundo Distrito, em 1908 foi feito a transferência da sede do departamento para a margem esquerda do Rio Acre que estava menos suscetível a alagações, estando mais alto topograficamente, o projeto surgiu a partir da iniciativa de Gabino Besouro, que buscava formar uma nova sede do departamento que se chamaría Penápolis, em homenagem ao então Presidente Afonso Pena.

Até 1908, a Villa Rio Branco, sede do Departamento do Alto Acre, estava totalmente localizada à margem direita do Rio Acre, uma área plana e favorável à abertura das primeiras ruas, entretanto muito baixa e alagável em épocas de cheias do rio. Além

¹ A localidade se encaixaria atualmente na concepção de uma rua. No entanto, relacionado ao contexto da época foi escolhido adotar neste trabalho a expressão descrita nos jornais que chamava a localidade de Bairro África.

disso, por trás do alinhamento de casas do povoado, a floresta foi gradativamente substituída por pastos para abrigar o comércio de gado, que foi muito importante para Rio Branco. Estas características topográficas somadas à luta autonomista que acontecera no Território, levaram ao questionamento da condição de capital do Departamento desfrutada por Rio Branco, dando origem a diversas tentativas de mudança da sede departamental. Em 1909, o prefeito Gabino Besouro decidiu tomar uma parte de terras do Seringal “Empreza”, situado na margem esquerda do rio Acre, em frente à Villa Rio Branco. Nestas terras definiu um novo arruamento que, começando na margem do rio, seguia até o limite da atual avenida Ceará. Eram terras altas, as da margem esquerda, onde Gabino Besouro quis fundar uma nova cidade chamada Penápolis, em homenagem ao presidente Afonso Pena, e que passaria a se constituir na nova sede da Prefeitura Departamental do Alto Acre [...] (LEITE, A. P. 2010, p.19).

A tentativa de Gabino Besouro em tentar fundar Penápolis fez com que surgisse a divisão atual conhecida como 1º Distrito que se encontra à margem esquerda do Rio Acre e o 2º Distrito que se encontra à margem direita, este último já possuía uma formação social quase consolidada e um comércio bem estabelecido, por isso, dificultou a criação de Penápolis. No entanto, os investimentos em infraestrutura no 1º Distrito como a abertura de importantes vias de acesso como as ruas Epaminondas Jácome e Benjamim Constant, e desenvolvimento de um sistema viário impulsionou um fluxo migratório do 2º para o 1º Distrito, essas novas vias de acesso vão se tornar importantes centros comerciais e áreas residenciais. Até hoje, as duas vias constituem importantes áreas de comércio com a presença de prédios de órgãos públicos.

O deslocamento da administração municipal para o atual Primeiro Distrito (Penápolis) foi caracterizado pelo processo de formação do traçado urbano regular das ruas de Rio Branco com a abertura de um sistema viário planejado e que atualmente compreendem a área central da cidade. As primeiras vias abertas foram as ruas Epaminondas Jácome e Benjamim Constant, ambas paralelas ao Rio Acre e as ruas Marechal Deodoro e Getúlio Vargas ambas perpendiculares às anteriores. Ao longo desses logradouros foram estabelecidos os primeiros serviços administrativos, comércios e residências da margem direita do Rio Acre (GUERRA, 1951 apud BENTO, 2017).

O 1º Distrito constituiu uma forma de modernização, nessa área não se desenvolveram as primeiras construções em alvenaria. Além disso, o Governo de Hugo Carneiro, que durou de 1927 a 1930 implantou políticas de modernização em Rio Branco, que foi marcando a sua passagem de vila para capital, dentre os projetos de Hugo Carneiro, criou o projeto de higienização da cidade, onde havia intervenções militares, com visitas nas casas para manter as regras do Código de Postura, e para quem descumprisse as regras eram estabelecidas penas rigorosas (Morais, 2013.). De acordo com o Jornal Folha do Acre edição 000174/1914 algumas incumbências do Código de Postura já entravam em vigor, como por exemplo às visitas domiciliares.

A Directoria [sic.] do Serviço Sanitário Municipal, de acordo [sic.] com a Lei, designa o dia de quinta-feira de todas as semanas para as visitas domiciliares, de sua competência, conforme as disposições do Código de Posturas Municipaes [sic.]. Rio Branco, 1 de novembro de 1914. - (Assignado) Dr. Carmello Timpanelli Director [sic.] do Serviço Sanitário.²

Conforme o Código de Conduta aqueles que não cumprissem as ordenanças sanitárias sofriam penas e até mesmo a exclusão social, usava-se de militares para que essas regras sanitárias fossem cumpridas.

O tenente dr. Pedro Aguiar, auxiliado pelo funcionário da prefeitura Geminiano Teixeira, tem feito visitas domiciliarias [sic.] em todas as ruas, avenidas e subúrbios da cidade, obrigando os respectivos moradores a trazerem limpos os quintaos [sic.] das casas onde habitam. Essa medida tem ocorrido para melhorar o nosso estado sanitário, pois amontoavam-se nos quintaos [sic.] de certas casas, imundícies [sic.] de toda a espécie exalando [sic.] uma fedentina horrível.³

Por mais que houvesse esse controle sanitário e buscassem controlar as habitações e fluxos de pessoas, a migração para Rio Branco aumentava cada vez mais, principalmente a margem esquerda do Rio Acre. As populações evitavam ocupar áreas suscetíveis a alagação.

[...] Em meados da década de 1960, o espaço urbano já chegava ao norte, até a Avenida das Nações Unidas, e oeste à rua conhecida como estrada Omar Sabino. Delineavam-se os bairros Abraão Alab, da Floresta e era aparente o crescimento do Centro, que continuava pela Rua Quintino Bocaiúva e José de Melo, até a Avenida das Nações Unidas. (MORAIS, 2000, p. 98).

A partir de 1980, Morais (2000) aponta a intensificação do fluxo migratório para Rio Branco como consequência do êxodo rural. Muitos trabalhadores sem recursos para adquirir novas terras acabavam ocupando áreas precárias para habitação, muitas eram próximas do rio, porém com o crescimento para a área que hoje é conhecida como primeiro distrito, essas ocupações passaram a ser na margem esquerda do Rio Acre, ocupavam também os vazios urbanos e assim como o bairro Papoco (atual Dom Giocondo), foram surgindo novos bairros segregados, por exemplo Bahia, Palheral, essas localidades eram carentes de diversos serviços de saneamento básico, tratamento de água tornando-os locais habitados por uma população segregada.

Eram famílias constituídas normalmente por posseiros, normalmente eles ocupavam terrenos abandonados e começavam o processo de construção das suas moradias, a exemplo

² Folha do Acre, 1 de novembro de 1914, ano 5, nº 173 p.03

³ Folha do Acre, 23 de outubro de 1910, ano 7, nº 7, p. 03

disso, têm-se o Bairro Triângulo novo, João Eduardo, nas imediações entre Bahia e Aeroporto Velho. Varadouro (1981, *apud* Morais, 2000) mostra que não havia nada sendo construída nas áreas onde eram estabelecidos esses bairros, por isso, diversas famílias desabrigadas e que muitas vezes haviam sido expulsas dos seringais pelos latifundiários sulistas, ocupavam essas áreas e começavam a construir desordenadamente. No entanto, normalmente após ocupações essas terras eram reivindicadas, o que ocasionava constantes conflitos entre os que se diziam donos e os posseiros, muitas famílias chegavam a ser expulsas com ordens judiciais, ou então, a justiça mediava “acordos” de venda dessas terras aos posseiros em “condições favoráveis”. (Morais, 2000).

Estes bairros pobres, habitados pelas populações expulsa das áreas rurais, revelam uma tendência no crescimento e espalhamento do espaço urbano. Ou seja, esta população passa a instalar-se em áreas periféricas de Rio Branco, formando aglomerados de habitação com características de favelas, em lugares impróprios e desprovidos das mínimas condições de habitualidade (como água, luz, saúde, lazer, drenagem), o que mostra o padrão de vida a que foi relegada esta população no processo produtivo regional.

Esta população excluída não possui uma habitação, que além da ideia de abrigo compreenda a integração com a cidade e seu entorno, a disponibilidade de infraestrutura [sic.] urbana e de acesso ao mercado de trabalho e aos equipamentos públicos. A habitação assim concebida propiciaria as condições necessárias para a proteção física de seus moradores, o convívio familiar, a integração do indivíduo na comunidade e a reprodução da força de trabalho (MORAIS, 2000, p. 104).

De acordo com Morais (2000) esses novos bairros que foram sendo constituídos a partir de posses, não tinham um padrão na estrutura das casas, assim como o processo para obter serviços públicos essenciais era mais difícil. Após a construção das casas e conquistar de fato seu direito à terra e moradia, os moradores agora tinham outro conflito para enfrentar, que era a busca por uma infraestrutura adequada para as populações destes bairros, pois a localização, muitas vezes próxima dos rios, não despertava interesse de investimento, na verdade até hoje são áreas que carecem de diversos serviços, pois o serviço público não busca investir nessas áreas, afinal elas sofrem constantemente com alagação. Acerca disso Morais e Venturato (2013) retrata:

[...] estas áreas são apresentadas como onerosas ao serviço público, que não tem condições de investir nesses locais dadas as perdas materiais a cada enchente, e são apresentadas também como áreas em que mais se degrada o meio ambiente. (MORAIS, VENTURATO, 2013, p.91.)

Isto se torna ainda mais perceptível quando se analisa que os governos municipais e estaduais não tem nenhum plano de contenção ou ajuda para as famílias que sofrem com isto,

pois a retirada dessas famílias para conjuntos habitacionais distantes do seu local de convívio, ou sua alocação em abrigos e aluguéis temporários não solucionam o problema, pois muitas vezes essas famílias acabam retornando para área de risco, e quando isto não ocorre, essas áreas acabam sendo ocupadas por outras famílias, afinal a necessidade de moradia faz parte da população.

Como não existe um padrão de organização do espaço urbano dentro desses bairros, tendo em vista que eles vão se constituindo de forma espontânea, a tendência é que se parte das moradias sejam formadas de casas simples de madeira, até porque as condições de renda dessas populações são baixas, a localização desses bairros possui poucas condições de saneamento básico, o que torna essas áreas aglomerados subnormais, formados por uma população que foi segregada da sociedade.

Inclusive Becker (2013), faz uma série de críticas às políticas de urbanização na Amazônia, a autora retrata que a maneira como foi se desenvolvendo a urbanização na Amazônia não respeitava os aspectos físicos/naturais já existente na região, assim como não respeitou as organizações sociais que já existiam e que foram se constituindo ao longo dos processos de migrações, a autora retrata a complexa relação desenvolvimento/urbanização e o meio ambiente, ela enfatiza que a urbanização na Amazônia não poderia ser vista como um fenômeno isolado, mas sim como parte integrante do ecossistema amazônico, sendo importante considerar o conhecimento e a cultura das populações locais na formulação de políticas urbanas eficazes, e não que fossem desenvolvidas políticas de urbanização baseado num modelo que vinha de “fora para dentro” buscando aplicar na Amazônia os mesmos métodos desenvolvidos em outras regiões brasileiras.

2.2. Risco e vulnerabilidade: O meio ambiente como fator atenuante da segregação e vulnerabilidade em Rio Branco

O conceito de risco e vulnerabilidade são importantes dentro dos estudos demográficos, enquanto o primeiro baseia-se num modelo matemático que busca analisar as relações de probabilidade de alguns fenômenos ou eventos perigosos que afetam diretamente o ambiente, o ser humano e a sociedade, por exemplo riscos geomorfológicos, risco de enchente, etc, (Marandola Jr, Hogan, 2005) já o segundo conceito trata-se da predisposição de um sistema (natural ou humano) a sofrer certos impactos devido sua exposição ao risco (Cutter *et.al*, 2003 Traduzido por Ferreira, 2011) esse risco é determinado pelas condições que o indivíduo vive, assim a vulnerabilidade pode estar associada a uma condição física, por exemplo a moradia em

áreas de risco geológico ou enchente, ou pode estar relacionada a uma condição política ou social, por exemplo, a moradia em locais mais distantes e perigoso socialmente devido fatores econômicos, ou seja, é influenciada pelas desigualdades sociais.

É indissociável o conceito de risco e vulnerabilidade, pois são essenciais para entender a dinâmica dos sistemas naturais e humanos diante de mudanças ambientais, desastres naturais e processos socioeconômicos.

O risco é um constructo eminentemente social, ou seja, é uma percepção humana. Risco é a percepção de um indivíduo ou grupo de indivíduos da probabilidade de ocorrência de um evento potencialmente perigoso e causador de danos, cujas consequências são uma função da vulnerabilidade intrínseca desse indivíduo ou grupo. (ALMEIDA, 2012, p. 25).

Com as crescentes transformações vivenciadas pelo capitalismo na década de 1970, o aceleramento do processo de urbanização associado a industrialização, as desigualdades sociais se tornam cada vez mais acentuadas e a noção de vulnerabilidade se tornou importante na abordagem do conceito de risco, buscando o desenvolvimento de estratégias que amenizasse os impactos causados pelos desastres naturais em diversas escalas seja numa escala local, regional e global.

A vulnerabilidade social tem sido uma temática de preocupação do campo das ciências humanas e sociais, pois envolve questões que estão presentes no cotidiano da população, como a crescente pobreza, condições de moradia em áreas de risco, insatisfação de algumas necessidades básicas e perda da qualidade de vida. Muitos municípios brasileiros convivem diariamente com os altos índices de pobreza nas áreas urbanas, e muitas vezes, as condições vivenciadas por essa população são negligenciadas pelas políticas públicas que não são prioridade dos governantes atender essas populações.

O risco ambiental é algo presente em muitas cidades brasileiras, onde diversas localidades sofrem as ameaças dos fenômenos naturais, como no caso de cidade ribeirinhas que forem com as enchentes, cidades que possuem diversas formas de moradias em morros que são locais propenso a erosão. As inundações são um fenômeno natural que atinge constantemente as cidades amazônicas, que vivencia durante o verão alagações em diversas cidades e durante a estiagem um período de extrema seca dos rios.

Nos espaços urbanizados, as inundações estão entre as ameaças naturais que mais causam danos humanos e materiais. Os problemas causados pelas inundações estão fortemente correlacionados a uma histórica posição de arrogância por parte da sociedade quanto à dinâmica “natural” da bacia hidrográfica, mas também de “inocência” ou de inadvertência no que concerne à ocupação das margens dos rios

por populações marginalizadas (“marginais”, tanto do ponto de vista da localização da moradia quanto do socioeconômico) da sociedade urbano-industrial. (ALMEIDA, 2012, p. 46)

Normalmente as populações mais carentes são as mais afetadas com as enchentes, erosões e outros processos de degradação ambiental, pois as condições de habitações não são propensas a resistência desses desastres, a falta de planejamento urbano tem resultado na ocupação irregular em áreas de riscos, no entanto, vale ressaltar que a ocupação dessas áreas envolve diversas questões sociais, sendo muitas vezes o único local de acesso para as famílias que vivem em condição de pobreza.

Além disso, a especulação imobiliária também contribui para ocupação de áreas irregulares, os diferentes valores atribuídos a terra associado desigualdade socioeconômica contribui para constituição de espaços segregados dentro da cidade, pois o poder econômico condiciona o nível de ocupação em áreas de risco.

No caso do Acre, um dos principais motivos de ocupação da região foi devido a intensa exploração da *hevea brasiliensis*, que ocasionou um grande fluxo migratório de nordestinos para região de exploração da borracha, é importante ressaltar que esse fluxo migratório foi forçado, não somente para exploração dos recursos naturais, mas também para ocupação da região e garantia de futura posse do território. Os primeiros núcleos urbanos surgem a partir da exploração da borracha e indiretamente se iniciam às margens dos rios, no caso de Rio Branco os primeiros núcleos de povoamento vão surgindo às margens do rio Acre devido ser a principal forma de acesso a localidade e essas primeiras ocupações já sentiam o impacto relacionado as alagações.

Conforme a cidade avançou para o primeiro distrito e teve um crescimento da sua malha urbana, a população mais vulnerável seguia ocupando locais inóspitos e de difícil infraestrutura, principalmente às margens dos rios. No caso de Rio Branco, a combinação de fatores sociais e ambientais cria um quadro de vulnerabilidade complexo. A cidade está localizada em uma região de floresta amazônica, de clima equatorial úmido, com chuvas intensas, principalmente no verão, época em que ocorre as enchentes dos rios, aumentando a condição de vulnerabilidade ambiental das populações que vivem nessas áreas.

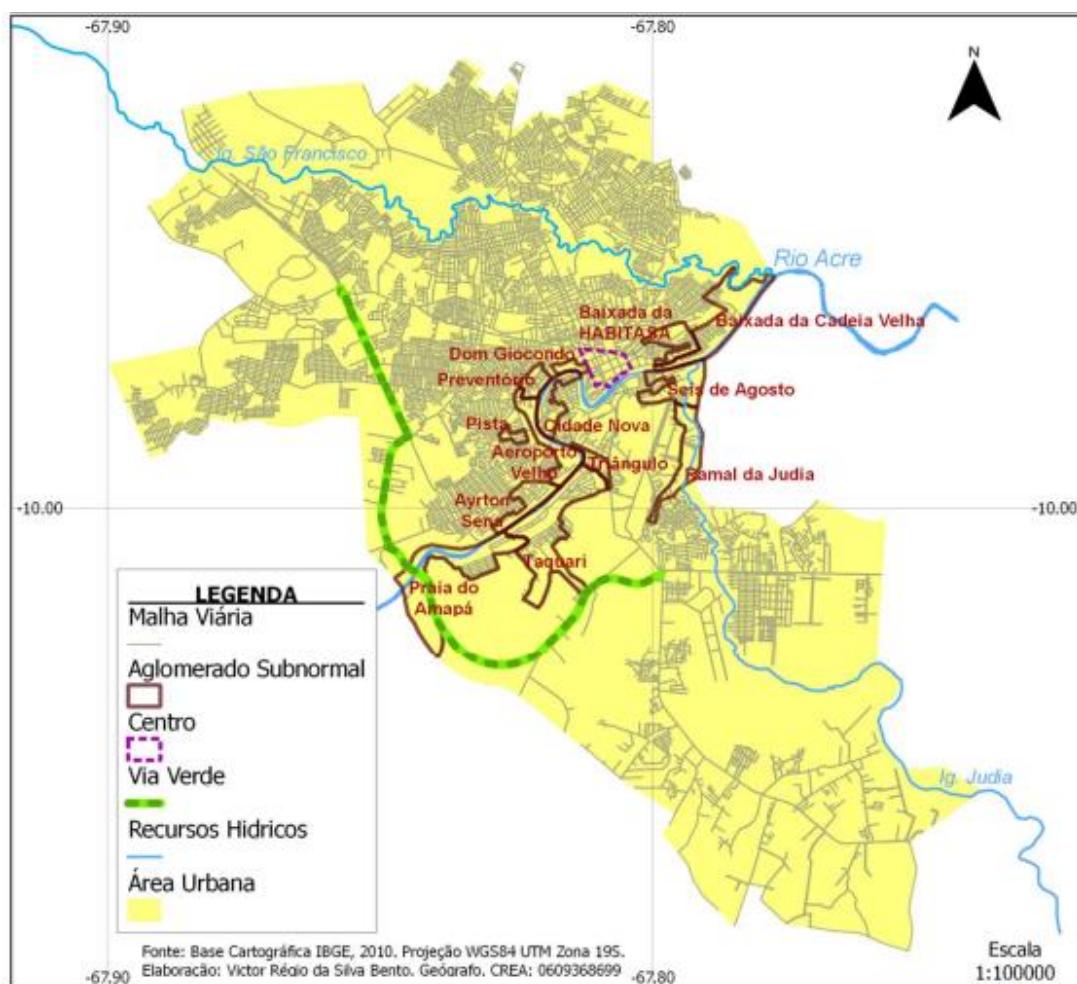
Historicamente, as áreas mais pobres da cidade, onde a infraestrutura é precária, são as mais afetadas por esses eventos. A ocupação irregular de áreas próximas a rios, como o Rio Acre, é comum entre zonas de baixa renda, que constroem suas moradias em áreas de risco, sem condições adequadas de infraestrutura e de saneamento básico.

A falta de políticas públicas eficazes para enfrentar esses problemas agrava a vulnerabilidade da população. Em períodos de cheia, muitas famílias precisam ser removidas de suas casas, o que gera impactos tanto econômicos quanto sociais, como perda de bens, interrupção de atividades laborais e danos psicológicos.

Quando se analisa essas moradias nota-se que elas estão inseridas na classificação do IBGE na condição de aglomerados subnormais, um dos principais fatores é a condição de vulnerabilidade social e ambiental. O censo de 2010 mostra que os aglomerados subnormais em sua maioria estavam localizados às margens de rios e igarapés.

Em 2010, segundo o IBGE (2013) Rio Branco contava com 13 aglomerados subnormais, Aeroporto Velho, Ayrton Senna, Baixada da Cadeia Velha, Baixada da HABITASA, Cidade Nova, Dom Giocondo, Pista, Praia do Amapá, Preventório, Ramal da Judia, Seis de Agosto, Taquari e Triângulo, todos eles localizados em áreas de influência dos aquíferos (Rio Acre e Igarapé Judia) conforme a figura 2.

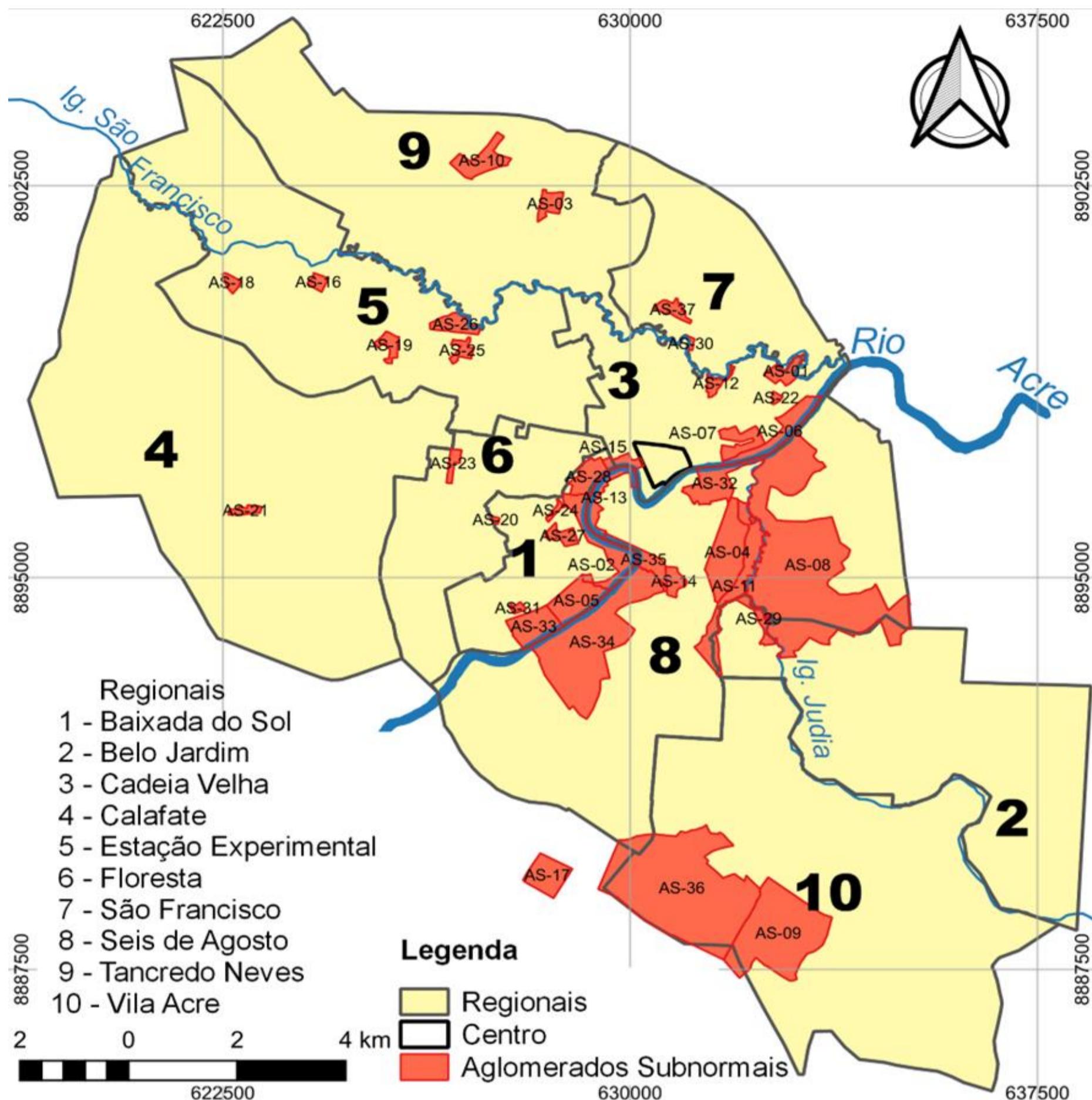
FIGURA 2: Aglomerados subnormais de Rio Branco – IBGE (2010)



Fonte: BENTO, 2017.

Em um período de 2010 a 2019 a malha urbana de Rio Branco teve um aumento de 24 aglomerados subnormais, nota-se que o principal critério para classificação desses aglomerados foi sua presença nas áreas alagadiças de relevo plano nas proximidades do Rio Acre e Igarapé Judia, já em 2019 o número de aglomerados cresce pois além do crescimento da malha urbana de Rio Branco, o critério da localização em áreas propensas a alagação passa a ser expandido para a região do Igarapé São Francisco e para setores de risco geológico com os terrenos instáveis ou presentes no Aquífero Rio Branco.

FIGURA 3: Aglomerados subnormais de Rio Branco (2019)



Aglomerados Subnormais

- AS-01 Adalberto Aragão
- AS-02 Aeroporto Velho
- AS-03 Alto Alegre
- AS-04 Areal
- AS-05 Ayrton Senna
- AS-06 Baixada da Cadeia Velha
- AS-07 Baixada da HABITASA
- AS-08 Belo Jardim
- AS-09 Benfica
- AS-10 Caladinho
- AS-11 Canaã
- AS-12 Casa Nova
- AS-13 Cidade Nova

AS-14 Comara

- AS-15 Dom Giocondo
- AS-16 Hélio Melo
- AS-17 Invasão do Amapá
- AS-18 Invasão do Sabiá
- AS-19 Jardim Primavera
- AS-20 João Eduardo II
- AS-21 Laélia Alcântara
- AS-22 Morada Do Sol
- AS-23 Nova Esperança
- AS-24 Palheral
- AS-25 Parque Das Palmeiras
- AS-26 Paz
- AS-27 Pista

AS-28 Preventório

- AS-29 Recanto dos Buritis
- AS-30 São Francisco
- AS-31 São Sebastião
- AS-32 Seis de Agosto
- AS-33 Sobral
- AS-34 Taquari
- AS-35 Triângulo
- AS-36 Vila Acre
- AS-37 Vitória

Escala 1:125000.
Fonte: IBGE, 2019
Projeção UTM - Zona 19S,
Datum SIRGAS2000.
Elaborado por: BENTO, V. R. S.

Conforme pode ser observado no mapa apesar de atualmente alguns aglomerados estarem distante de rios e igarapés, a maior parte ainda se concentram às margens do Rio Acre e do Igarapés Judia.

Tendo em vista a acessibilidade e a topografia, percebe-se que a condição subnormal das residências em Rio Branco é caracterizada pela localização em áreas alagáveis e de relevo plano, com declives em direção aos rios e igarapés. Além do mais, são áreas com relativa infraestrutura da malha viária, uma vez que possui integração com a cidade[...]. Portanto, a localização é o atributo marcante na configuração da informalidade na capital do Acre. (BENTO, 2017, p. 152).

Com isso tem-se um crescimento dos aglomerados de 2010 até 2019, pois a inserção do risco geológico aumenta a quantidade de AGSN de 13 para 27 AGSN, no entanto, dos atuais 37 AGSN de Rio Branco somente 10 não estão em nenhuma condição de risco seja por inundações ou risco geológico, ou seja estão localizados em terrenos estáveis, que são o Alto Alegre, Benfica, Caladinho, Hélio Melo, Invasão do Sabiá, Jardim Primavera, Laélia Alcântara, Nova Esperança, Parque das Palmeiras e Paz conforme a tabela 2. Neste caso, desses aglomerados que não estão no setor de risco geológico ou aquífero, sua condição subnormal está relacionada a áreas de invasão, ou áreas de urbanização fora dos padrões ou até mesmo pela precariedade dos serviços básicos que também se encaixa no critério de classificação do IBGE para os aglomerados subnormais.

TABELA 2: Aglomerados Subnormais de Rio Branco localizados em setores de risco geológico ou área de aquífero

Aglomerado Subnormal	Área risco geológico (CEMADEM)	Área de Aquífero	Presença das duas condições
Adalberto Aragão	Sim	Não	Não
Aeroporto Velho	Sim	Sim	Sim
Alto Alegre	Não	Não	Não
Areal	Sim	Sim	Sim
Ayrton Senna	Sim	Sim	Sim
Baixada da Cadeia Velha	Sim	Não	Não
Baixada da HABITASA	Sim	Não	Não
Belo Jardim	Sim	Sim	Sim
Benfica	Não	Não	Não
Caladinho	Não	Não	Não
Canaã	Sim	Sim	Sim
Casa Nova	Sim	Não	Não
Cidade Nova	Sim	Sim	Sim

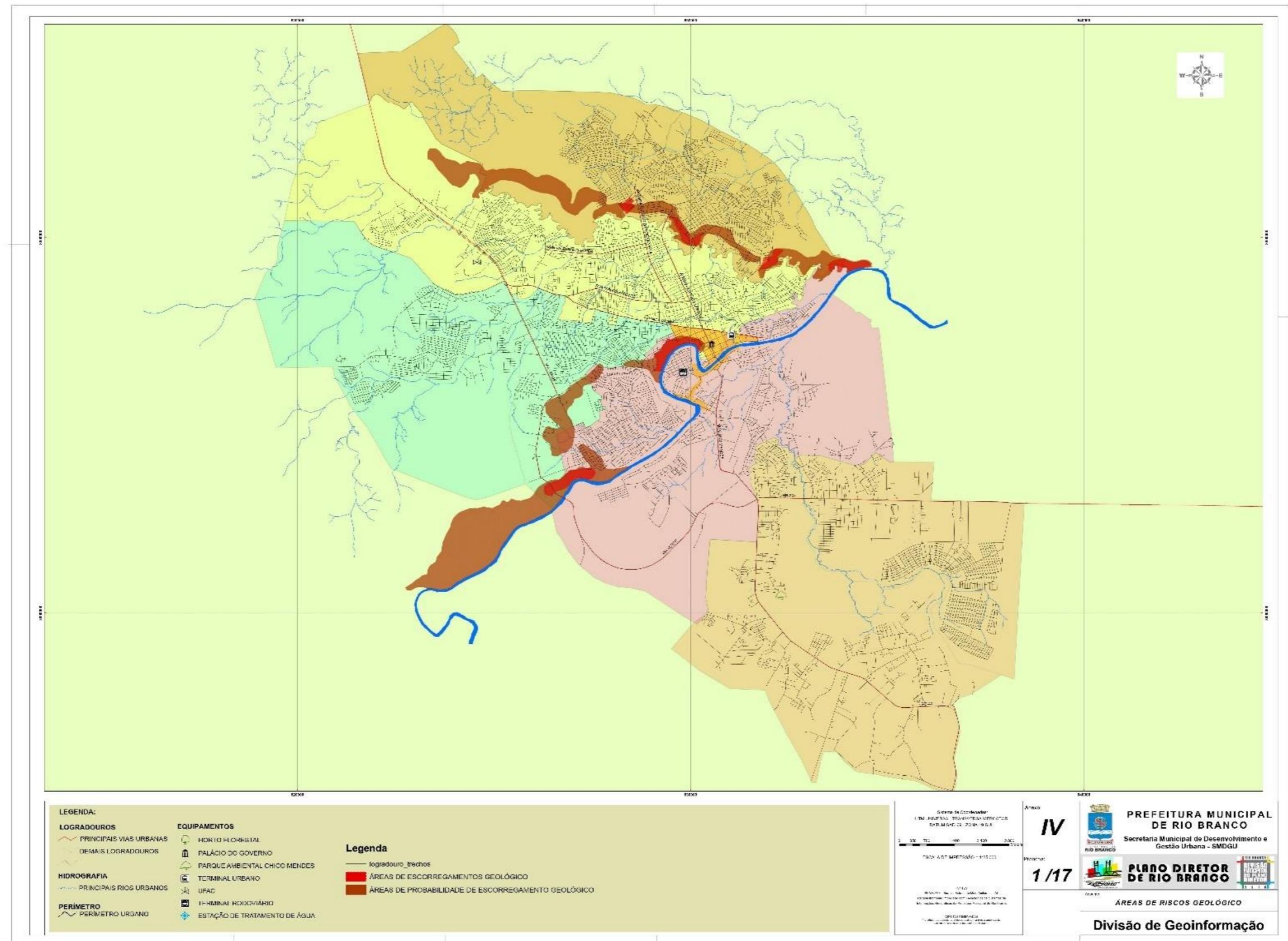
Comara	Sim	Sim	Sim
Dom Giocondo	Sim	Não	Não
Hélio Melo	Não	Não	Não
Invasão do Amapá	Não	Sim	Não
Invasão do Sabiá	Não	Não	Não
Jardim Primavera	Não	Não	Não
João Eduardo II	Sim	Não	Não
Laélia Alcântara	Não	Não	Não
Morada do Sol	Sim	Não	Não
Nova Esperança	Não	Não	Não
Palheral	Sim	Não	Não
Parque das Palmeiras	Não	Não	Não
Paz	Não	Não	Não
Pista	Sim	Sim	Sim
Preventório	Sim	Sim	Sim
Recanto dos Buritis	Sim	Não	Não
São Francisco	Sim	Não	Não
São Sebastião	Sim	Sim	Sim
Seis de Agosto	Sim	Sim	Sim
Sobral	Sim	Sim	Sim
Taquari	Sim	Sim	Sim
Triângulo	Sim	Sim	Sim
Vila Acre	Não	Sim	Não
Vitória	Sim	Não	Não

FONTE: CEMANDEM. Adaptado por BENTO e SANTOS.

No caso dos AGSN localizados em áreas de aquífero são 16 aglomerados – Aeroporto Velho, Areal, Ayrton Senna Belo Jardim, Canaã, Cidade Nova, Comara, Invasão do Amapá, Pista, Preventório, São Sebastião, Seis de Agosto, Sobral, Taquari, Triângulo e Vila Acre. A tabela acima também apresenta os AGSN presente tanto em áreas de aquífero quanto em áreas de risco geológico classificado de acordo com o CEMADEN (Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais).

Rio Branco (2016) mostra as principais zonas de risco geológico, em caso de locais que já sofreram algum tipo de escorregamento geológico e áreas que estão prováveis a sofrer com o fenômeno. Comparando a figura 3 e a figura 4 é possível perceber que os aglomerados presentes no igarapé São Francisco estão na condição do risco geológico.

FIGURA 4: Áreas de Risco Geológico de Acordo com o PDDU Rio Branco (2016)



FONTE: RIO BRANCO, 2016.

As manchas vermelhas representam áreas que sofreram algum tipo de desmoronamento, e a mancha marrom que se concentra nas proximidades do Rio Acre e igarapé São Francisco representam áreas que, de acordo com Rio Branco (2016), são áreas que existem risco geológico ou possibilidade de desmoronamento. Quando se analisa as informações fornecidas por Silva e Mendonça (2018) existem em torno de 452 casas em risco e em torno de 1808 pessoas residentes nessas áreas de risco. Essas famílias normalmente buscam construir casas nessas áreas por questões financeiras e, muitas vezes, mesmo sabendo dos riscos, a falta de condição financeira faz com que essas famílias permaneçam em suas moradias atuais.

A concorrência pelo uso do solo por diferentes classes sociais resulta na ocupação desigual das áreas, as classes mais baixas tendem a ocupar áreas que são menos atrativas para o mercado imobiliário, com isso, parte dessa população ocupam às margens de rios, ou áreas de inundação, áreas afastadas da cidade que não dispõem de uma infraestrutura adequada, ou até mesmo áreas propensas a erosão. Associado a isto, se tem uma elite que ocupa as áreas mais privilegiadas longe das ações ambientais como as inundações ou erosões, porém é comum a elite buscar áreas ambientais amenas, porém essas áreas não estão numa condição de vulnerabilidade ambiental. Carlos (2013) explica que

[...] o uso residencial será determinado pelo papel que cada indivíduo ocupará (direta ou indiretamente) no processo de produção geral da sociedade e, consequentemente, o seu lugar na distribuição da riqueza gerada. Assim, a diferenciação dos usos será a manifestação espacial da divisão técnica e social do trabalho, num determinado momento histórico. (CARLOS, 2013, p.46).

Com isto, a elite tem a opção de escolha do melhor local para se viver, enquanto as classes mais baixas buscam o terreno mais barato ou a casa mais barata para morar. Nesse sentido, as elites estão em constantes mudanças de localidades e mudam a forma de segregação, em um certo momento habitam áreas próximas dos centros urbanos, e quando os problemas urbanos começam a se acentuar, as elites buscam áreas mais afastadas, buscando amenidade ambiental.

Assim, as classes de maior renda habitam as melhores áreas, sejam as mais centrais ou, no caso das grandes cidades, quando nestas áreas centrais afloram os aspectos negativos como poluição, barulho, congestionamento, lugares mais distantes do centro. Buscam um novo modo de vida em terrenos mais amplos, arborizados, silenciosos, e com maiores possibilidades de lazer. À parcela de menor poder aquisitivo da sociedade restam as áreas centrais, deterioradas e abandonadas pelas primeiras, ou ainda a periferia, logicamente não a arborizada, mas aquela em que os terrenos são mais baratos, devido à ausência de infra-estrutura [sic.], à distância das "zonas privilegiadas" da cidade, onde há possibilidades da autoconstrução — da casa realizada em mutirão. Para aqueles que não têm nem essa possibilidade, o que sobra é a favela, em cujos terrenos, em sua maioria, não vigoram direitos de propriedade. (CARLOS, 2013, p. 48-49.)

Atualmente, nota-se que os projetos imobiliários e redes de condomínios particulares estão crescendo para longe do centro da cidade, principalmente sentido a Via Verde e BR-364, é o caso do Condomínio Ecoville, e do condomínio que se encontra em Construção Ecovillage.

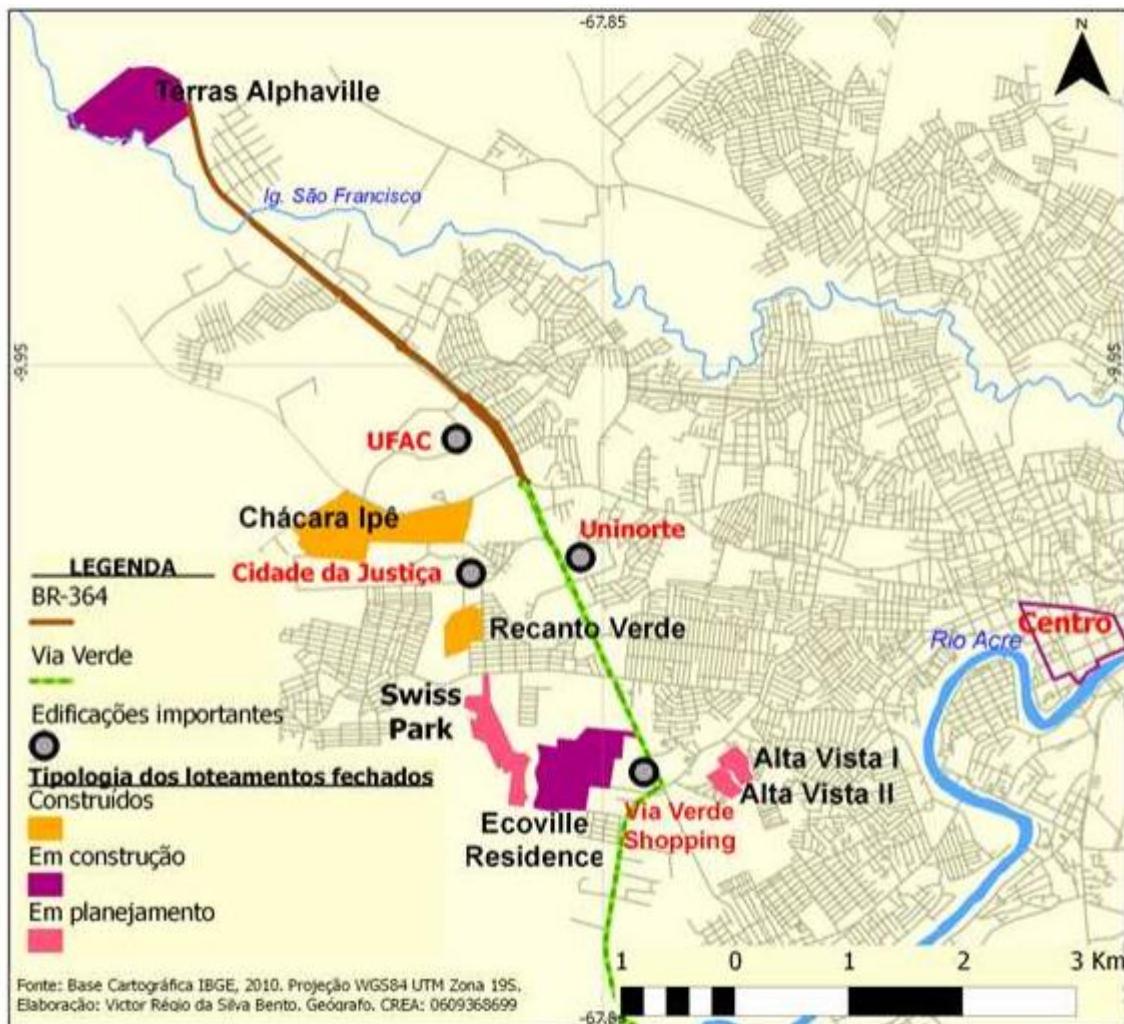
FIGURA 5: Condomínios e residenciais na BR-364 Via verde em um trajeto de aproximadamente 4km entre o Via Verde Shopping e Faculdade Uninorte (Rio Branco)



FONTE: Google Earth, 2024. Elaborado pela autora.

Além dos condomínios apresentados na figura 5, tem o Swiss Park localizado na estrada do calafate próximo a BR-364 também e conforme se avança no trecho da BR-364 sentido a Universidade Federal do Acre, muitos outros condomínios irão aparecer como é o caso do condomínio Alphaville (figura 6), que fica nas proximidades do Bairro Custódio Freire, bairro sentido o município do Bujari, bem distante do centro. Analisando ainda a BR-364 sentido o Via Verde Shopping, também tem um novo empreendimento que será desenvolvido nas proximidades da BR-364 próximo a Rodoviária Internacional de Rio Branco, que é o condomínio fechado Ecovillage, localizado no Bairro Praia do Amapá.

FIGURA 6: Condomínios de alto status social presentes na via verde às margens da Via Verde



FONTE: BENTO, 2017.

Durante o trabalho desenvolvido por Bento (2017) parte desses loteamentos fechados ainda estavam em construção, atualmente, esses projetos já estão consolidados com várias moradias. Há uma estratégia por trás da implantação desses projetos às margens da Via verde, o discurso da distância em relação a agitação da cidade e a proximidade das áreas verdes fazem parte da propaganda da maior parte desses condomínios, o que torna atrativo para o público-alvo não somente a questão da segurança nesses loteamentos fechados.

Outro ponto é a amenidade ambiental, busca-se proximidade com grandes redes de supermercados, como o Assaí, Atacadão, proximidade com lojas de departamentos, como é o caso da Havan, proximidade com área de lazer como o Via Verde Shopping, a presença próxima das faculdades Uninorte (Particular) e Universidade Federal do Acre – Ufac (Pública), assim como o fácil acesso a estrada que liga ao Aeroporto Internacional de Rio Branco. Com isso são

inúmeras vantagens para quem adquire lotes nesses grandes empreendimentos mobiliários, que buscam atender a uma população exclusiva, que possui uma renda financeira alta.

FIGURA 7: Propaganda dos grandes projetos imobiliários em Rio Branco



FONTE: BENTO, 2017.

O crescimento acelerado da cidade de Rio Branco principalmente após 1970 resultou na necessidade de o governo começar a pensar em políticas habitacionais para essas populações, principalmente porque parte dessas populações habitavam áreas de risco o que demandava também uma ação por parte do Estado para solucionar essa problemática.

No Acre, como alternativa para a realocação das famílias de áreas alagadiças e ribeirinhas, os governos vigentes entre as décadas de 1970-1990 fomentaram o desenvolvimento de diversos programas sociais destinados à habitação e interesse social. A companhia de habitação foi instituída no Acre por meio da Lei n. 61, de 17 de dezembro de 1965. (BENTO, 2017, p.160).

Com isso o governo do Acre passa a intervir em construir conjuntos habitacionais através da COHAB (Companhia de Habitação do Acre), segundo a COHAB *apud* Morais (2000) entre 1971-1997 foram construídos 26 conjuntos habitacionais, resultando em 8767 moradias, onde 7 desses conjuntos habitacionais foi feito por empresas particulares sob financiamento da COHAB. Esse projeto acentuou ainda mais a segregação no espaço de Rio Branco, afinal o longo financiamento, associado a renda, não permitia que a maiorias das famílias de classe baixas tivessem acesso a essas moradias, Morais (2000) explica que a maioria das moradias que foi construída pela COHAB era destinada a populações com salários de 3 a 5 salários-mínimos.

Vários segmentos das massas trabalhadoras brasileiras ficaram alijadas dessa política habitacional, principalmente aqueles de menor capacidade econômica, inclusive os sub-empregados e os desempregados. Estes, cada vez mais engrossam as fileiras do Setor Informal e só encontram “solução” para os problemas habitacionais morando em áreas de ocupação ou recorrendo à auto-construção. Ou forçando o poder público a tomar uma iniciativa, como ocorreu com os lotes que hoje são os bairros Jorge Lavocat e Montanhês. Isto ocorreu da seguinte forma: estes terrenos já eram destinados para conjuntos, mas ainda não tinham sido iniciadas às construções; daí a população de baixa renda resolveu ocupar a área para forçar a Cohab a fazer o loteamento. (MORAIS, 2000, p. 118).

Muitas vezes essas famílias recorriam a moradias em áreas de risco ambiental. Pois, a medida em que os projetos de habitações populares foram crescendo, os terrenos escolhidos foram ficando cada vez mais distante do centro da cidade, acentuando o processo de segregação, assim também, o solo se torna cada vez mais valorizado nas proximidades do centro, deixando cada vez mais distante o sonho dessas famílias por uma moradia digna com uma infraestrutura adequada.

As ações da COHAB-AC e de seus subprogramas contribuíram para acentuar as desigualdades socioespaciais em Rio Branco. A priorização da moradia como mercadoria fez com que as localizações mais privilegiadas tornassem ainda mais valorizadas a partir das vantagens de infraestrutura e condições de moradia em relação à outras porções da cidade. Os conjuntos habitacionais foram alvos de disputa entre os grupos sociais, tornando a moradia popular em objeto de compra no qual os grupos com maior poder aquisitivo saíram em vantagem. (BENTO, 2017, p.171.)

Com isto, as moradias nas áreas de riscos se tornam alternativas para as famílias, pois são as áreas que normalmente os terrenos possuem valor acessível, as casas estão presentes em um baixo padrão de urbanização desvalorizando ainda mais seu processo, enquanto isso, em uma parte mais urbanizada da cidade a valorização dos imóveis às margens da avenida Ceará, Antônio da Rocha Viana só crescem. No caso de Rio Branco, dos 37 aglomerados subnormais

localizadas na cidade 27 estão presentes em alguma área de risco seja um setor de risco geológico, ou localizado em um aquífero, estando sujeito aos processos de inundações sazonais que ocorrem no município.

2.3. Panorama dos aglomerados subnormais em Rio Branco

A obtenção formal da moradia por meio de loteamentos regularizados pela ação das políticas públicas se mostra insuficientes para resolver o déficit habitacional no Brasil. O crescente afluxo demográfico que se direcionou do campo para os centros urbanos no decorrer do século XX evidenciaram não somente a carência de moradia, mas também a precária distribuição das redes de infraestrutura, fator que contribui para agravar ainda mais as condições das comunidades que surgiram em decorrência da expansão horizontal das cidades.

A apropriação e conversão em mercadoria das glebas de melhor situação dificultaram a produção da moradia popular direcionando a população de menor rendimento para as localizações distantes e para as reentrâncias do mercado formal em áreas de vulnerabilidade socioambiental. Assim, para a maioria da população dos núcleos urbanos brasileiros o acesso à moradia se efetivou pela autoconstrução residencial em locais carentes dos serviços públicos o que contribuiu para a formação das periferias (KOWARICK, 1993).

A formação dos AGSN cresce nesse contexto da necessidade de moradia por parte das populações mais carentes, esta formação advém da ocupação das reentrâncias do tecido urbano parcelado, utilizando-se das infraestruturas implantadas na malha urbana loteada. “Surgem, nesse contexto, como uma resposta de uma parcela da população à necessidade de moradia, e que irá habitar espaços menos valorizados pelo setor imobiliário e fundiário dispersos pelo tecido urbano”. (IBGE 2013, p. 54).

No caso do Acre, o declínio na produção da borracha e o fluxo migratório a partir do êxodo rural ocasionou uma espacialização desigual dos grupos que migravam para Rio Branco, que ocupavam regiões diferentes de acordo com a condição financeira. A precariedade habitacional faz surgir as moradias precárias que são classificadas pelo IBGE como aglomerados subnormais.

Atualmente os aglomerados subnormais são chamados de favelas urbanas (IBGE,2024), no entanto, este valerá a partir do próximo censo, estes aglomerados representam uma complexa realidade das cidades brasileiras, cada aglomerado, mesmo presente em uma única cidade, porém eles possuem particularidades, existem aglomerados que devido seu período de

existência já estão bem consolidados, por isso, a generalização dos termos não abrange a complexa realidade existentes nos aglomerados presentes nas cidades brasileiras.

Conforme o IBGE (2013), o Brasil contava com aproximadamente 11 milhões de pessoas vivendo em aglomerados subnormais, essas áreas normalmente surgem de ocupações informais, onde os moradores constroem suas habitações de maneira improvisada, sem acesso adequado a serviços essenciais como água tratada, esgoto, eletricidade e coleta de lixo. A quantidade de municípios com AGSN em 2010 era de 323, em 2019 esse número aumentou para 734, segundo o IBGE (2019) o Brasil possuía 5.127.747 domicílios localizados dentro de aglomerado Subnormal.

QUADRO 1: Comparativo de dados dos Aglomerados subnormais do Brasil 2010-2019

Aglomerados subnormais no Brasil em 2010 e 2019			
	2010	2019	Aumento (%)
Municípios com AGSN	323	734	127,36
Número total de aglomerados	6.329	13.151	107,9
Quantidade de domicílios ocupados em AGSN	3.224.529	5.127.747	59,03

FONTE: IBGE, 2019. Adaptado pela autora

A pesquisa do IBGE (2013) revelou as características de ocupação dos sítios urbanos das cidades brasileiras pelos AGSN. Os domicílios em condição de informalidade são encontrados primordialmente em áreas menos favoráveis à urbanização. Espacialmente, ocupam as encostas íngremes no Rio de Janeiro; faixa litorânea e dunas em Fortaleza, vales profundos em Maceió (localmente conhecidos como grotas); áreas de baixadas com inundação permanente, em Macapá; zonas de manguezais em Cubatão; igarapés e encostas, em Manaus.

Logo, constatou-se a predominância de localização dessa tipologia censitária em localizações marginais a córregos, rios, lagos e lagoas, representando aproximadamente 12% do total de domicílios em condição de informalidade no país. Estes também ocupam áreas ambientalmente vulneráveis quanto à condição do terreno, pois, verificou-se a presença de assentamentos informais em áreas de manguezais e terrenos alagadiços. Em alguns casos como na Região Metropolitana de Recife ou em cidades da Região norte do país as residências informais adentram os mananciais sob a forma de palafitas, impactando de forma mais intensiva na qualidade dos recursos hídricos (IBGE, 2013).

Espacialmente, a Região Metropolitana de São Paulo detém o maior número de domicílios em aglomerados subnormais localizadas às margens de recursos hídricos, em um total de 148.608 residências. Estes ocupam uma área de 2.571 hectares que deveriam ser enquadradas como sendo de proteção permanente. Percentualmente, o Acre é a unidade de federação com o maior número de residências informais em margens de mananciais, correspondendo a 90% dos domicílios enquadrados como aglomerados subnormais (IBGE, 2013). Inicialmente os aglomerados do Acre divulgados no censo de 2010 estavam presentes predominantemente em áreas ribeirinhas, mas em 2022 esses aglomerados se espalham para outros pontos da cidade, onde predominam loteamentos clandestinos, assentamentos informais, por exemplo, Caladinho, Laélia Alcântara.

Topograficamente, os aglomerados subnormais podem ser classificados de acordo com a sua presença em áreas de relevo plano, como ocorre nas Regiões Metropolitanas de Belém e Macapá; topografia com declives e aclives acentuados, predominantes nas Regiões Metropolitanas de São Paulo, Salvador e do Rio de Janeiro. A acessibilidade também é um fator considerado na diferenciação desses setores informais. O acesso às residências utilizando-se de escadarias e rampas é preponderante na Região Metropolitana de Salvador; por meio de becos e travessas se faz majoritário nas Regiões Metropolitanas de São Paulo e Rio de Janeiro. Porém há também o acesso por áreas planas, com arruamento suficiente amplo para permitir a passagem de veículos, como no caso de Curitiba e Rio Branco. (BENTO, 2017, p. 151).

Até 2010, no estado do Acre havia 2 municípios com a presença de aglomerados subnormais Rio Branco e Cruzeiro do Sul, segundo o IBGE (2013), em 2019 a quantidade de municípios aumentou para 4, sendo Rio Branco, Cruzeiro do Sul, Brasiléia e Epitaciolândia. Em Cruzeiro do Sul possui 13 aglomerados: Baixa- Manoel Terças, Cohab 1, Cohab 2, Copacabana – PM, Cruzeirinho, João Alves – Grota, Lagoa, Miritizal – Ponte, Miritizal – Rio, Remanso, Tiro Ao Alvo, Várzea – Fórum, Várzea – Porto. No caso de Brasiléia, possui 4 aglomerados sendo Bairro 8 De Março, Centro, Leonardo Barbosa, Loteamento José Lima. O município de Epitaciolândia possui 7 aglomerados subnormais: Aeroporto, Invasão Da Area Da Família Hassem, Loteamento Bela Vista, Trecho Do Bairro José Hassem, Fontenelle De Castro, Invasão Da Area Da Eletroacre e Area Do Loteamento Raio De Sol; e a cidade de Rio Branco possui 37.

QUADRO 2: Aglomerados Subnormais do Estado do Acre 2019 – Quantidade e número de municípios

Aglomerados subnormais no Acre e número de domicílios		
Municípios	Quantidade de AGSN	Número total de domicílios dentro do AGSN

Rio Branco	37	15177
Brasiléia	4	755
Epitaciolândia	7	317
Cruzeiro do Sul	13	2779

FONTE: IBGE, 2019. Elaborado pela autora.

Segundo IBGE (2022) Epitaciolândia possui um território de aproximadamente 1.652,674 Km², enquanto Brasiléia possui um território de 3.928,174 Km², apesar de Brasiléia ter um território maior que Epitaciolândia ela possui 3 aglomerados a menos, no entanto quando se analisa o número total de domicílios dentro do AGSN Brasiléia tem 440 domicílios a mais que Epitaciolândia, tem-se um destaque também para Cruzeiro do Sul, que é uma das cidades mais populosas do Acre, possui 13 AGSN e um número total de 2779 domicílios localizados em áreas de AGSN.

No entanto, o destaque permanece para a capital Rio Branco, e essa realidade não é diferente das principais metrópoles como São Paulo, Rio de Janeiro e Salvador, apesar de Rio Branco não se encaixar na hierarquia urbana como uma metrópole, mas sua importância hierárquica no Estado do Acre como capital regional faz com que Rio Branco tenha indicadores superiores aos demais municípios do Acre, entre esses indicadores, a quantidade de aglomerados na cidade de Rio Branco é bem superior aos demais municípios.

Quanto a topografia, ainda de acordo com o IBGE (2013) mais de 52% dos aglomerados estão localizados em áreas planas e os demais estão localizados em áreas de aclive/declive moderado ou acentuado. No caso da Região Norte, há uma predominância de aglomerados nas regiões topográficas planas, isso deve-se ao fato de uma parcela desses aglomerados estarem localizados nas planícies dos rios, está relacionado com o fator histórico de ocupação de toda a região amazônica a partir dos rios, até mesmo os primeiros núcleos urbanos vão surgindo às margens dos rios amazônicos, por isso, ainda há uma forte ligação dos bairros mais antigos desses núcleos urbanos com o rio, mesmo que a cidade depois passe a crescer sentido as estradas e BR's. No caso de Rio Branco, apesar da existência de aglomerados em todas as regionais, a maior concentração ainda é nas planícies do Rio Acre.

Quanto as vias internas de circulação, que é um dos padrões urbanísticos analisado pelo IBGE (2013), Rio Branco se destaca com 90% dos aglomerados que possui vias internas com capacidade para tráfego de caminhões e carros.

A análise do tipo de via de circulação dominante é uma característica intrinsecamente relacionada com os tipos de meios de transporte que podem circular nas vias internas

dos aglomerados subnormais. As ruas e avenidas são vias com largura suficiente para o tráfego permanente de carros e caminhões. Os becos, as travessas e as rampas são vias com menor largura e que muitas vezes comportam circulação apenas de motocicletas, bicicletas ou a pé. Onde a via de circulação dominante é a escadaria, comum em áreas de predomínio de acidente acentuado, a única possibilidade de circulação é a pé. Onde predominam as passarelas e pinguelas, comuns em áreas de palafita, a circulação nas vias internas se dá por bicicletas ou a pé. (IBGE, 2013, p. 35).

No caso das grandes regiões como Nordeste e Sudeste há uma predominância de escadarias, becos e rampas, como é o caso da Região Metropolitana de Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo.

FIGURA 8: Beco de acesso do AGSN
Cubatão (SP)

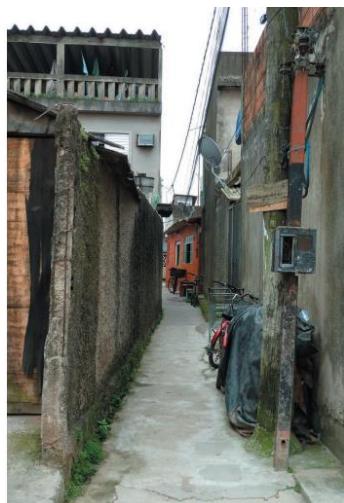


FIGURA 9: Rua Jatobá em AGNS Ayrton
Senna – Rio Branco (AC)



FONTE: Google Earth Street View, 2023.

FONTE: IBGE, 2013.

Segundo o que foi apresentado nas análises quantitativas dos 37 AGSN presentes em anexo neste trabalho, vários aglomerados da cidade de Rio Branco possuem predominância de ruas como vias internas de circulação, além disso, possuem capacidade para tráfego de caminhões.

Conforme a tabela os AGSN da cidade de Rio Branco estão localizados nas 10 regionais presentes na cidade, sendo elas, Baixada do Sol, Belo Jardim, Cadeia Velha, Calafate, Estação Experimental, Floresta, São Francisco, Seis de Agosto, Tancredo Neves, Vila Acre, dessas regionais três estão presentes no 2º distrito de Rio Branco: Belo Jardim, Vila Acre e Seis de Agosto, e as demais estão presentes no 1º distrito da capital.

TABELA 3: Regionais de Rio Branco e Aglomerados Subnormais

Regional	Área total (Ha)	Aglomerados Subnormais (Ha)	Área em subnormalidade (%)
Calafate	3.670,17	7,62	0,21
Vila Acre	3.347,18	600,78	17,95
Seis de Agosto	3.278,60	1.043,47	31,83
Estação Experimental	2.399,30	62,06	2,59
Tancredo Neves	2.248,27	55,73	2,48
Belo Jardim	2.076,96	98,34	4,73
São Francisco	1.021,21	17,33	1,7
Cadeia Velha	959,63	121,92	12,7
Floresta	891,93	9,08	1,02
Baixada do Sol	686,87	218,48	31,81

FONTE: RIO BRANCO (2016) IBGE (2019). Elaborado pela autora.

Quando se analisa o quantitativo de área, nota-se que o maior território é da Regional do Calafate com 3.670,17 hectare, ou seja, aproximadamente 362 km², no entanto, o quantitativo da área de AGSN na regional corresponde a 0,21% e não ocupa nem 1km² da área total. Já analisando o caso da Regional 6 de Agosto que possui aproximadamente 328 km² a área de subnormalidade corresponde a quase 32% o que representa em torno de 105 km² do território total. Com isso, quando se analisa o tamanho da regional tem-se como destaque a Regional Calafate, Regional Vila Acre, Regional Seis de Agosto, Regional Estação Experimental, Regional Tancredo Neves e Belo Jardim, respectivamente.

Porém, ao analisar a área dos AGSN, a regional com o maior território com a presença de AGSN é a Regional Seis de Agosto com 1.043,47 hectare, seguido da Regional, Vila Acre com 600,78 hectare, Regional Baixada do Sol com 218,48 hectare, Regional Cadeia Velha com 121,92 e Regional Belo Jardim com 98,34 hectare. No entanto quando se analisa a proporção área e subnormalidade tem-se como destaque Regional Seis de Agosto, Baixada do Sol, Vila Acre e Cadeia Velha, respectivamente.

TABELA 4: Aglomerados Subnormais de Rio Branco quanto localização nas regionais administrativas por ordem da área e regional

Aglomerado Subnormal	Regional Administrativa	Área (ha)
João Eduardo II	Baixada do Sol	1,48
São Sebastião	Baixada do Sol	3,68
Palheral	Baixada do Sol	4,12
Pista	Baixada do Sol	13,4
Preventório	Baixada do Sol	30,36
Sobral	Baixada do Sol	47,58
Ayrton Senna	Baixada do Sol	53,3
Aeroporto Velho	Baixada do Sol	59,89
Recanto dos Buritis	Belo Jardim	15,72
Morada do Sol	Cadeia Velha	2,9
Casa Nova	Cadeia Velha	9,65
Dom Giocondo	Cadeia Velha	14,11
Adalberto Aragão	Cadeia Velha	20,01
Baixada da HABITASA	Cadeia Velha	29,8
Baixada da Cadeia Velha	Cadeia Velha	48,9
Laélia Alcântara	Calafate	7,62
Invasão do Sabiá	Estação Experimental	7,03
Hélio Melo	Estação Experimental	7,78
Parque das Palmeiras	Estação Experimental	10,97
Jardim Primavera	Estação Experimental	12,74
Paz	Estação Experimental	23,94
Nova Esperança	Floresta	8,96
São Francisco	São Francisco	2,49
Vitória	São Francisco	13,53
Comara	Seis de Agosto	14,83
Triângulo	Seis de Agosto	28,04
Cidade Nova	Seis de Agosto	33,04
Seis de Agosto	Seis de Agosto	51,58

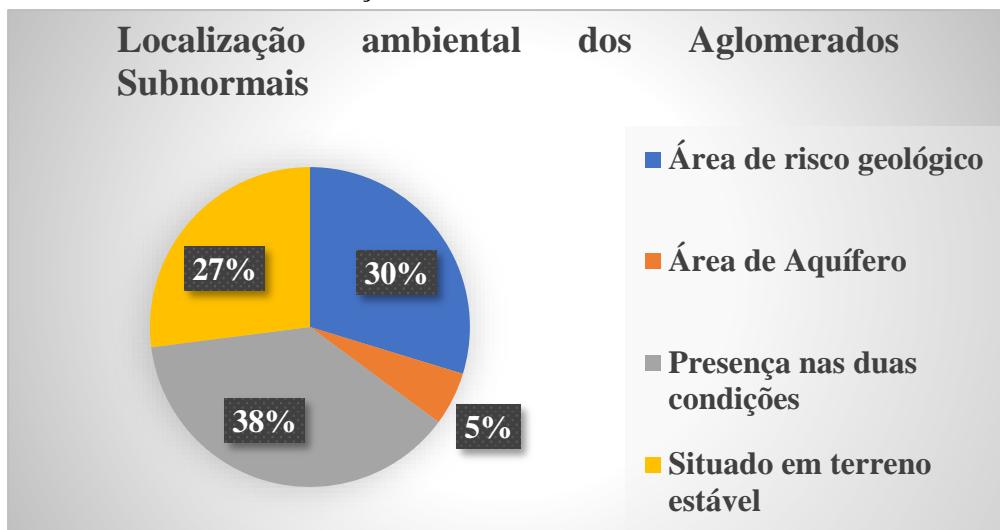
Canaã	Seis de Agosto	80,75
Areal	Seis de Agosto	87,77
Taquari	Seis de Agosto	265,7
Belo Jardim	Seis de Agosto e Belo Jardim	556
Alto Alegre	Tancredo Neves	17,17
Caladinho	Tancredo Neves	38,16
Benfica	Vila Acre	214,7
Vila Acre	Vila Acre	440,1
Invasão do Amapá	Zona Rural	42,5

FONTE: IBGE, 2019. Elaborado por Bento. Adaptado pela autora.

Conforme a tabela presentada é possível perceber que a regional que possui maior presença de AGSN em quantidade é a Regional Baixada do Sol com 8 AGSN: Aeroporto Velho, Ayrton Senna, João Eduardo II, Palheral, Pista, Preventório, São Sebastião e Sobral. Assim como a Regional Seis de Agosto que possui 8 também: Areal, Belo Jardim (que está presente em duas regionais Belo Jardim e Seis de Agosto), Canaã, Cidade Nova, Comara, Seis de Agosto, Taquari e Triângulo. Seguido da Cadeia Velha com 6 AGSN: Adalberto Aragão, Baixada da Cadeia Velha, Baixada da Habitasa, Casa Nova, Dom Giocondo e Morada do Sol. A Regional Estação Experimental possui 5 AGSN: Hélio Melo, Invasão do Sabiá, Jardim Primavera, Parque das Palmeiras e Paz. Já as Regionais Belo Jardim, São Francisco, Tancredo Neves, Vila Acre, possuem cada uma 2 AGSN em suas áreas, seguidos das regionais Calafate e Floresta que possuem somente 1.

Assim como mostra Nadalin *et.al* (2013) há divergências entre os aglomerados do Brasil, mostrando que a depender das regiões, eles se configuram como espaços heterogêneos, na cidade de Rio Branco não é diferente, os aglomerados não se mostram homogêneos, vários fatores os diferenciam entre si, no entanto, quando se analisa o risco ambiental, os AGSN da cidade de Rio Branco podem ser classificados de acordo com quatro variáveis: áreas de risco geológico, que normalmente estão relacionadas com áreas suscetíveis a processos erosivos; áreas de aquífero que geralmente tornam esses AGSN propensos a ocorrência de inundações; áreas que estão em um setor de risco em duas condições, ou seja, tanto em risco geológico, como em área de aquífero; e existem os aglomerados que não se encontram em nenhuma dessas variáveis, portanto, estão localizados em terrenos estáveis.

GRÁFICO 2: Localização dos AGSN de acordo com o risco ambiental



FONTE: CEMADEN, IBGE (2019). Elaborado pela autora.

Conforme é possível observar no gráfico 38%, ou seja, 11 dos 37 AGSN de Rio Branco estão localizados em áreas que possui a presença de aquífero e que ao mesmo tempo são setores de risco geológico, enquanto 5% estão presente somente em área de aquífero que é o caso do AGSN – Vila Acre e o AGSN – Invasão do Amapá, 30% estão localizadas somente em áreas de risco geológico o que corresponde 11 AGSN e 27% estão localizados em terrenos estáveis, ou seja, 10 AGSN não estão localizados em nenhum setor de risco ambiental.

Esses AGSN's têm seu espaço constantemente organizado e reorganizado pelas ações do Estado, um exemplo de projeto do desenvolvido pelo Estado que transformou espacialmente alguns desses aglomerados é o caso do projeto Cidade do Povo, que foi desenvolvido para resolver tanto a problemática de moradia, quanto os impactos causados pelas enchentes em Rio Branco.

Este Residencial faz parte do PAC2 (Programa de Aceleração do Crescimento) e enquadra-se no programa habitacional Minha Casa, Minha Vida. O mesmo será construído na perspectiva dos donos da cidade ou no sentido da criação de um consenso em torno do projeto de cidade, com o objetivo de sanar o déficit habitacional de Rio Branco, que segundo dados da Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Gestão Urbana (SMDGU) é da ordem de 46.048 unidades, e de resolver a questão da população que vive em áreas de risco. O mesmo objetivo, até o ano de 2014, remover esta população das áreas de risco, ou seja, a população que anualmente sofre em consequência das cheias do rio Acre e do igarapé São Francisco, e sanar o déficit habitacional. (MORAIS, 2013, p. 106).

O projeto foi desenvolvido no 2012, mas somente em 2014 foi entregue as primeiras casas, dos bairros que seriam contemplados estavam Ayrton Senna, Baixa da Colina, Baixada do Habitasa, Capitão Ciríaco, Cidade Nova, Cadeia Velha, Preventório, Seis de Agosto,

Triângulo Novo, Taquari e Adalberto Aragão, a entrega das casas visavam atender famílias que foram atingidas pela enchente de 2012 e a enchente de 2015. Com isso, várias famílias foram tiradas das áreas de risco, consequentemente, alguns desses espaços foram ficando vazios.

FIGURA 10: Trecho do Bairro Preventório em 2002.



FONTE: Google Earth – Linha do tempo, 2024. Adaptado pela autora.

FIGURA 11: Trecho do Bairro Preventório em 2024.



FONTE: Google Earth – Linha do tempo, 2024. Adaptado pela autora.

É possível perceber a mudança drástica no bairro, várias moradias foram sumindo ao longo do tempo e a vegetação nativa foi tomado conta do espaço novamente, essa mudança pode ser justificada pela implementação do projeto cidade do povo, que acabou atendendo a população desses bairros, que está sujeito não somente aos fenômenos das enchentes, como também está em uma área na qual ocorre processos erosivos, o projeto cidade do povo foi o mais marcante, mas teve-se outros projetos que designaram em conjuntos habitacionais em Rio Branco, derivados do Minha Casa, Minha vida.

CAPÍTULO 3 – ANÁLISE DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM RIO BRANCO-ACRE

No capítulo 3 foi feito no ponto 3.1 a categorização dos AGSN, após eles serem apresentados no ponto 2.3 do capítulo 2, com base nos dados quantitativos obtidos com a pesquisa de critérios do IBGE, esses dados foram sistematizados no ponto 3.1, onde é apontada a classificação desses aglomerados em relação a seus padrões urbanísticos e sua condição de vulnerabilidade socioambiental. Nesses critérios, as localidades que estão presente em áreas de

aquíferos e estão na condição de vulnerabilidade segundo a CEMADEM, representam os piores índices em relação aos aglomerados, já os padrões urbanísticos obedecem ao critério de classificação do IBGE. Foram atribuídos valores para quantificar esses dados e classificar os AGSN, a soma desses dois critérios divididos por 2 resultam numa média que classificou os 3 melhores e 3 piores AGSN de Rio Branco de acordo com os padrões urbanísticos do IBGE.

Conforme os resultados obtidos a partir da classificação dos padrões urbanísticos pelo *rankeamento* dos aglomerados, o item 3.2 resultou numa em entrevistas que buscaram compreender a vivência dos sujeitos dos espaços em áreas de risco e a investigação da condição socioambiental desses AGSN. A entrevista serviu para comparar os dados obtidos com a análise quantitativa, onde através da entrevista com os moradores desses aglomerados foi feita uma análise das ações governamentais nessas localidades, analisando as infraestruturas e saneamento básico.

Apesar de estarem classificados segundo critérios do IBGE em aglomerados subnormais, mas estas localidades possuem particularidades em seu território, em sua vivência, no nível de assistência recebido por parte do poder público, assim como, as condições socioeconômicas dessas populações são diferentes, os processos ambientais vivenciados podem ser diferentes dependendo da sua localização, seja numa área suscetível a alagação, seja numa área suscetível a erosão, ou seja numa área de vulnerabilidade socioeconômica.

3.1. Categorizando os aglomerados subnormais em Rio Branco

A categorização dos AGSN consiste numa importante etapa para compreender as diversas realidades presentes nos 37 AGSN da cidade de Rio Branco, pois a compreensão dessa realidade mostra que o processo de urbanização é mutável e que as condições de cada AGSN podem variar de acordo com a região e, até mesmo, com a cidade, no caso de Rio Branco os aglomerados se diferem em muitos aspectos, desde a presença em áreas de risco, condições de vulnerabilidade, renda da população, etc.

O crescimento urbano desordenado, impulsionado pela migração interna e pela urbanização acelerada, tem sido um fator crucial na formação e expansão desses aglomerados. Em Rio Branco, como em outras capitais amazônicas, a dinâmica populacional e a pressão

sobre o espaço urbano resultam em um panorama de ocupações irregulares que desafiam a capacidade das políticas públicas e da gestão urbana.

O fenômeno dos aglomerados subnormais em Rio Branco é um reflexo de questões socioeconômicas e de planejamento urbano que exigem uma análise detalhada para desenvolver estratégias efetivas de intervenção e melhoria.

A formação desses aglomerados está frequentemente associada a processos históricos de exclusão social e econômica. As populações que ocupam essas áreas geralmente enfrentam uma combinação de baixos níveis de escolaridade, acesso limitado a oportunidades de emprego e uma maior vulnerabilidade a condições adversas, como a falta de saneamento básico e infraestrutura precária.

Em Rio Branco, a presença de aglomerados subnormais é particularmente visível em áreas periféricas e nas margens de rios, onde a ocupação informal cresce sem a devida regulamentação. A cidade de Rio Branco apresenta uma realidade complexa e diversificada desses aglomerados, no entanto, muitos presenciam, com impactos varáveis, um fenômeno comum a muitos, que é a alagação ou as enchentes sazonais do Rio Acre e seus afluentes.

Para compreender adequadamente os desafios impostos pelos aglomerados subnormais, é necessário compreender a diversidade e as especificidades desses locais. Para isto, foi utilizado o critério estabelecido pelo IBGE (2013, p.24-46) utilizado no Censo de 2010, onde ele define padrões urbanísticos para categorização dos aglomerados que não se encaixam em alguns critérios como: localização em aterros sanitários, faixas de rodovias faixa de domínios de ferrovia, de gasoduto ou oleoduto, localização em encostas, colinas suaves etc. Esses padrões urbanísticos analisam desde a vias de circulação internas, regularidade dos lotes, se estão seguem um padrão de tamanho e formato, possibilidade de cadastramento no Cnefe (Cadastro Nacional de Endereçamento Para Fins Estatísticos), entre outros fatores como é possível perceber no quadro abaixo.

QUADRO 3: Padrões Urbanísticos analisados pelo IBGE para definições dos critérios dos AGSN

Dimensão 1: Padrões urbanísticos		
Regularidade do Arruamento	Pontuação	Valor normalizado
- Em toda a área (mais de 95%) dos domicílios.	5	1,000
- Na maior parte (entre 60% e 94,99%) dos domicílios.	4	0,750
- Em metade (entre 40% e 59,99%) dos domicílios.	3	0,500
- Na menor parte (entre 5% e 39,99%) dos domicílios.	2	0,250
- Nenhum (menos de 5%) dos domicílios.	1	0,000

Regularidade dos lotes		
- Em toda a área (mais de 95%) dos domicílios.	5	1,000
- Na maior parte (entre 60% e 94,99%) dos domicílios.	4	0,750
- Em metade (entre 40% e 59,99%) dos domicílios.	3	0,500
- Na menor parte (entre 5% e 39,99%) dos domicílios.	2	0,250
- Nenhum (menos de 5%) dos domicílios.	1	0,000
Vias internas de circulação		
Predominância de ruas	4	1,000
Predominância de becos e travessas	3	0,666
Predominância de caminho/trilha	2	0,333
Não existe. Apenas nos limites do setor	1	0,000
Veículo de circulação em via interna		
- Caminhão	4	1,000
- Carro	3	0,666
- Motocicleta	2	0,333
- A pé/bicicleta	1	0,000
Padrão de endereçamento para a Cnefe		
- Em toda a área (mais de 95%) dos domicílios.	5	1,000
- Na maior parte (entre 60% e 94,99%) dos domicílios.	4	0,750
- Em metade (entre 40% e 59,99%) dos domicílios.	3	0,500
- Na menor parte (entre 5% e 39,99%) dos domicílios.	2	0,250
- Nenhum (menos de 5%) dos domicílios.	1	0,000
Espaçamento entre construções		
Espaçamento grande	3	1,000
Espaçamento médio	2	0,500
Sem espaçamento	1	0,000
Dimensão 2: Risco Geológico		
Situado em terreno estável	3	1,000
Situado ou Área de Vulnerabilidade ou de Aquífero	2	0,500
Situado ao mesmo tempo em Área de Vulnerabilidade e de Aquífero	1	0,000

FONTE: IBGE, 2013. Adaptado pela autora.

Cada padrão urbanístico leva em consideração uma quantidade de informação variável que estão descritos no quadro em porcentagem e são estabelecidos pelo próprio IBGE, por exemplo, a regularidade do arruamento possui 5 variáveis sendo representada pela constância da largura das ruas das vias de circulação ou pelo alinhamento das construções. Neste trabalho, estas variáveis foram utilizadas para estabelecer uma média entre 0 e 1 utilizando três casas decimais.

Para classificação dos 37 AGSN da cidade de Rio Branco foi estabelecido duas dimensões, a primeira refere-se a estes padrões urbanísticos que o IBGE utiliza para

classificação desses AGSN, e a segunda dimensão foi acrescentada a partir de relatórios da CEMADEN acerca da realidade ambiental presente no município, que se refere a condição de risco ambiental vivenciado pelas populações, seja pela presença em uma área de aquífero, seja pela presença em um setor de risco geológico, ou nas duas condições. Para quantificar esses dados, também foi estabelecida uma média de 0 à 1 utilizando até três casas decimais.

Cada dimensão recebeu um valor de acordo com a média estabelecida, esse valor resultou em um índice quantificado do nível de urbanização dos lugares, que serviu para classificação dos AGSN de Rio Branco – AC.

O quadro 4 refere-se ao modelo que foi utilizado para classificação dos 37 AGSN, sendo representada tanto a análise quantitativa como também uma imagem retirada do Google Earth (2024) que demonstra a delimitação desse setor.

QUADRO 4: Modelo de análise quantitativa do AGSN 01 Adalberto Aragão

AGSN 01 – Adalberto Aragão		
Dimensões e indicadores	Pontuação	Valor normalizado
Dimensão 1: Padrões urbanísticos		
Regularidade do Arruamento	3	0,500
Regularidade dos lotes	2	0,250
Vias internas de circulação	4	1,000
Veículo de circulação em via interna	4	1,000
Padrão de endereçamento para a Cnefe	4	0,750
Espaçamento entre construções	1	0,000
Média		0,583
Dimensão 2: Risco Geológico		
Quanto à localização em área de risco geológico e presença de aquífero	2	0,500
Média - Dimensões 1 e 2		0,541

FIGURA 12: Localização do AGSN 01 - Adalberto Aragão



FONTE: Google Earth, 2023.

Para cada um dos 37 aglomerados subnormais foram feitas essas classificações que geraram uma média quantitativa que indica uma parte das condições da realidade desses AGSN, todas as classificações dos 37 aglomerados da cidade de Rio Branco estão presentes em apêndice neste trabalho.

Além dos padrões urbanísticos e a condição de vulnerabilidade, para uma melhor compreensão dessas áreas é necessário a identificação dessas localidades e a percepção das características físicas, sociais e econômicas dos domicílios e o seu entorno. Os dados populacionais e de infraestrutura dos domicílios presentes nos AGSN de Rio Branco até o presente momento ainda não havia sido divulgado pelo IBGE. No entanto com base nos dados obtidos pelo CEMADEM apresentados no gráfico 2, pode-se perceber as condições ambientais dos AGSN de Rio Branco, já os dados populacionais disponibilizados pelo censo de 2010 apontam o Taquari como tendo o maior contingente populacional.

De acordo com o IBGE (2013) no censo de 2010 o Taquari contava com 1997 domicílios presentes em aglomerados subnormais e uma população de 7285 pessoas vivendo em situação de risco ambiental. Conforme as análises feitas dos aglomerados de Rio Branco e a média estabelecida baseado nas dimensões urbanísticas e risco de vulnerabilidade o Taquari ainda se destaca como um dos aglomerados que vivem em condições mais precárias.

Analizando tabela abaixo, de acordo com os padrões urbanísticos os 3 piores aglomerados são Aeroporto Velho, São Sebastião e Taquari, respectivamente. Em contraste a essa realidade, tem-se os aglomerados que estão em destaque classificados como os melhores

segundo a média estabelecida, pois são aglomerados situados em terrenos mais consolidados, em que os padrões urbanísticos são mais regulares, por isso geraram uma média que os coloca em posição de destaque, como o Nova Esperança, Hélio Melo e Benfica, respectivamente.

TABELA 5: Classificação dos aglomerados subnormais segundo critérios de padrões urbanísticos e vulnerabilidade

Aglomerado Subnormal	Dimensão 1: Padrões urbanísticos	Dimensão 2: Setores em áreas de risco geológico	Média - Dimensões 1 e 2
Dom Giocondo	0,222	0,5	0,386
Pista	0,792	0	0,396
São Francisco	0,305	0,5	0,403
Seis de Agosto	0,834	0	0,417
Casa Nova	0,402	0,5	0,451
Vitória	0,403	0,5	0,451
Invasão do Amapá	0,444	0,5	0,472
Paz	0,611	1	0,5
Laélia Alcântara	0,541	0,5	0,52
Baixada da Cadeia Velha	0,569	0,5	0,534
Adalberto Aragão	0,583	0,5	0,541
Morada do Sol	0,555	0,5	0,572
Vila Acre	0,708	0,5	0,604
Baixada da HABITASA	0,75	0,5	0,625
Invasão do Sabiá	0,374	1	0,687
Jardim Primavera	0,458	1	0,729
Caladinho	0,513	1	0,756
Alto Alegre	0,555	1	0,777
Parque das Palmeiras	0,625	1	0,812
Benfica	0,638	1	0,819
Hélio Melo	0,736	1	0,868
Nova Esperança	0,792	1	0,896

FONTE: SANTOS,2024.

Os AGSN classificados como os melhores, no Censo de 2010, ainda não faziam parte dessa classificação, com a ampliação do método para setores de risco teve-se um aumento na quantidade de localidades classificadas em aglomerados subnormais. Porém os primeiros

bairros classificados em 2010 na condição de aglomerados subnormais se encontram presente às margens do rio Acre, essa ligação desses bairros com o rio é resultado de um processo histórico da formação da cidade. A chegada da fronteira agropecuária no Acre foi um fator que resultou na expulsão de milhares de camponeses para cidade, a década de 1970 foi o marco para ploriferação de vários bairros precários ocupados por populações mais carentes (Moraes e Venturato, 2013).

Farias *et.al* (2010) relata que após a década de 1970 apareceram cerca de 150 novos bairros, vários deles localizados em áreas irregulares na periferia de Rio Branco, outros fazem parte de projetos de conjuntos habitacionais como o bairro Aeroporto Velho, Bosque, Estação Experimental, entre outros.

[...] Áreas planejadas surgiram nos bairros Aeroporto velho, Floresta, Estação Experimental, Vila Ivonete, Vila Redenção, Bosque, Papouco e São Francisco com algumas condições sanitárias, no entanto, houve o surgimento de ocupações irregulares nos bairros Palheiral, Bahia, João Eduardo, Cidade Nova e Triângulo, sem serviços básicos como energia e água potável [...] (Farias *et.al*, 2010, p. 112).

O bairro Aeroporto Velho já existe há mais de meio século, e o nome está relacionado a sua história, foi o primeiro aeroporto a ser instalado em Rio Branco em meados de 1939, fazendo parte de uma tentativa de modernização da cidade, recebeu o nome de Francisco Salgado Filho e posteriormente passou a se chamar Santos Dumont. Com a desativação do aeroporto, muitas famílias passaram a ocupar essas áreas para moradia, segundo jornais locais, o surgimento do bairro está relacionado a chegada da fronteira agropecuária e o declínio de grande parte dos seringais.

A história do Aeroporto Velho tem outros detalhes. Com a falência dos seringais acreanos, que foram transformados em grandes fazendas, muitas pessoas procuravam a periferia da cidade de Rio Branco para se estabelecer. Nessa época, uma das primeiras áreas a receber moradores foi a rua do Terminal, assim chamada devido à existência de um terminal de combustível da Petrobrás. Os moradores foram se instalando no local, que fica na margem esquerda do rio Acre, nas terras do antigo Colégio Aprendizado. (AC 24 Horas, 17 de Ago, 2015)

FIGURA 13: Aeroporto Santos Dumont em Rio Branco (Ac) (1949)



FONTE: Catálogo IBGE, 2016.

Na região da atual Baixada da Sobral, vários outros bairros também surgem nesse período devido a intensa chegada da classe trabalhadora que vinha dos seringais, é o caso do bairro Bahia e João Eduardo.

No caso do Bairro João Eduardo que atualmente se divide em I e II, foi ocupado por famílias de ex-seringueiros que perderam suas moradias, o nome do bairro refere-se a um grande líder comunitário negro que inicialmente morava na rua África no bairro 06 de Agosto, Alburquerque e Moraes (2021) retratam um pouco da história da formação dos bairros I e II datam meados de 1970 a 1980 e, assim se inicia a ocupação do bairro. João Eduardo juntamente com a Comissão de Organização das áreas buscavam organizar a divisão de terras, evitar o especulamento dessas terras e a posse por grileiros, no entanto, havia desentendimentos quanto as formas de ocupação das terras que se encontravam improdutivas, que deveriam ser em lotes pequenos suficientes para atender as demandas das famílias.

[...] a comissão organizada apresentava muitas limitações diante do grande desafio de organizar os lotes por conta do grande número de famílias que chegavam dos seringais e de outras partes da cidade. Ainda assim, aquele grupo, juntamente as Comissões Eclesiásticas da Igreja Católica buscavam organizar os lotes de forma que facilitasse no futuro, a abertura de ruas e avenidas sem a necessidade de desapropriação como aconteceu tanto nos bairros Palheiral, Bahia e outros que foram ocupados desordenadamente. (ALBUQUERQUE e MORAIS, 2021. p.85).

E foi em um desses conflitos em que o líder comunitário João Eduardo foi assassinado, no entanto, ele foi um mártir um importante na ocupação dessas terras e uma referência negra no Acre (Rio Branco, 2016, *apud*, Alburquerque e Moraes, 2021).

FIGURA 14: Homenagem prestada a João Eduardo



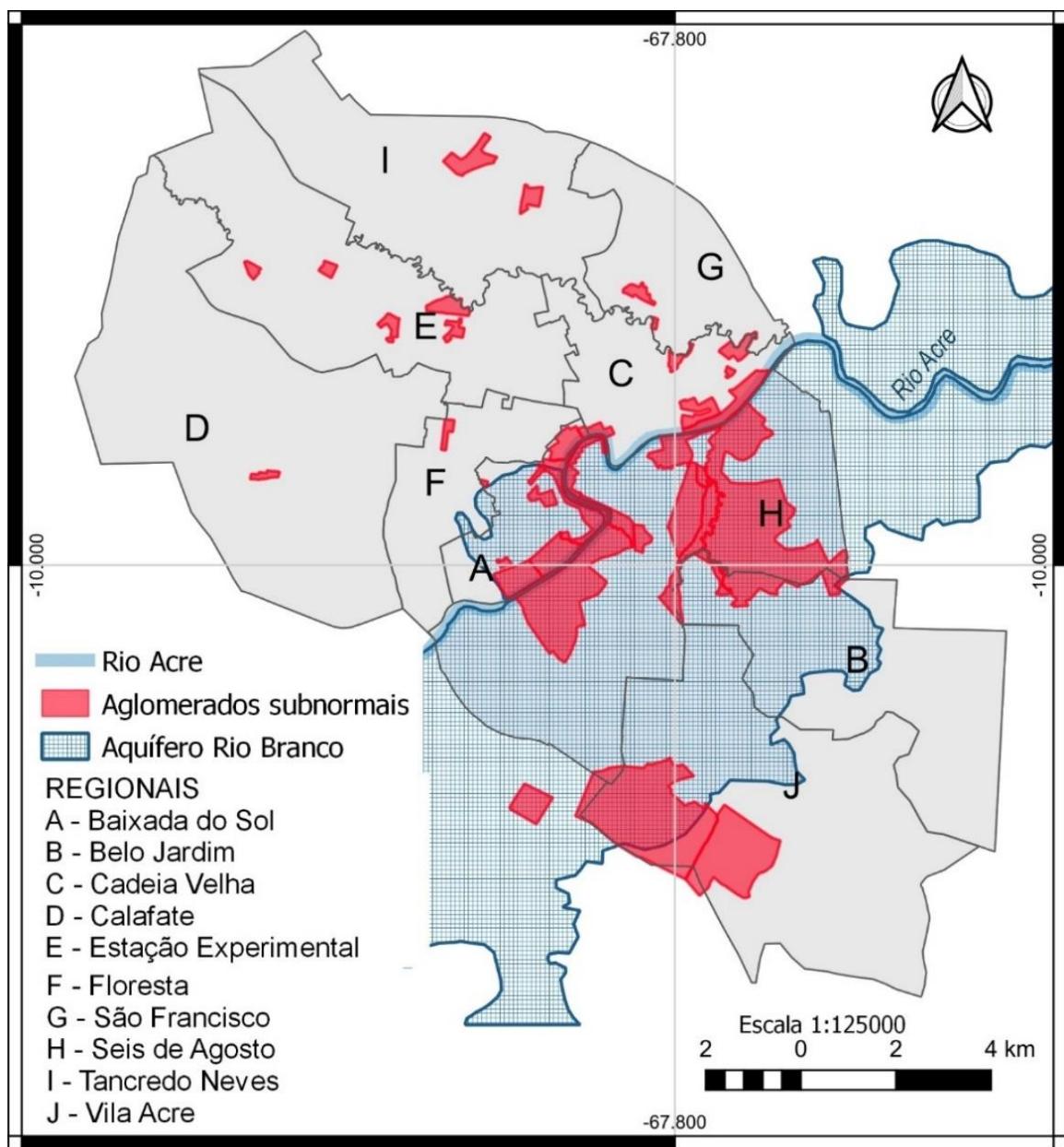
FONTE: Blog Mais Sobral, 2016.

Os bairros João Eduardo I e II sofrem com as enchentes em algumas áreas provenientes de problemas de infraestrutura urbana, principalmente tratamento de esgoto, no entanto, o AGSN João Eduardo II não está presente em área alagadiça, mas está presente numa área de risco geológico e se encontra em condição de vulnerabilidade segundo a CEMADEN.

De acordo com Rio Branco (2016 e 2019) a regional administrativa da Baixada do Sol, também conhecida como Baixada da Sobral, de acordo com a prefeitura de Rio Branco é uma das regionais que mais sofrem com as enchentes, possuindo 9 bairros que alagam, sendo eles, João Eduardo, Boa União, Ayrton Senna, Aeroporto Velho, Bahia Nova e Bahia Velha, Palheiral, Pista, Preventório e Sobral, desses bairros, sete deles possuem áreas que estão classificadas na condição de aglomerados subnormais.

No caso da regional administrativa da Seis de Agosto, possui dez bairros e apresenta oito áreas nesses bairros em condições de aglomerados subnormais e estas áreas estão sujeitas a alagações. Já as regionais administrativas do Calafate, São Francisco, Estação Experimental, Tancredo Neves não sofrem com as enchentes e não estão presentes em área de aquífero, conforme é possível perceber na figura abaixo, os aglomerados são, na regional Tancredo Neves: AGSN – Alto Alegre, AGSN – Caladinho, na regional Calafate: AGSN – Laélia Alcântara, na regional São Francisco: AGSN – Vitória e AGSN São Francisco, na regional Estação Experimental: AGSN – Hélio Melo, AGSN – Invasão do Sabiá, AGSN – Jardim Primavera, AGSN – Parque das Palmeiras e AGSN – Paz.

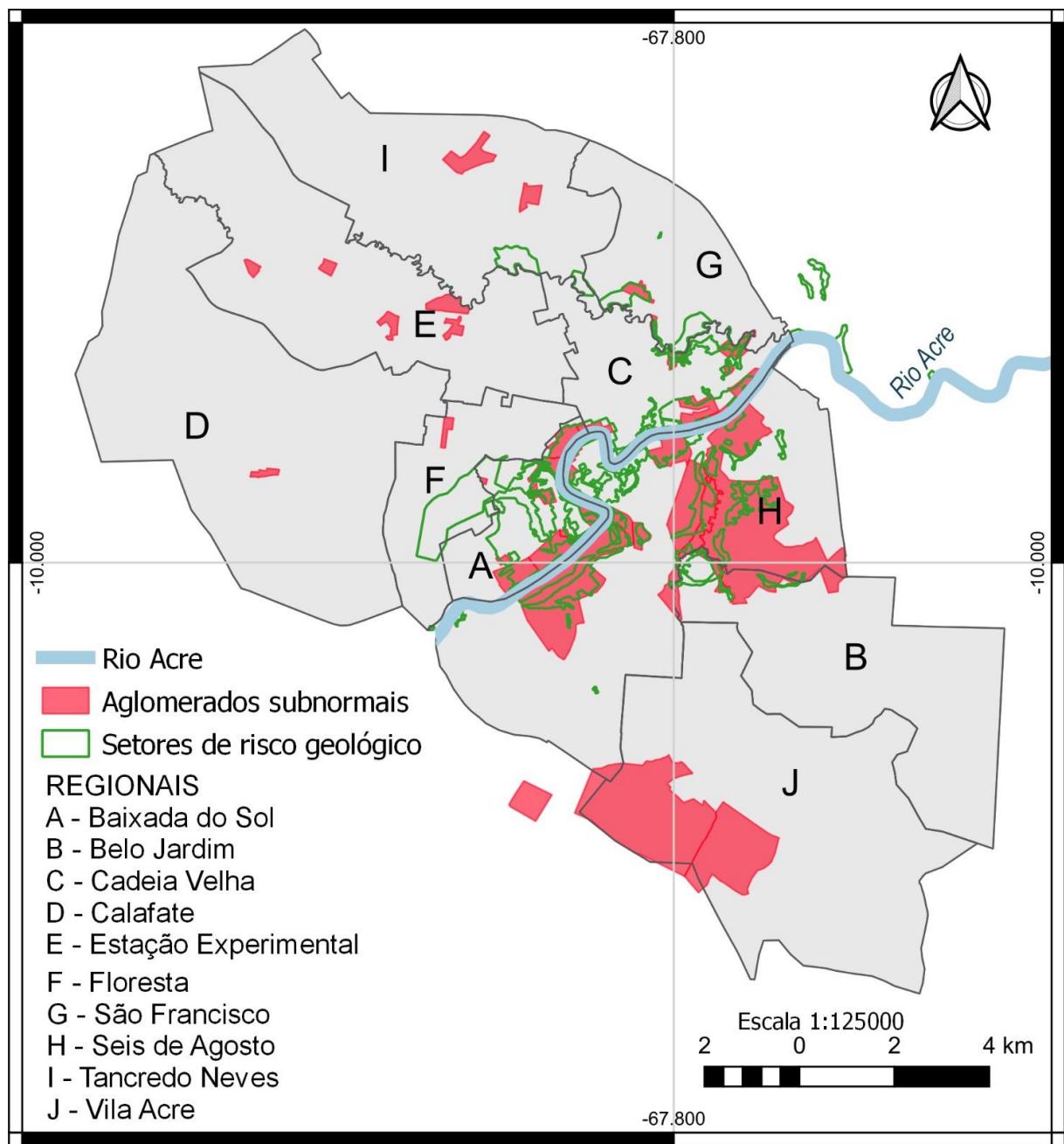
FIGURA 15: Aglomerados Subnormais da cidade de Rio Branco localizados em área de aquífero



FONTE: CEMADEN, elaborado por BENTO, 2024.

No caso da regional Floresta, representada pelo mapa com a letra F, contém parte do seu território na zona do aquífero, no entanto a localização do AGSN desse bairro que corresponde ao AGSN – Nova Esperança, está distante da influência deste aquífero, o AGSN está localizado em um terreno estável, não estando presente nem em área de aquífero e nem localizado em setor de risco geológico, conforme é possível observar na figura abaixo.

FIGURA 16: Aglomerados subnormais localizados em setores de risco geológico



FONTE: CEMADEN, elaborado por Bento, 2024.

Conforme é possível observar no mapa, as áreas de terreno estável, são as regionais do Calafate, Estação Experimental e Tancredo Neves, no caso desta última regional, apesar de haver um setor de risco presente, mas o aglomerado Tancredo Neves e Caladinho estão situados distantes desse setor e em um terreno mais estável. O mesmo para a regional da Floresta, que apesar de se encontrar em uma área que possui um setor de risco geológico, mas o aglomerado Nova Esperança encontra-se distante desse setor, também localizado em um terreno estável.

Observando as duas figuras acima tem-se um destaque para as regionais Baixada do Sol, Seis de Agosto e Cadeia Velha, que estão localizados às margens esquerda e direita do rio Acre. Dos aglomerados classificados entre os piores índices de urbanização, dois se encontram na regional da Baixada do Sol: Aeroporto Velho e São Sebastião e um se encontra na Regional Seis de Agosto: Taquari. Os bairros presentes nas regionais Baixada do Sol, Seis de Agosto e Cadeia Velha possuem uma relação história na sua ocupação como já foi apontado, são regiões que possuem bairros bem antigos e suas histórias estão diretamente ligadas ao contexto de ocupação de Rio Branco desde a chegada de Neutel Maia e a fundação da cidade, até a intensificação do fluxo migratório ocasionado por conta do declínio na produção de látex e substituição dos seringais para dar lugar a fronteira agropecuária.

Como neste contexto o principal meio de acesso ainda era os rios, os locais mais antigos de Rio Branco e os primeiros bairros surgem nessa confluência, muitas famílias estabeleceram seus núcleos ali, criaram uma relação com o lugar e com a vizinhança e essas relações se estenderam por várias gerações.

3.2. Investigando as condições socioambientais a mutabilidade nos aglomerados subnormais

A urbanização é um fenômeno marcado por profundas transformações sociais e mudanças em estilo de vida que fazem com que as cidades cresçam a partir da demanda populacional, o crescimento desenfreado das cidades ocasiona uma série de impactos sociais como a favelização, segregação e outros fenômenos associados ao crescimento urbano, no entanto, é notório que o crescimento populacional e da cidade também são marcados por impactos além de sociais, também ambientais.

As formas de ocupação e a condição ambiental em que se encontram as moradias na cidade, normalmente estão associados a condição de renda. Por exemplo, como já foi apontado neste trabalho, é comum as classes com maiores condições econômicas buscarem áreas estáveis que não oferece risco, mas além disso, áreas verdes com microclima mais ameno, já em divergência a essa realidade as famílias de classe mais baixa também acabam sofrendo a influência do fator ambiental, porém numa perspectiva negativa, afinal, as áreas de risco ambiental costumam conter terrenos mais acessível ou são mais suscetíveis a ocupação irregular.

Os processos de urbanização e de intervenção do homem no ambiente registrado nas últimas décadas, principalmente nos ambientes costeiros, têm exposto a sociedade a riscos e vulnerabilidades associadas ao ambiente e agravadas pela condição social. (CARVALHO e ROCHA, 2020. p. 18129).

O surgimento dos primeiros núcleos urbanos em Rio Branco associados as ocupações de localidades às margens do rio, intensificou o processo de desmatamento das matas ciliares e afetou diretamente a dinâmica desses rios.

Qualquer grande alteração em uma bacia hidrográfica, seja em sua estrutura de relevo seja no uso e ocupação do solo, tende a desencadear impactos diretos sobre os recursos hídricos a jusante, caso não haja medidas preventivas e corretivas para se evitar tal cenário (CARVALHO e ROCHA, 2020. p. 18131).

Além disso, o planejamento urbano só passa a ser efetivado quando a população de ex-seringueiros começam a migrar de forma intensa para o Acre durante chegada da fronteira agropecuária, quando o governo cria pequenas colônias para acomodar essas populações perto do centro urbano, essas colônias localizavam-se onde hoje é conhecida pela Baixada do Sol (Farias, 2010), ainda segundo Farias (2010) muitas colônias que foram sendo implantadas com a chegada desses imigrantes, hoje são bairros periféricos de Rio Branco e trazendo para o contexto mais atual, essas colônias que viraram bairros contém um muitos aglomerados subnormais em seu território, a exemplo disso tem-se a Baixada do Sol. As primeiras colônias foram: Deocleciano Souza (1912), Gabino Besouro (1913) e Cunha Vasconcelos (1913), localizadas no oeste da cidade na área atualmente conhecida como Baixada do Sol/Sobral.

Com isso, o planejamento em relação a gestão dos recursos hídricos precisa estar vinculado a questão habitacional, pois no caso das cidades amazônicas, é muito difícil desvincular crescimento urbano a proximidade dos recursos hídricos. Para compreender a influência do fator ambiental nos aglomerados subnormais que foram classificados com piores índices foi elaborado uma entrevista com representantes de bairros e moradores que convivem com os impactos causados pela ação da natureza, e assim, compreender as medidas tomadas pelos governantes antes, durante e depois da ocorrência desses desastres

Apesar do Bairro Aeroporto Velho receber este nome devido ser inaugurado o primeiro aeroporto de Rio Branco, no entanto, não foi lá que o primeiro avião que chegou à cidade pousou, segundo o jornal AC 24 horas (2015) o primeiro avião pousou onde hoje é o bairro Taquari.

O bairro Taquari, além de sofrer com as inundações é um dos primeiros bairros a ficar isolado por conta da alagação em outros bairros o que dificulta a dinâmica dos moradores que

precisam sair das suas casas para trabalho ou estudo que se encontra fora das dependências do bairro. Conforme o relato de uma moradora do bairro Taquari, os primeiros bairros atingidos já causam o isolamento do Taquari, foi perguntado a moradora como ela descreveria a experiência de viver em um lugar que sofre inundações constantes, como a vida dela e da família diariamente e foi pedido para citar situações.

Acaba impactando muito no nosso cotidiano nessa época de enchente, a gente tem muita dificuldade pra tá saindo, lá na baixada do Triângulo é um dos primeiros lugares que a água toma conta, todos os anos fica praticamente debaixo d'água, então dependendo do horário que a gente precisa sair para trabalhar, se for muito cedo ainda não tem barco para fazer travessia, se voltar muito tarde, também não consegue entrar porque já não tem mais barco para fazer a travessia. (MENEZES, R. S de, 2024. entrevista).

O ex-presidente do bairro Salim Manasfi Silva também explica que quando o rio Acre atinge a cota de alerta o bairro Taquari é um dos primeiros a ficar isolados e logo após ultrapassar cota de alerta que é de aproximadamente 13,5 metros, ele fica quase 100% debaixo d'água. (Silva, 2024, entrevista).

Além disso a moradora relata algumas situações vivenciadas por familiares, como é o caso do cunhado que durante a alagação fica impossibilitado de ir a faculdade, a não ser que durma na casa de algum conhecido, ou alugue um imóvel pelo período da enchente. Nesta enchente do ano de 2024 a moradora explica que tiveram que alugar um imóvel por questões de trabalho e estudo e ela relata que prefere não ir para abrigos pois existem muitos riscos devido a estrutura dos abrigos, ouve-se relatos de perca e roubo de diversos bens nos abrigos.

Quando foi relatado sobre as percas e danos, Menezes (2024) relata que nesta alagação de 2024 tiveram percas de diversos imóveis, além da casa da sua sogra que cede devido a força da água, “mas a gente tenta lidar da melhor maneira possível, vai tentando comprar novamente as coisas” (Menezes, 2024, entrevista.).

Sobre as medidas que os moradores esperam que sejam tomadas durante a alagação, a moradora relata que a retirada das famílias para ela aparece como uma alternativa mais viável, no entanto, existe a retutância das famílias em sair das suas casas, mesmo com o apoio da defesa civil, muitos preferem ficar em casa e não ir para abrigos.

Sobre isto, o ex-presidente do Bairro Salim Manasfi Silva, que atualmente coordena a regional administrativa da Seis de Agosto explica que existe uma certa assistência do poder público para retirada dessas famílias para abrigos.

[...] Tem um pouco de assistência da parte do poder público. Quando alaga, muita gente possui suas casas altas e tem uma certa resistência em ir para abrigos, e muitas famílias permanecem lá. Fica sem água e termina que voluntários, alguns políticos, e o poder público que dá assistência. Tem gente que sofre muito, nem todos chegam, tem ruas que o poder público não conhece, principalmente os mais recentes [...] (Silva, S. M, 2024. Entrevista).

É um momento delicado, vivenciado por uma grande parte da população, a ajuda para os moradores vem de todos os lados, seja o poder público, ações das igrejas ou empresários. Mas no caso dos governantes, muitas vezes, conforme Silva (2024) é disponibilizado transporte para levar as famílias até os abrigos, no entanto, a demanda é alta pela quantidade de bairros que são atingidos, muitos não conseguem entrar em contato com a defesa civil ou prefeitura, conforme aponta o jornal Ac 24 horas.

O recepcionista de hotel José Mardison, de 21 anos, diz que ele e a mãe já fizeram mais de 60 ligações ao 193, em três dias de solicitação, mas o resgate ainda não chegou. “Ontem (28) tinham 7 equipes aqui, mas o período de 8h às 17h não é suficiente pra ajudar todo mundo que precisa. O que a gente quer é que esse resgate também funcione durante a noite, porque é na noite que a água sobe com força. Estou há dois dias sem dormir, não sei mais o que fazer” disse. (MELO, W, 2024).

A notícia retratada acima tem como manchete “Taquari vira “Pantanal” e moradores sofrem sem resgate: “mais de 60 ligações” (Melo, 2024), que faz referência às condições que o bairro se encontra durante a cheia do ano de 2024, como já foi relatado, após a cota de alerta quando se atinge a cota de transbordamento o bairro já fica quase 100% debaixo da água.

FIGURA 17: Cheia de 2024 no bairro Taquari



FONTE: Melo, Whidy Ac 24 horas, 2024.

Quando perguntado ao ex-presidente do Bairro acerca das medidas após a alagação ele citou as ações do programa Minha Casa, Minha Vida, ele explica que a ideia era a retirada de toda população do bairro para o atual projeto cidade do povo, mas, somente algumas famílias foram retiradas.

O governo na época que tava [sic.] o programa Minha Casa, Minha Vida, congelou o Taquari era para sair, era esvaziar o bairro, mas não deu certo, mudou de gestão e terminou que ficando meio que abandonado mesmo, os líderes comunitários pedindo para que descongelasse, para cada um cuidar das suas casas, manter as suas casas, porque ficavam naquela preocupação “eu vou gastar dinheiro aqui, e vou pro abrigo, pra cidade do povo”. [...] (SILVA, S.M, 2024).

A expressão congelamento usada pelo ex-presidente, refere-se à impossibilidade das populações de mexerem em suas casas, afinal quando as famílias fossem transferidas tudo deveria ser demolido, para evitar novas ocupações, por isso o aconselhamento do poder público era que essas famílias não fizessem qualquer alteração em suas casas. Já a expressão do descongelamento seria referente a quantidade de casas que foi prometida no início do projeto e que não chegou a ser concretizado. E devido à ausência de concretização dessas políticas, muitas pessoas desistiram de sair das suas moradias e buscam somente assistência para levantar as casas, e conseguir passar por este momento.

O jornal Notícias do Acre, coordenado pela Secretaria de Comunicação aponta o projeto da cidade do povo como realização de um sonho para muitas famílias que precisavam sair das áreas alagadas, o jornal relata a história de uma moradora que convivia quase que anualmente com a alagação, e chegou a perder seus bens e na cheia de 2012 perdeu até sua casa.

[...] Com a cheia histórica em 2012, além dos móveis e objetos pessoais, Maria Olívia viu a casa ser levada pelas águas e precisou ir para o abrigo do Parque de Exposições Marechal Castelo Branco. Amparada pela equipe do governo do Estado, saiu de lá com o cadastro de habitação em mãos. Assim como outras 3.348 famílias, a dela também seria beneficiada com uma casa a custo zero no empreendimento social Cidade do Povo, pelo programa federal Minha Casa, Minha Vida (MCMV). [...] “Eu nunca tive uma casa bonita como esta, de alvenaria, toda dividida e com banheiro dentro. Nem lembro mais do sofrimento que passei nas alagações. Tudo ficou para trás, agora só penso em comprar minhas coisas para mobiliar minha casa com a certeza de que nunca mais a água vai levar”, comentou a dona de casa. Além de Maria Olívia, mais 128 moradores foram beneficiados na última entrega de casas pelo governo do Estado. Outras 217 estão previstas para ser entregues ainda este ano e assim concluir a primeira etapa do projeto, que atende pessoas de baixa renda. (Notícias do Acre, 21 de jan, 2017.)

Foi questionado ao ex-presidente se ele acreditava que a solução mais plausível para essas famílias era a retirada para a cidade do povo, e ele afirma que muitas pessoas ficaram relutantes em ir para o novo bairro de Rio Branco, alguns que foram chegaram a se arrepender.

Muita gente não querem [sic.] sair de lá, alguns que saíram se arrependeram, venderam suas casas, querem voltar de novo, porque o pessoal gosta, tem muita gente que gosta do ambiente que vive, até o convívio, porque muita gente passou necessidade quando foi pra cidade do povo, porque tinha aquele convívio de vizinhança, família, todos próximos e muitos desempregados, uns ajudavam outros quando tinha mantimentos, cesta básica, repartiam com os outros, era o convívio deles. De repente vai para cidade do povo, um lugar que tá tudo misturado [...]” (SILVA, S.M, 2024).

Tuan (1983) retrata que o lugar é a porção do espaço que possui uma ligação “[...] O lugar é segurança e o espaço é liberdade: estamos ligados ao primeiro e desejamos o outro. Não há lugar como o lar. O que é lar? É a velha casa, o velho bairro, a velha cidade ou pátria [...].” (TUAN, 1930, p. 3). O lugar é construído socialmente trata-se de um espaço em que você cria relações de convivência com outros, é o espaço da construção da identidade, é um espaço dotado de sentimentos. Com isso, é comum a relutância das famílias em sair do seu lar, pois não se trata somente da casa, ou do espaço físico, mas se trata das rações construídas e estabelecidas ao longo do tempo e que precisarão ser recomeçadas.

O lugar pode adquirir profundo significado para o adulto através do contínuo acréscimo de sentimentos ao longo dos anos. Cada peça dos móveis herdados, ou mesmo a mancha na parede, conta uma estória. [...] (TUAN, 1983, p. 37).

Menezes (2024) retrata que em relação a retira das famílias para os abrigos deveria ser mais coordenada. Quanto as famílias que vão para o aluguel social, pois perderam suas casas, estas passam mais dificuldade ainda, pois ocorre atrasos constantes no pagamento do aluguel e as famílias passavam por diversas situações humilhantes em relação a cobrança.

Foi perguntado se os moradores são informados dos riscos que a alagação traz.

A gente sabe que o bairro tá numa área alagadiça, eu acho que a gente geralmente acompanha pelos jornais, redes sociais da defesa civil, página da prefeitura, as medições e boletins que vão sendo anunciados durante o dia. Agora um ponto que acaba sendo negativo, é que as vezes a água sobe muito durante a noite, e não tem nenhuma medição, a última é as 18:00 horas e depois só vai ter outra medição as 6:00 da manhã. É um pouco complicado, porque a noite até pra fazer a remoção das famílias fica inviável, apesar de que alguns bairros eles fazem, só que aí quando começa a subir muito a demanda aumenta demais, não tem contingente suficiente pra fazer retiradas dessas famílias, então eu acho que se tivesse mais medições seria melhor para a população se precaver. (MENEZES, 2024. Entrevista).

Os meios de comunicações são usados como formas de alerta para a população, mas além dos constantes boletins de medição, o poder público usa os meios de comunicação para

alertar sobre as doenças causadas pela condição da água, principalmente quando está baixando o nível do rio e as famílias retornam para a casa.

As doenças causadas pelo contato com água e a lama é um dos muitos transtornos das enchentes. Entre os principais perigos estão as infecções, como a leptospirose e a dengue, além do risco de acidentes com animais peçonhentos, como escorpiões, aranhas e cobras. “É fundamental que a população siga as recomendações. Estamos trabalhando incansavelmente para garantir o acesso aos cuidados médicos, vacinação adequada e informações essenciais para prevenir doenças. Juntos, superaremos esse desafio e ajudaremos na recuperação das áreas afetadas”, disse o secretário de Saúde, Pedro Pascoal.

Cuidados com a água e com a lama

Se sua casa foi atingida pela enchente, após o recuo da água, providencie a limpeza e desinfecção dos ambientes, utensílios, móveis e outros objetos. Evite contato direto com as águas das enchentes e com a lama.

Caso isto seja inevitável, proteja os pés e as mãos com botas e luvas de borracha ou sacos plásticos duplos e permaneça o menor tempo exposto. Não deixe que crianças nadem ou brinquem na água e na lama das enchentes, pois, além do perigo das enxurradas, elas podem ficar doentes.

Em uma enchente algumas doenças podem se propagar facilmente, em decorrência da contaminação da água e dos alimentos, como diarreia, cólera, febre tifoide, hepatite A giardíase, amebíase, verminoses e leptospirose.

Limpeza e desinfecção dos ambientes são essenciais no retorno às residências.

Logo, é importante não consumir alimentos que tenham tido contato com a água da inundação ou lama, incluindo alimentos embalados, enlatados ou alimentos perecíveis (como frutas, legumes e verduras).

O cuidado na higienização, preparação e armazenamento dos alimentos é um procedimento de extrema importância, pois alimentos manipulados e armazenados de forma inadequada podem transmitir doenças.

Se possível, filtre e ferva a água antes de beber; apenas consuma água indicada pelas autoridades e não use água sanitária em água ou alimentos para consumo humano ou animal.

Cuidados com a leptospirose

A leptospirose é uma doença causada por uma bactéria presente na urina de roedores (rato, ratazana, camundongo), e que normalmente se espalha pela água suja de enchente, lama e esgoto.

Se apresentar os sintomas (febre, dor de cabeça, dores musculares, vômito, diarreia e tosse) procure uma unidade básica de saúde (UBS) ou unidade de referência em atenção primária (Urap). Caso sinta sintomas graves, vá até a unidade de pronto atendimento mais próxima.

Cuidados com riscos de tétano

O tétano é uma doença grave causada por uma bactéria que pode estar presente em objetos de metal (mesmo que não esteja enferrujado), de madeira, de vidro ou até no solo (galhos; espinhos; pedaços de móveis).

Caso isto seja inevitável o contato com a lama, proteja os pés e as mãos com botas e luvas de borracha.

A pessoa pode adoecer ao sofrer lesões (ferimentos, cortes, perfurações) por objetos contaminados pela bactéria. Em situações de emergência, o contato com entulhos e destroços pode ocasionar essas lesões e, consequentemente, o adoecimento por tétano acidental.

Cuidados com animais peçonhentos

Locais com enchentes e ambientes com entulhos e destroços aumentam o risco de acidentes com animais peçonhentos (como escorpiões, aranhas e cobras). Em situações como essas, os animais costumam se abrigar em locais secos, como o interior das residências ou em locais de acúmulo de entulhos.

Caso encontre algum desses animais, entre em contato com o Corpo de Bombeiros, por meio do telefone 193 e não toque nesses animais, mesmo que pareçam estar mortos. (NOTÍCIAS DO ACRE, 11 de Mar, 2024.)

Além disso a prefeitura disponibiliza materiais de limpeza e cestas básicas para auxiliar a população dos bairros atingidos pela enchente e faz o processo de limpeza das ruas através de diversas ações com as secretarias como a SMCCI – Secretaria Municipal de Cuidados com a Cidade.

FIGURA 18: Ação da SMCCI na Limpeza dos bairros atingidos pela alagação



FONTE: G1 Acre, 14/03/2024.

FIGURA 19: Entrega do Kit Limpeza e Cestas básicas para famílias atingidas



FONTE: Prefeitura de Rio Branco, 22/03/2024.

A realidade presenciada pelos moradores do Bairro Aeroporto Velho não é tão diferente. A moradora Claudilene França Morais residente no bairro Aeroporto Velho também retratou sua experiência de viver em um local alagadiço, porém sua casa não alaga por completo, somente a parte mais baixa.

Terrível! A primeira alagação (referente de 2015), que a gente já tava aqui aí entrou água na parte da cozinha e ficamos so na parte dos quartos, aí pra sair pra rua a gente tinha que passar pela janela dos quartos. Minha sogra sofreu bastante também sofreu bastante porque ela tava lá em casa né, o pai do Aléssio (Marido) e a Mãe dele, minha experiência foi terrível e nesse mesmo período até uma parte ruim da alagação foi que o Erik (Filho) adquiriu a hepatite a foi aí a gente teve que ir correndo para o pronto socorro com ele às pressas para porque quando ele veio sentir os sintomas já tava bem avançado aí o médico pegou exame né e disse que era hepatite A causado pela alagação (Morais, C. F, 2024 entrevista).

Sobre os prejuízos causados pela alagação a moradora retrata de maneira geral a paralisação das escolas que acabam atrasando o ano letivo, os postos de saúde que também ficam fechado, neste caso, a moradora refere-se ao posto de atendimento Augusto Hidalgo de Lima que fica completamente alagado e localiza-se no Bairro Palheiral.

FIGURA 20: Unidade de Saúde Hidalgo de Lima durante cheia de 2015



FONTE: G1 Acre, 28/06/2015.

Assim como esta unidade de saúde várias outras ficam fechadas durante o período da enchente como é caso da Urap Eduardo Assmar, no bairro Quinze, USF Maria de Jesus de

Andrade, no bairro Taquari, USF Genilson Pinto de Souza, no bairro Triângulo, Centro de Saúde Dr. Mário Maia, no bairro Cadeia Nova (Cardoso, 2024).

No caso do AGSN – São Sebastião também classificado com a condição mais precária em relação aos outros, apesar de não ser impactado diretamente pela enchente a localidade carece de alguns serviços de infraestrutura. As moradias foram crescendo em forma de aglomerados e não possuem um arruamento de acesso, a não ser o que se encontra no entorno do aglomerado, as casas não seguem um padrão de lotes, foram sendo construídas com o mínimo de espaçamento entre elas.

FIGURA 21: Condição da Rua em AGSN – São Sebastião



FONTE: Google Earth, 2024.

Nota-se que o estreitamento da rua indica que a falta de planejamento urbano, bem como a questão do esgoto, como é possível observar, algumas casas possuem um “trapiche”, essa pequena ponte de madeira que dá acesso a casa, isto indica que entre as casas e as ruas possui um esgoto a céu aberto. A condição de ser um aglomerado subnormal não é apenas a localidade em áreas de risco, mas a carência de serviços de infraestrutura.

FIGURA 22: Acúmulo de lixo em rua de AGSN São Sebastião



FONTE: Google Earth, 2024.

Nota-se a carência no serviço de coleta de lixo e saneamento básico, as ruas apresentam diversos locais com esgoto a céu aberto, ausência de asfaltamento, ruas irregulares, o que denota que esta localidade não é tão vista pelo poder público. Foi feito pesquisas em jornais locais, mas pouco se encontrou em relação a esta localidade, algumas notícias retratam somente ondas de crimes vivenciados pelos conflitos entre as facções criminosas presentes em Rio Branco.

Dois dos piores aglomerados estão presente na regional da Baixada do Sol, o Aeroporto Velho e São Sebastião, no entanto, nota-se que mesmo presentes em locais próximos, mas as condições de subnormalidade desses aglomerados são diferentes, o que demonstra que apesar dos critérios estabelecidos pelo IBGE que classifica essas localidades, mas os AGSN não são homogêneos.

Os AGSN, são classificados como áreas de assentamentos informais ou favelas, são fenômenos urbanos complexos que refletem a desigualdade socioeconômica e a falta de planejamento urbano eficiente. Estes assentamentos são caracterizados por uma grande heterogeneidade, que pode ser observada em várias escalas: social, econômico, espacial e ambiental. Esta heterogeneidade é um aspecto fundamental para entender a dinâmica desses espaços e suas implicações para o desenvolvimento urbano e políticas públicas.

Os aglomerados são espacialmente divergentes, isto se torna evidente nas diferenças de infraestrutura, tipologia de habitação e organização territorial. Esses assentamentos frequentemente surgem em áreas inadequadas para a construção, como encostas, margens de rios e terrenos contaminados, resultando em uma variedade de condições de habitabilidade. No

entanto, a qualidade das construções varia desde estruturas precárias e improvisadas até moradias mais sólidas, refletindo o poder aquisitivo dos residentes e a disponibilidade de recursos para melhorias. Outro fator marcante, é divergência de perfis econômicos presentes nos aglomerados, os dados econômicos do Censo 2022 ainda não foi divulgado, mas o fator ambiental ajuda a compreender o econômico.

Neste caso, pode ser feito um comparativo entre a localização do AGSN – Taquari, que se encontra numa área de risco e o AGSN Nova Esperança localizado em uma área de terreno estável, que segundo Bento (2017) o bairro foi surgindo a partir de empreendimento imobiliários, portanto, a população que vai se instalando no bairro já tinha uma condição financeira.

FIGURA 23: AGSN Nova Esperança (2002)



FONTE: Google Earth, 2024.

FIGURA 24: AGSN – Taquari (2002)



FONTE: Google Earth, 2024.

Nota-se que em 2002 o Nova Esperança estava com os lotes de terra bem delimitado, o que facilitou a implantação de empreendimento imobiliários, já no caso do Taquari, nota-se um processo de ocupação espontânea resultado de anos de existência do bairro. Atualmente os dois bairros já estão bem consolidados, porém em condição de subnormalidade diferente, o modo de vida das populações no Taquari não é igual ao modo de vida das populações no Nova Esperança. Assim como também a valorização dos lotes de terra no conjunto esperança é superior ao do Taquari que se localiza numa área que alaga quase 100%. Além disso, esses espaços vão sendo moldados pelas ações de diversos agentes, como estado, os agentes imobiliários e os grupos precariamente incluído (Corrêa,1995), por isso o fator social e ambiental estão interligados ao modo de vida das populações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A dissertação foi estruturada em três capítulos que permitiu uma visão mais detalhada dos aglomerados subnormais presentes na cidade de Rio Branco e as suas condições, compreendendo que o surgimento deles são fruto da produção e organização do espaço urbano e alguns são frutos da segregação socioespacial que é resultado da interferência de grupos

imobiliários que vão modelando a cidade a segregando parte das populações que não apresentam condição financeira condizente com a expectativa desses empreendimentos.

No primeiro capítulo, foi abordado o conceito de espaço urbano e as teorias que o envolvem, estabelecendo uma base teórica para compreender as complexas interações entre o espaço e os fenômenos urbanos. Este embasamento teórico foi crucial para a análise subsequente dos aglomerados subnormais, pois os aglomerados subnormais são produtos de um crescimento urbano desordenado, acelerado e segregador.

O segundo capítulo forneceu um contexto histórico- geográfico para Rio Branco, destacando o crescimento e a evolução dos aglomerados subnormais na cidade. Baseou-se em várias bibliografias de autores do estado do Acre que pesquisaram o histórico do desenvolvimento da cidade de Rio Branco no contexto da ocupação da Amazônia pela extração do látex. A pesquisa bibliográfica permitiu compreender como as mudanças econômicas e sociais moldaram o desenvolvimento desses assentamentos, principalmente com o declínio na produção da borracha associado a chegada da fronteira agropecuária e o fluxo migratório de vários ex-seringueiros que perderam seus postos de trabalho, e acabaram ocupando as áreas mais precárias da cidade de Rio Branco, evidenciando a falta de planejamento urbano para atender as demandas habitacionais dessa população, e acentuando as desigualdades que contribuíram para a formação dos aglomerados subnormais.

O terceiro capítulo concentrou-se na análise quantitativa dos aglomerados, identificando o Taquari, São Sebastião e Aeroporto Velho como os mais críticos em termos de condições de risco e infraestrutura, em contraste ao Nova Esperança, Benfica e Hélio Melo que foram classificados com as melhores condições. A análise desses locais, juntamente com a entrevista de moradores e representante de bairro revelou que as áreas mais vulneráveis às enchentes são aquelas que enfrentam as maiores dificuldades, reforçando a conexão entre vulnerabilidade ambiental e desafios socioeconômicos.

Em relação a discussão acerca do espaço urbano e a problemática de moradia foi possível perceber que crescimento do espaço urbano está intrinsecamente relacionado à segregação socioespacial, um fenômeno que reflete as desigualdades socioeconômicas e o acesso diferenciado aos recursos urbanos. A expansão das cidades ocorre, muitas vezes, de maneira desordenada e desigual, impulsionada por fatores como a urbanização acelerada e a concentração de riqueza em determinados grupos. Esse processo gera uma divisão espacial entre bem servida por infraestrutura e serviços, e áreas caracterizadas pela precariedade habitacional e pela ausência de políticas públicas efetivas.

No atual processo de urbanização, é comum as elites estarem se dirigindo para diversas áreas distantes dos centros da cidade, buscando se autossegregar das problemáticas existentes nos centros urbanos, associado a isso, populações de baixa renda muitas vezes perdem seus espaços devido ao processo de gentrificação. Parte dessas populações devido a condições financeiras acabam ocupando áreas de risco ambiental, onde o valor da terra é menor, consequentemente essas populações sofrem com diversos problemas de moradia, principalmente em relação a infraestrutura e assistência de serviços de saneamento básico. Por conta desse processo, a segregação entre as classes se torna cada vez mais evidentes, e as classes mais segregadas é que carecem dos melhores serviços de saúde, educação e infraestrutura, enquanto as elites mantêm equipamentos em bairros privilegiados.

Além disso, a especulação imobiliária e as políticas urbanas favorecem a valorização de certas áreas, enquanto outras permanecem negligenciadas. Esse cenário aprofunda a desigualdade social, reforçando um ciclo de exclusão. A ausência de políticas habitacionais inclusivas e de planejamento urbano adequado agrava o problema, perpetuando a segregação.

A segregação socioespacial, portanto, não é apenas uma consequência do crescimento urbano, mas também um motor que perpetua a desigualdade. No caso de Rio Branco, esse modelo de segregação se torna ainda mais evidente quando se observa o perfil populacional dos moradores que vivem em áreas de risco, pois sabe-se que a moradia nessas áreas era a opção mais viável para grande parte dessas famílias.

Ao discutir a problemática de moradia e informalidade habitacional na cidade de Rio Branco-Ac, foi possível constatar que a cidade enfrenta desafios significativos no que diz respeito aos problemas de moradia e à expansão da informalidade habitacional, especialmente nos aglomerados subnormais. Esses aglomerados, caracterizados por ocupações irregulares e áreas de invasões carecem de infraestrutura básica e parte das construções são precárias. Esses espaços refletem o histórico de crescimento urbano desordenado e a falta de planejamento adequado para lidar com a demanda habitacional de uma população em expansão.

A migração acelerada para áreas urbanas de Rio Branco com a chegada da fronteira agropecuária, somada à falta de políticas públicas eficazes de habitação, levou muitas famílias de baixa renda a ocupar terrenos irregulares, muitas vezes localizadas em áreas ambientais sensíveis, como zonas de risco geológico ou áreas alagadiças. Na cidade de Rio Branco, essa realidade é visível em diversos bairros, onde a vulnerabilidade social e a precariedade das moradias se agravam devido à falta de serviços básicos, como saneamento, abastecimento de água, pavimentação e coleta de lixo.

Essas áreas de ocupação irregular também enfrentam riscos ambientais, como enchentes e deslizamentos de terras, que são potencializados pela localização às margens do rio Acre e dos principais igarapés da cidade. Além disso, a falta de regularização fundiária limita o acesso das famílias a programas de financiamento e melhoria das condições habitacionais, perpetuando um ciclo de exclusão social. O poder público, embora tenha implementado algumas iniciativas para regularizar essas áreas e promover a inclusão dessas leis no planejamento urbano, ainda enfrentou grandes obstáculos, como a carência de recursos e a resistência de interesses privados ligados à especulação imobiliária. Além disso, projetos habitacionais implementados pelo governo ainda não forma suficientes para abastecer a demanda habitacional da cidade de Rio Branco.

Ao apresentar os dados quantitativos acerca dos aglomerados subnormais de Rio Branco de acordo com os padrões urbanísticos do IBGE, foi possível compreender que apesar da homogeneidade da classificação em AGSN, esses locais possuem particularidades em relação ao risco ambiental e a necessidade de serviços básicos, assim como foi possível compreender as devidas necessidades de intervenção por parte do poder do estado. Com isto, a classificação dos padrões urbanísticos associados vulnerabilidade ambiental revelou que os aglomerados subnormais de Rio Branco, como Taquari, São Sebastião e Aeroporto Velho, são áreas que, segundo os padrões urbanísticos estabelecidos pelo IBGE, apresentam condições de moradias definidas pela informalidade e pela precariedade, além sofrerem com a problemática das enchentes. Esta situação reflete não apenas uma falta de planejamento urbano, mas também uma desigualdade no acesso a recursos básicos, como saneamento, transporte e saúde.

Essas localidades são marcadas pela ausência de regularização fundiária, o que impede os moradores de terem plenos direitos sobre suas propriedades e, consequentemente, o acesso a serviços essenciais como pavimentação de ruas, coleta regular de lixo, abastecimento de água gerenciada. Além disso, o risco ambiental é uma preocupação constante, pois muitas dessas áreas estão localizadas em terrenos de alto risco, regiões suscetíveis a alagamentos e processos erosivos, especialmente durante o período de chuvas intensas que afetam o Rio Branco durante o inverno amazônico.

De acordo com os padrões do IBGE, os aglomerados subnormais possuem padrões de urbanização deficitários, com ruas estreitas e tortuosas, lotes e edificações irregulares e uma ocupação densa do solo. Nessas áreas, a vulnerabilidade social é elevada, e a carência de políticas públicas externas à habitação adequada se torna evidente. A concentração de famílias de baixa renda, sem acesso a oportunidades econômicas e sociais, amplia o ciclo de pobreza e exclusão.

Foi possível perceber que a vulnerabilidade a enchentes é um fator crítico que agrava as condições de vida nos aglomerados subnormais, já aqueles que se localizam em terrenos estáveis as condições de infraestrutura, ambientais, e consequentemente, são melhores. Áreas como Taquari, São Sebastião e Aeroporto Velho não apenas enfrentam desafios relacionados à infraestrutura inadequada, mas no caso do Taquari e Aeroporto Velho, também sofrem com a exposição a riscos ambientais, acentuando as dificuldades socioeconômicas para seus moradores.

Observou-se que existe uma presença do poder público nos aglomerados subnormais, com algumas iniciativas vistas durante o período das alagações, ações humanitárias, resgate, transporte para abrigos. No pós-alagação kits de limpeza, cestas básicas limpeza dos entulhos na rua e etc., essas ações voltadas para atender a demanda daquele momento, muitas vezes as ações pós-enchentes deixam de chegar até a comunidade, e até mesmo no processo de entrega de kit de limpeza e cesta básica nem todas as famílias conseguem a ajuda necessária. Muitas dessas ações são insuficientes para atender às necessidades complexas e abrangentes dessas áreas. A falta de uma abordagem integrada aos representantes de comunidade e a implementação desigual das políticas públicas são fatores que limitam a eficácia das intervenções.

Diversas ações são necessárias para atender a demanda populacional, dentre entre elas, a intervenção do estado no ordenamento territorial, principalmente no processo de retiradas das famílias do seu local de vivência, é necessária uma sensibilização por parte do poder público em atender as demandas sociais da população em aglomerados, pois retirá-las do seu local de vivência e levar para um local mais segregado traz algumas dificuldades de adaptação dessa população ao novo lugar. Medidas como a regularização fundiária, a melhoria da infraestrutura básica e a gestão eficaz de riscos ambientais são essenciais para amenizar as muitas condições enfrentadas por esses assentamentos. A melhoria das condições de vida e a redução da vulnerabilidade ambiental são objetivos que exigem uma colaboração contínua entre o poder público e os moradores, além disso, é importante reiterar que a vegetação presente nas margens dos rios, amenizam muitos impactos ambientais.

A informalidade habitacional em Rio Branco é um reflexo da desigualdade socioeconômica e da ausência de políticas habitacionais abrangentes, exigindo a implementação de estratégias mais integradas a população e aos representantes dessas comunidades para garantir o direito à moradia digna e segura para todos.

O Estado precisa investir em saneamento básico, melhoria das condições habitacionais, segurança e mobilidade urbana, além de fortalecer programas de regularização fundiária e programas habitacionais para atender a demanda da cidade. É fundamental que os governos adotem políticas urbanas mais inclusivas, investindo em infraestrutura e serviços públicos em áreas periféricas, que muitas vezes são esquecidas pelos governantes, ou são consideradas áreas onerosas que não vale a pena investir, no entanto é uma distribuição mais equitativa dos recursos urbanos, torná-los acessíveis a todos. Com essas medidas integradas será possível promover a dignidade e qualidade de vida nas áreas mais vulneráveis de Rio Branco.

REFERÊNCIA

- AEROPORTO VELHO COMEMORA 51 ANOS COM MUITA FESTA NO LYDIA HAMMES. **AC 24 Horas**, Rio Branco-Ac, 17 de agosto de 2015. Disponível em: <<https://ac24horas.com/2015/08/17/aeroporto-velho-comemora-51-anos-com-muita-festa-no-lydia-hammes/>>. Acesso em Ago 2024.
- ALBUQUERQUE, Ângela Maria Bastos De. MORAIS, Maria de Jesus. **NEGROS E NEGRAS NO ESPAÇO URBANO ACREANO: UMA ANÁLISE DO PROCESSO DE FORMAÇÃO E URBANIZAÇÃO DA RUA ÁFRICA E DOS BAIRROS IRINEU SERRA, JOÃO EDUARDO E LAÉLIA ALCÂNTARA NA CIDADE DE RIO BRANCO**. Rio Branco: UÁQUIRI v. 3, n. 2, 2022. DOI: 10.29327/268458.3.2-5. Disponível em: <https://periodicos.ufac.br/index.php/Uaquiri/article/view/5695>. Acesso em: 15 ago. 2024.
- BECKER, Bertha. **Revisão das políticas de ocupação da Amazônia:** é possível identificar modelos para projetar cenários? Rio de Janeiro, 2001.
- BECKER, Bertha. **A urbe amazônica:** a floresta e a cidade. Rio de Janeiro: Garamond Universitária, 2013.
- BENTO, Victor Régio da Silva. **EXPANSÃO URBANA E SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL EM RIO BRANCO - ACRE**. 2017. 367 p. Tese (Doutorado em 2017) - Ceará: Universidade Estadual do Ceará, 2017. Disponível em: <<http://siduece.uece.br/siduece/trabalhoAcademicoPublico.jsf?id=82217>> Acesso em: novembro, 2023.
- CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. 3. ed. São Paulo: EDUSP, Editora 34, 2011. p.211- 255.

CARLOS, A. F. A. **A cidade:** repensando a geografia. 9. ed., 1^a reimp. São Paulo: Contexto, 2013.

CORRÊA, Roberto Lobato. O Espaço Urbano. 3.ed. São Paulo: Ática, 1995. p.1-94.

COSTA, Valéria Grace; NASCIMENTO, José Antônio Sena do. O conceito de favelas e assemelhados sob o olhar do IBGE, das prefeituras do Brasil e da ONU. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, 10, 2005, São Paulo. **Anais.** São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

DE SOUZA, Lilian Aparecida. CONSIDERAÇÕES ACERCA DA MERCADORIA MORADIA: a questão habitacional. **Espaço em Revista**, Catalão, v. 18, n. 2, 2017. DOI: 10.5216/er.v18i2.41640. Disponível em: <https://periodicos.ufcat.edu.br/index.php/espaco/article/view/41640>. Acesso em: 23 set. 2024.

DUARTE, Sebastião Junior Henrique; MAMEDE, Marli Villela; ANDRADE, Sônia Maria Oliveira de. Opções teórico-metodológicas em pesquisas qualitativas: representações sociais e discurso do sujeito coletivo. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 18, n. 4, dez. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010412902009000400006&lng=pt&nrm=iso>. Acessado em ago. de 2024.

FARIAS, Cleilton Sampaio de. *et.al* O CRESCIMENTO DESARTICULADO DA CIDADE DE RIO BRANCO E O ORDENAMENTO TERRITORIAL A PARTIR DO PLANO DIRETOR DE 2006. Goiás: Ateliê Geográfico, 2010. v. 4, n. 2. p.107-121.

FIGUEIREDO, Marília Z. A; CHIARI, Brasília. M.; GOULART, Bárbara N. G. de. Discurso do Sujeito Coletivo: uma breve introdução à ferramenta de pesquisa qualquantitativa. **Distúrbios da Comunicação**, v. 25, n. 1, 2013. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/dic/article/view/14931>. Acesso em ago. 2024.

GODOY, Paulo. Uma reflexão sobre a produção do espaço. **Revista Estudos Geográficos**, Rio Claro, junho, 2004. p. 29-42.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna.** São Paulo: Loyola,1993. p.185-218.

_____. **O enigma do capital:** e as crises do capitalismo. tradução de João Alexandre Peschanski. - São Paulo, SP: Boitempo, 2011.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **As favelas do Distrito Federal e o Censo Demográfico de 1950.** Rio de Janeiro: IBGE, 1953.

IBGE. **Censo demográfico 1991:** Resultados do universo relativos às características da população e dos domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 1991.

IBGE. **Censo demográfico 2010:** Aglomerados Subnormais informações territoriais. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, 2013. 251p. <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/552/cd_2010_aglomerados_subnormais_if.pdf>. Acesso em Nov, 2023.

IBGE. **Censo demográfico 2010:** Aglomerados Subnormais primeiros resultados. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, 2013. 259p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/periodicos/92/cd_2010_aglomerados_subnormais.pdf>. Acesso em Nov, 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Aglomerados Subnormais:** base tabular 2019. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/tipologias-do-territorio/15788-aglomerados-subnormais.html>>. Acesso em Nov, 2023.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Sobre a mudança de aglomerados subnormais para favelas e comunidades urbanas:** Nota Metodológica. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2102062>> . Acesso em Jan 2024.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Dados preliminares: Censo Brasileiro de 2022. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/22827-censo-demografico-2022.html?=&t=downloads>>. Acessado em Jul 2024.

KOWARICK, Lúcio. **A espoliação urbana.** 2^a ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LEFEBVRE, Henri. A produção do espaço. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev.2006

LOUREIRO, Violeta Refkalefsky. **A Amazônia no século XXI.** Novas formas de desenvolvimento. São Paulo: Editora Empório do Livro, 2009.

MARICATO, Ermínia. Habitação e cidade. Série Espaço & Debate. 3^oed., São Paulo: Atual Editora, 1997.

MARICATO, Ermínia. **POLÍTICA URBANA E DE HABITAÇÃO SOCIAL: UM ASSUNTO POUCO IMPORTANTE PARA O GOVERNO FHC** São Paulo: Hucitec, Praga. vol. 1, n. 6. 1998.

MARCONI e LAKATOS. Metodologia Científica. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2017

. _____. Metodologia do Trabalho Científico. 8 ed. São Paulo: Atlas, 2018.

MARQUES, E; TORRES, H. G.; SARAIVA, C. Favelas no município de São Paulo: estimativas de população para os anos de 1991, 1996 e 2000. **Anais.** São Paulo: ANPUR, 2002.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). DESLANDES, Suely Ferreira. GOMES, Romeu. Pesquisa social: Teoria, método e criatividade. 31 ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

MORAIS, Maria de Jesus. VENTURATO, Raquel Duarte. **Reforma Urbana nas cidades de Manaus (AM) e Rio Branco (AC): entre o “deslocamento” forçado e a “despossessão” de bens materiais simbólicos.** Contemporânea. São Paulo, v.3, n.1, p. 89-110, jan-jun. 2013.

NADALIN, Vanessa Gapriotti. et al. **Caracterização e evolução dos aglomerados subnormais (2000-2010):** em busca de um retrato mais preciso da precariedade urbana e habitacional em metrópoles brasileiras. In: IPEA – INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Brasil em desenvolvimento 2013: Estado, planejamento e políticas públicas. Brasília: Ipea, 2013, p. 697-727. Disponível em: <goo.gl/uZWNIG>. Acesso em Jan 2023.

PORTAL BRASIL. **Censo 2010 mostra que cerca de 11,4 milhões de brasileiros vivem em aglomerados subnormais.** Publicado em: 21 de dez. de 2011. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/infraestrutura/2011/12/censo-2010-mostra-que-cerca-de-11-4-milhoes-de-brasileiros-vivem-em-aglomerados-subnormais>>. Acesso em: 26 de jul. de 2024.

PORTE-GONÇALVES, Carlos Walter. **Amazônia, Amazônias.** 3.ed. 1ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2022.

RIO BRANCO ACRE. **Decreto nº 068, de 16 de janeiro de 2014.** Regionais Urbanas. Rio Branco, p. 1-19, 2014. Disponível em: <portalcgm.riobranco.ac.gov.br/lai/wp-content/uploads/2012/05/DECRETO-Nº-068-2014-REGIONAIS-URBANAS.pdf>. Acesso em Ago de 2024.

RIO BRANCO. Prefeitura Municipal de Rio Branco. **Reformulação do Plano diretor da cidade de Rio Branco.** Rio Branco, AC: Prefeitura Municipal de Rio Branco 2016.

RIO BRANCO. **Plano de Contingência operacional de enchente 2019.** Rio Branco AC: Prefeitura de Rio Branco, 2019. Disponível em: <portalcgm.riobranco.ac.gov.br/portal/wp-content/uploads/2015/02/PLANO-DE-CONTING%C3%8ANCIA-OPERACIONAL-DE-ENCHENTE-2019.pdf>. Acesso em Ago de 2024.

ROLNIK. Raquel. **Paisagens para a renda, paisagens para a vida:** disputas contemporâneas pelo território urbano. Indisciplinar, v. 5, n. 1, 2019, p. 20-43. Disponível em: <<https://periodicos.ufmg.br/index.php/indisciplinar/article/view/32741/26190>>. Acesso em Jan 2024.

SANTOS, Daniel. et al. **Índice de Progresso Social na Amazônia Brasileira:** IPS Amazônia 2014 (Resumo Executivo). Belém: Imazon e Social Progress Imperative; 2014.

SANTOS, Milton. **Espacio y Método.** Cuadernos Críticos de Geografía Humana. Año XII. nº65. Barcelona: Universidad de Barcelona, 1986 p.1-64.

SEVERINO, Antônio Joaquim. **Metodologia do trabalho científico.** 23 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

SILVA, Jose Antonio da. MENDONÇA, Renato Ribeiro. Risco Geológico, Áreas De Risco, Desastre Natural, Movimentos De Massa, Inundação, Rio Branco Acre (Sig; Dados Vetoriais). Rio Branco: CRPM, 2018. Disponível em: <<https://rigeo.sgb.gov.br/jspui/handle/doc/18272>>. Acessado em: Jun, 2024.

SUERTEGARAY, Dirce Maria Antunes. Espaço Geográfico uno e múltiplo. Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales. Barcelona, n.93, 2001.

TUAN, Yi-Fu. **Espaço e lugar:** a perspectiva da experiência. (Tradução de Lívia de Oliveira) São Paulo: DIFEL, 1983

VIEIRA, A. B.; MELAZZO, E. S. **Introdução ao conceito de segregação socioespacial.** Formação (Online), [S. l.], v. 1, n. 10, 2012. DOI: 10.33081/formacao. v1i10.1118. Disponível em: <<https://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/1118>>. Acesso em: 1 fev. 2024.

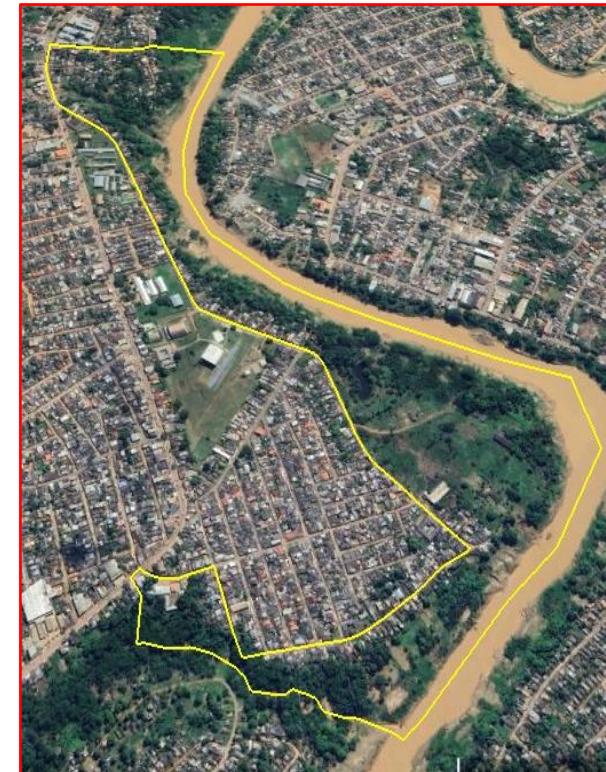
APÊNDICES

Análise Quantitativa dos Aglomerados Subnormais de Rio Branco

QUADRO 5: Análise quantitativa do AGSN 02 – Aeroporto Velho

AGSN 02 – Aeroporto Velho		
Dimensões e indicadores	Pontuação	Valor normalizado
Dimensão 1: Padrões urbanísticos		
Regularidade do Arruamento	3	0,500
Regularidade dos lotes	1	0,250
Vias internas de circulação	1	0,000
Veículo de circulação em via interna	1	0,000
Padrão de endereçamento para a Cnefe	2	0,250
Espaçamento entre construções	2	0,500
Média		0,250
Dimensão 2: Risco geológico		
Quanto à localização em área de risco geológico e presença de aquífero	1	0,000
Média - Dimensões 1 e 2		0,125

FIGURA 25: Localização do AGSN 02 – Aeroporto Velho

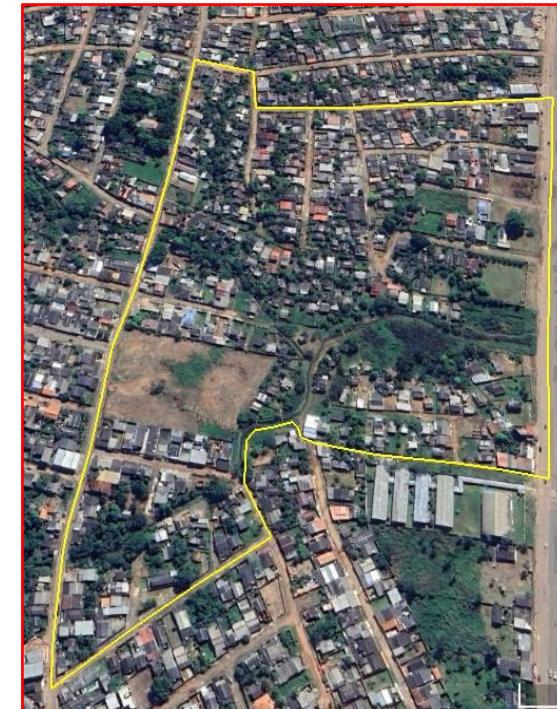


FONTE: Google Earth, 2023.

QUADRO 6: Análise quantitativa do AGSN 03 – Alto Alegre

AGSN 03 – Alto Alegre		
Dimensões e indicadores	Pontuação	Valor normalizado
Dimensão 1: Padrões urbanísticos		
Regularidade do Arruamento	2	0,250
Regularidade dos lotes	3	0,500
Vias internas de circulação	3	0,666
Veículo de circulação em via interna	3	0,666
Padrão de endereçamento para a Cnefe	4	0,750
Espaçamento entre construções	2	0,500
Média		0,555
Dimensão 2: Risco geológico		
Quanto à localização em área de risco geológico e presença de aquífero	3	1,000
Média - Dimensões 1 e 2		0,777

FIGURA 26: Localização do AGSN 03 - Alto Alegre

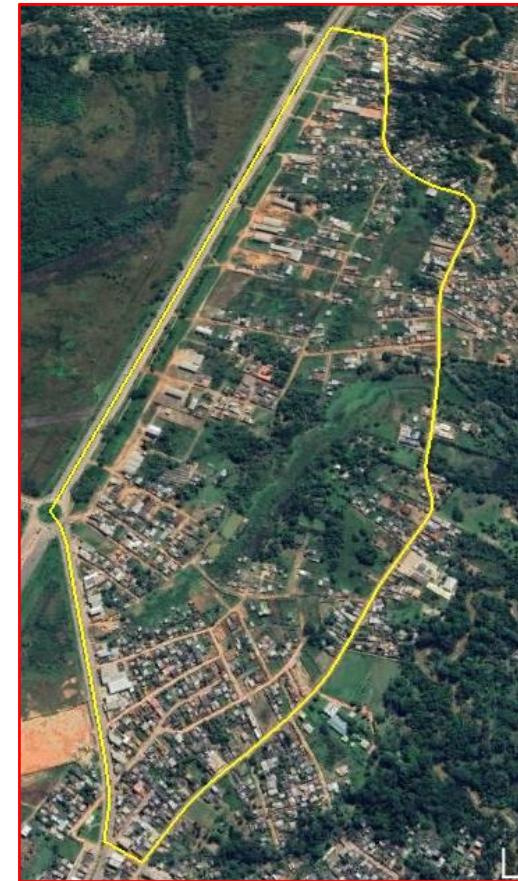


FONTE: Google Earth, 2023.

QUADRO 7: Análise quantitativa do AGSN 04 – Areal

AGSN 04 – Areal		
Dimensões e indicadores	Pontuação	Valor normalizado
Dimensão 1: Padrões urbanísticos		
Regularidade do Arruamento	2	0,250
Regularidade dos lotes	2	0,250
Vias internas de circulação	3	0,666
Veículo de circulação em via interna	3	0,666
Padrão de endereçamento para a Cnefe	4	0,750
Espaçamento entre construções	2	0,500
Média		0,514
Dimensão 2: Risco geológico		
Quanto à localização em área de risco geológico e presença de aquífero	1	0,000
Média - Dimensões 1 e 2		0,257

FIGURA 27: Localização do AGSN 04 - Areal



FONTE: Google Earth, 2023.

QUADRO 8: Análise quantitativa do AGSN 05 – Ayrton Senna

AGSN 05 – Ayrton Senna		
Dimensões e indicadores	Pontuação	Valor normalizado
Dimensão 1: Padrões urbanísticos		
Regularidade do Arruamento	4	0,750
Regularidade dos lotes	4	0,250
Vias internas de circulação	4	1,000
Veículo de circulação em via interna	4	1,000
Padrão de endereçamento para a Cnefe	4	0,750
Espaçamento entre construções	2	0,500
Média		0,709
Dimensão 2: Risco geológico		
Quanto à localização em área de risco geológico e presença de aquífero	1	0,000
Média - Dimensões 1 e 2		0,354

FIGURA 28: Localização do AGSN 05 - Ayrton Senna



FONTE: Google Earth, 2023.

QUADRO 9: Análise quantitativa do AGSN 06 – Baixada da Cadeia Velha

AGSN 06 – Baixada da Cadeia Velha		
Dimensões e indicadores	Pontuação	Valor normalizado
Dimensão 1: Padrões urbanísticos		
Regularidade do Arruamento	2	0,250
Regularidade dos lotes	2	0,250
Vias internas de circulação	4	1,000
Veículo de circulação em via interna	3	0,666
Padrão de endereçamento para a Cnefe	4	0,750
Espaçamento entre construções	2	0,500
Média		0,569
Dimensão 2: Risco geológico		
Quanto à localização em área de risco geológico e presença de aquífero	2	0,500
Média - Dimensões 1 e 2		0,534

FIGURA 29: Localização do AGSN 06- Baixada da Cadeia Velha

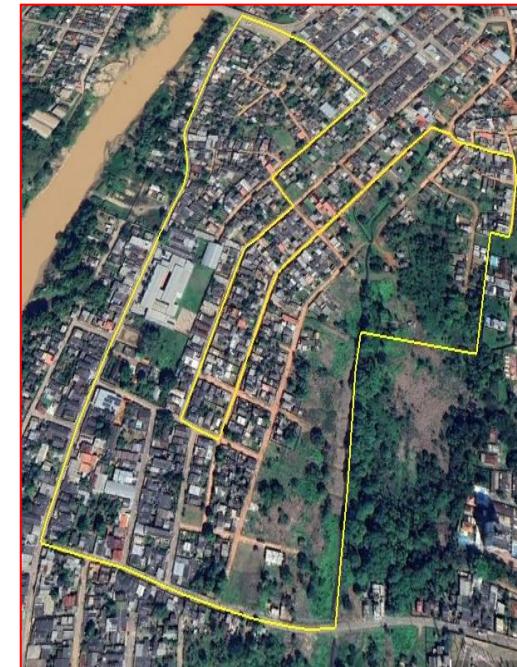


FONTE: Google Earth, 2023.

QUADRO 10: Análise quantitativa do AGSN 07 – Baixada da Habitasa

AGSN 07 – Baixada da Habitasa		
Dimensões e indicadores	Pontuação	Valor normalizado
Dimensão 1: Padrões urbanísticos		
Regularidade do Arruamento	3	0,500
Regularidade dos lotes	3	0,500
Vias internas de circulação	4	1,000
Veículo de circulação em via interna	4	1,000
Padrão de endereçamento para a Cnefe	5	1,000
Espaçamento entre construções	2	0,500
Média		0,750
Dimensão 2: Risco geológico		
Quanto à localização em área de risco geológico e presença de aquífero	2	0,500
Média - Dimensões 1 e 2		0,625

FIGURA 30: Localização do AGSN 07- Baixada da Habitasa



FONTE: Google Earth, 2023.

QUADRO 11: Análise quantitativa do AGSN 08 – Belo Jardim

AGSN 08 – Belo Jardim		
Dimensões e indicadores	Pontuação	Valor normalizado
Dimensão 1: Padrões urbanísticos		
Regularidade do Arruamento	2	0,250
Regularidade dos lotes	3	0,750
Vias internas de circulação	3	0,666
Veículo de circulação em via interna	3	0,666
Padrão de endereçamento para a Cnefe	3	0,500
Espaçamento entre construções	1	1,000
Média		0,638
Dimensão 2: Risco geológico		
Quanto à localização em área de risco geológico e presença de aquífero	1	0,000
Média - Dimensões 1 e 2		0,319

FIGURA 31: Localização do AGSN 08- Belo Jardim



FONTE: Google Earth, 2023.

QUADRO 12: Análise quantitativa do AGSN 09 – Benfica

AGSN 06 – Benfica		
Dimensões e indicadores	Pontuação	Valor normalizado
Dimensão 1: Padrões urbanísticos		
Regularidade do Arruamento	3	0,500
Regularidade dos lotes	3	0,500
Vias internas de circulação	3	0,666
Veículo de circulação em via interna	3	0,666
Padrão de endereçamento para a Cnefe	3	0,500
Espaçamento entre construções	3	1,000
Média		0,638
Dimensão 2: Risco geológico		
Quanto à localização em área de risco geológico e presença de aquífero	3	1,000
Média - Dimensões 1 e 2		0,819

FIGURA 32: Localização do AGSN 09- Benfica



FONTE: Google Earth, 2023.

QUADRO 13: Análise quantitativa do AGSN 10 – Caladinho

AGSN 10 – Caladinho		
Dimensões e indicadores	Pontuação	Valor normalizado
Dimensão 1: Padrões urbanísticos		
Regularidade do Arruamento	3	0,500
Regularidade dos lotes	3	0,500
Vias internas de circulação	3	0,666
Veículo de circulação em via interna	3	0,666
Padrão de endereçamento para a Cnefe	4	0,750
Espaçamento entre construções	1	0,000
Média		0,513
Dimensão 2: Risco geológico		
Quanto à localização em área de risco geológico e presença de aquífero	3	1,000
Média - Dimensões 1 e 2		0,756

FIGURA 33: localização do AGSN 10- Caladinho



FONTE: Google Earth, 2023.

QUADRO 14: Análise quantitativa do AGSN 11 – Canaã

AGSN 11 - Canaã		
Dimensões e indicadores	Pontuação	Valor normalizado
Dimensão 1: Padrões urbanísticos		
Regularidade do Arruamento	3	0,500
Regularidade dos lotes	3	0,500
Vias internas de circulação	3	0,666
Veículo de circulação em via interna	4	1,000
Padrão de endereçamento para a Cnefe	3	0,500
Espaçamento entre construções	2	0,500
Média		0,611
Dimensão 2: Risco geológico		
Quanto à localização em área de risco geológico e presença de aquífero	1	0,000
Média - Dimensões 1 e 2		0,305

FIGURA 34: Localização do AGSN 11- Canaã



FONTE: Google Earth, 2023.

QUADRO 15: Análise quantitativa do AGSN 12 – Casa Nova

AGSN 12 – Casa Nova		
Dimensões e indicadores	Pontuação	Valor normalizado
Dimensão 1: Padrões urbanísticos		
Regularidade do Arruamento	2	0,250
Regularidade dos lotes	3	0,500
Vias internas de circulação	3	0,666
Veículo de circulação em via interna	3	0,666
Padrão de endereçamento para a Cnefe	3	0,500
Espaçamento entre construções	2	0,500
Média		0,402
Dimensão 2: Risco geológico		
Quanto à localização em área de risco geológico e presença de aquífero	2	0,500
Média - Dimensões 1 e 2		0,451

FIGURA 35: Localização do AGSN 12- Casa Nova



FONTE: Google Earth, 2023.

QUADRO 16: Análise quantitativa do AGSN 13 – Cidade Nova

AGSN 13 – Cidade Nova		
Dimensões e indicadores	Pontuação	Valor normalizado
Dimensão 1: Padrões urbanísticos		
Regularidade do Arruamento	3	0,500
Regularidade dos lotes	3	0,500
Vias internas de circulação	3	0,666
Veículo de circulação em via interna	4	1,000
Padrão de endereçamento para a Cnefe	4	0,750
Espaçamento entre construções	2	0,500
Média		0,652
Dimensão 2: Risco geológico		
Quanto à localização em área de risco geológico e presença de aquífero	1	0,000
Média - Dimensões 1 e 2		0,326

FIGURA 36: Localização do AGSN 13- Cidade Nova



FONTE: Google Earth, 2023.

QUADRO 17: Análise quantitativa do AGSN 14 – Comara

AGSN 14 – Comara		
Dimensões e indicadores	Pontuação	Valor normalizado
Dimensão 1: Padrões urbanísticos		
Regularidade do Arruamento	4	0,750
Regularidade dos lotes	3	0,500
Vias internas de circulação	4	1,000
Veículo de circulação em via interna	3	0,666
Padrão de endereçamento para a Cnefe	4	0,750
Espaçamento entre construções	2	0,500
Média		0,694
Dimensão 2: Risco geológico		
Quanto à localização em área de risco geológico e presença de aquífero	1	0,000
Média - Dimensões 1 e 2		0,319

FIGURA 37: Localização do AGSN 14 – Comara



FONTE: Google Earth, 2023.

QUADRO 18: Análise quantitativa do AGSN 15 – Dom Giocondo

AGSN 15 – Dom Giocondo		
Dimensões e indicadores	Pontuação	Valor normalizado
Dimensão 1: Padrões urbanísticos		
Regularidade do Arruamento	1	0,000
Regularidade dos lotes	2	0,250
Vias internas de circulação	2	0,333
Veículo de circulação em via interna	1	0,000
Padrão de endereçamento para a Cnefe	4	0,750
Espaçamento entre construções	1	0,000
Média		0,222
Dimensão 2: Risco geológico		
Quanto à localização em área de risco geológico e presença de aquífero	2	0,500
Média - Dimensões 1 e 2		0,361

FIGURA 38: Localização do AGSN 15 – Dom Giocondo



FONTE: Google Earth, 2023.

QUADRO 19: Análise quantitativa do AGSN 16 – Hélio Melo

AGSN 16 – Hélio Melo		
Dimensões e indicadores	Pontuação	Valor normalizado
Dimensão 1: Padrões urbanísticos		
Regularidade do Arruamento	4	0,750
Regularidade dos lotes	4	0,750
Vias internas de circulação	4	1,000
Veículo de circulação em via interna	3	0,666
Padrão de endereçamento para a Cnefe	4	0,750
Espaçamento entre construções	2	0,500
Média		0,736
Dimensão 2: Risco geológico		
Quanto à localização em área de risco geológico e presença de aquífero	3	1,000
Média - Dimensões 1 e 2		0,868

FIGURA 39: Localização do AGSN 16 – Hélio Melo



FONTE: Google Earth, 2023.

QUADRO 20: Análise quantitativa do AGSN 17 – Invasão do Amapá

AGSN 17 – Invasão do Amapá		
Dimensões e indicadores	Pontuação	Valor normalizado
Dimensão 1: Padrões urbanísticos		
Regularidade do Arruamento	2	0,250
Regularidade dos lotes	2	0,250
Vias internas de circulação	2	0,333
Veículo de circulação em via interna	2	0,333
Padrão de endereçamento para a Cnefe	3	0,500
Espaçamento entre construções	3	1,000
Média		0,444
Dimensão 2: Risco geológico		
Quanto à localização em área de risco geológico e presença de aquífero	2	0,500
Média - Dimensões 1 e 2		0,472

FIGURA 40: Localização do AGSN 17 – Invasão do Amapá



FONTE: Google Earth, 2023.

QUADRO 21: Análise quantitativa do AGSN 18 – Invasão do Sabiá

AGSN 18 – Invasão do Sabiá		
Dimensões e indicadores	Pontuação	Valor normalizado
Dimensão 1: Padrões urbanísticos		
Regularidade do Arruamento	2	0,250
Regularidade dos lotes	2	0,250
Vias internas de circulação	3	0,666
Veículo de circulação em via interna	2	0,333
Padrão de endereçamento para a Cnefe	2	0,250
Espaçamento entre construções	2	0,500
Média		0,374
Dimensão 2: Risco geológico		
Quanto à localização em área de risco geológico e presença de aquífero	3	1,000
Média - Dimensões 1 e 2		0,687

FIGURA 41: Localização do AGSN 18 – Invasão do Sabiá

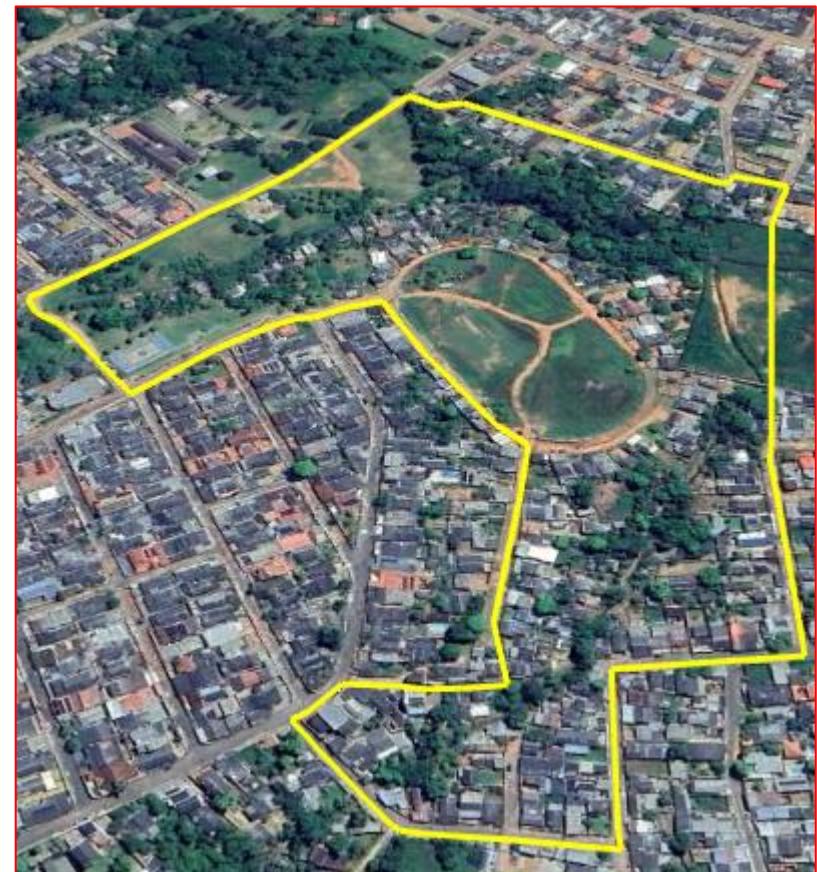


FONTE: Google Earth, 2023.

QUADRO 22: Análise quantitativa do AGSN 19 – Jardim Primavera

AGSN 19 – Jardim Primavera		
Dimensões e indicadores	Pontuação	Valor normalizado
Dimensão 1: Padrões urbanísticos		
Regularidade do Arruamento	3	0,500
Regularidade dos lotes	4	0,750
Vias internas de circulação	4	1,000
Veículo de circulação em via interna	3	0,666
Padrão de endereçamento para a Cnefe	3	0,500
Espaçamento entre construções	1	0,000
Média		0,458
Dimensão 2: Risco geológico		
Quanto à localização em área de risco geológico e presença de aquífero	3	1,000
Média - Dimensões 1 e 2		0,729

FIGURA 42: Localização do AGSN 19 – Jardim Primavera



FONTE: Google Earth, 2023.

QUADRO 23: Análise quantitativa do AGSN 20 – João Eduardo II

AGSN 20 – João Eduardo II		
Dimensões e indicadores	Pontuação	Valor normalizado
Dimensão 1: Padrões urbanísticos		
Regularidade do Arruamento	3	0,500
Regularidade dos lotes	2	0,250
Vias internas de circulação	1	0,000
Veículo de circulação em via interna	2	0,333
Padrão de endereçamento para a Cnefe	3	0,500
Espaçamento entre construções	1	0,000
Média		0,264
Dimensão 2: Risco geológico		
Quanto à localização em área de risco geológico e presença de aquífero	2	0,500
Média - Dimensões 1 e 2		0,382

FIGURA 43: Localização do AGSN 20 – João Eduardo II

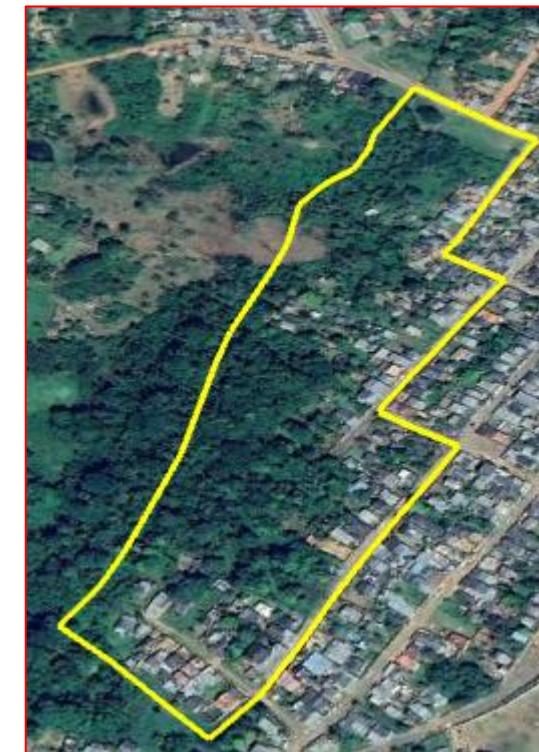


FONTE: Google Earth, 2023.

QUADRO 24: Análise quantitativa do AGSN 21 – Laélia Alcântara

AGSN 21 – Laélia Alcântara		
Dimensões e indicadores	Pontuação	Valor normalizado
Dimensão 1: Padrões urbanísticos		
Regularidade do Arruamento	2	0,250
Regularidade dos lotes	2	0,250
Vias internas de circulação	4	1,000
Veículo de circulação em via interna	4	1,000
Padrão de endereçamento para a Cnefe	2	0,250
Espaçamento entre construções	2	0,500
Média		0,541
Dimensão 2: Risco geológico		
Quanto à localização em área de risco geológico e presença de aquífero	2	0,500
Média - Dimensões 1 e 2		0,520

FIGURA 44: Localização do AGSN 21 – Laélia Alcântara



FONTE: Google Earth, 2023.

QUADRO 25: Análise quantitativa do AGSN 22 – Morada do Sol

AGSN 22 – Morada do Sol		
Dimensões e indicadores	Pontuação	Valor normalizado
Dimensão 1: Padrões urbanísticos		
Regularidade do Arruamento	3	0,500
Regularidade dos lotes	4	0,750
Vias internas de circulação	3	0,666
Veículo de circulação em via interna	3	0,666
Padrão de endereçamento para a Cnefe	4	0,750
Espaçamento entre construções	1	0,000
Média		0,555
Dimensão 2: Risco geológico		
Quanto à localização em área de risco geológico e presença de aquífero	2	0,500
Média - Dimensões 1 e 2		0,572

FIGURA 45: Localização do AGSN 22 – Morada do Sol



FONTE: Google Earth, 2023.

QUADRO 26: Análise quantitativa do AGSN 23 – Nova Esperança

AGSN 23 – Nova Esperança		
Dimensões e indicadores	Pontuaçã o	Valor normalizad o
Dimensão 1: Padrões urbanísticos		
Regularidade do Arruamento	4	0,750
Regularidade dos lotes	4	0,750
Vias internas de circulação	4	1,000
Veículo de circulação em via interna	4	1,000
Padrão de endereçamento para a Cnefe	4	0,750
Espaçamento entre construções	2	0,500
Média		0,792
Dimensão 2: Risco geológico		
Quanto à localização em área de risco geológico e presença de aquífero	3	1,000
Média - Dimensões 1 e 2		0,896

FIGURA 46: Localização do AGSN 23 - Nova Esperança

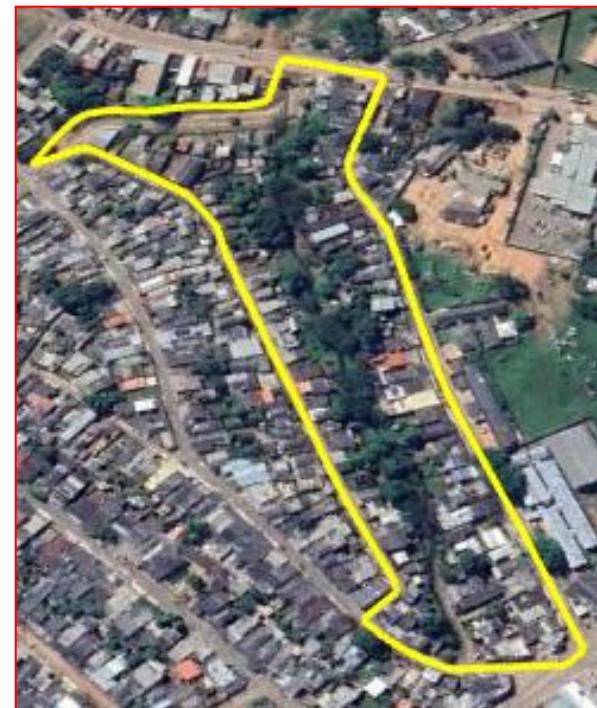


FONTE: Google Earth, 2023.

QUADRO 27: Análise quantitativa do AGSN 24 – Palheral

AGSN 24 – Palheral		
Dimensões e indicadores	Pontuação	Valor normalizado
Dimensão 1: Padrões urbanísticos		
Regularidade do Arruamento	2	0,250
Regularidade dos lotes	2	0,250
Vias internas de circulação	1	0,000
Veículo de circulação em via interna	1	0,000
Padrão de endereçamento para a Cnefe	2	0,250
Espaçamento entre construções	2	0,500
Média		0,208
Dimensão 2: Risco geológico		
Quanto à localização em área de risco geológico e presença de aquífero	2	0,500
Média - Dimensões 1 e 2		0,354

FIGURA 47: Localização do AGSN 24 – Palheral



FONTE: Google Earth, 2023.

QUADRO 28: Análise quantitativa do AGSN 25 – Parque das Palmeiras

AGSN 25 – Parque das Palmeiras		
Dimensões e indicadores	Pontuação	Valor normalizado
Dimensão 1: Padrões urbanísticos		
Regularidade do Arruamento	4	0,750
Regularidade dos lotes	3	0,500
Vias internas de circulação	4	1,000
Veículo de circulação em via interna	4	1,000
Padrão de endereçamento para a Cnefe	3	0,500
Espaçamento entre construções	1	0,000
Média		0,625
Dimensão 2: Risco geológico		
Quanto à localização em área de risco geológico e presença de aquífero	3	1,000
Média - Dimensões 1 e 2		0,812

FIGURA 48: Localização do AGSN 25 – Parque das palmeiras



FONTE: Google Earth, 2023.

QUADRO 29: Análise quantitativa do AGSN 26 – Paz

AGSN 26 – Paz		
Dimensões e indicadores	Pontuação	Valor normalizado
Dimensão 1: Padrões urbanísticos		
Regularidade do Arruamento	4	0,750
Regularidade dos lotes	3	0,500
Vias internas de circulação	4	1,000
Veículo de circulação em via interna	4	1,000
Padrão de endereçamento para a Cnefe	4	0,750
Espaçamento entre construções	1	0,000
Média		0,666
Dimensão 2: Risco geológico		
Quanto à localização em área de risco geológico e presença de aquífero	3	1,000
Média - Dimensões 1 e 2		0,833

FIGURA 49: Localização do AGSN 26 – Paz

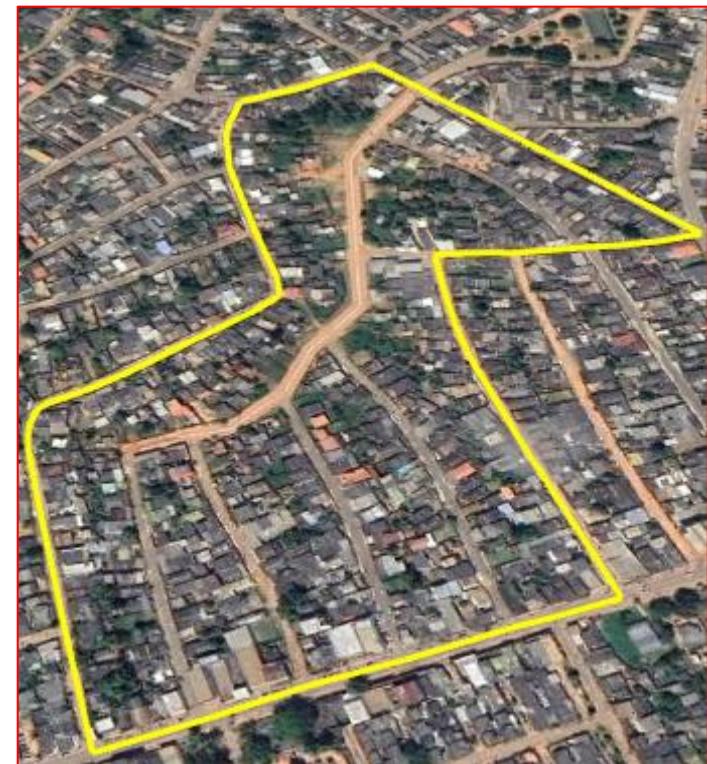


FONTE: Google Earth, 2023.

QUADRO 30: Análise quantitativa do AGSN 27 – Pista

AGSN 27 – Pista		
Dimensões e indicadores	Pontuação	Valor normalizado
Dimensão 1: Padrões urbanísticos		
Regularidade do Arruamento	5	1,000
Regularidade dos lotes	4	0,750
Vias internas de circulação	4	1,000
Veículo de circulação em via interna	4	1,000
Padrão de endereçamento para a Cnefe	5	1,000
Espaçamento entre construções	1	0,000
Média		0,792
Dimensão 2: Risco geológico		
Quanto à localização em área de risco geológico e presença de aquífero	1	0,000
Média - Dimensões 1 e 2		0,396

FIGURA 50: Localização do AGSN 27 – Pista



FONTE: Google Earth, 2023.

QUADRO 31: Análise quantitativa do AGSN 28– Preventório

AGSN 28 – Preventório		
Dimensões e indicadores	Pontuação	Valor normalizado
Dimensão 1: Padrões urbanísticos		
Regularidade do Arruamento	3	0,500
Regularidade dos lotes	2	0,250
Vias internas de circulação	4	1,000
Veículo de circulação em via interna	3	0,666
Padrão de endereçamento para a Cnefe	3	0,500
Espaçamento entre construções	1	0,000
Média		0,486
Dimensão 2: Risco geológico		
Quanto à localização em área de risco geológico e presença de aquífero	1	0,000
Média - Dimensões 1 e 2		0,243

FIGURA 51: Localização do AGSN 28 – Preventório

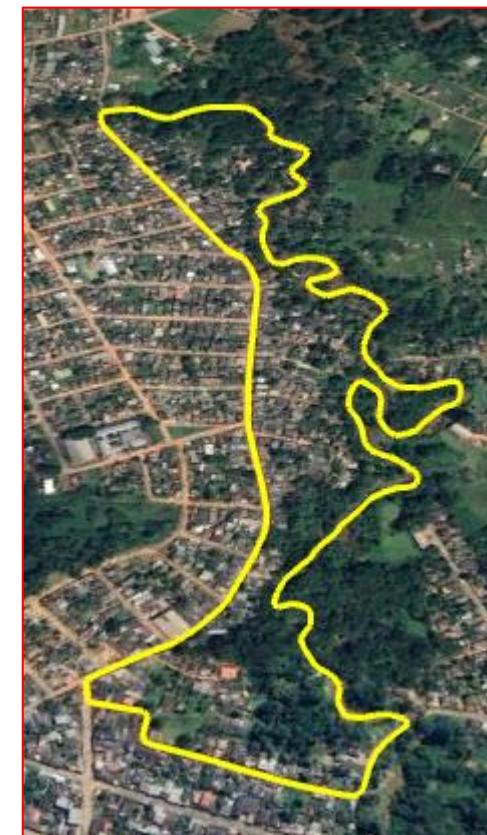


FONTE: Google Earth, 2023.

QUADRO 32: Análise quantitativa do AGSN 29 – Recanto dos Buritis

AGSN 29 – Recanto dos Buritis		
Dimensões e indicadores	Pontuação	Valor normalizado
Dimensão 1: Padrões urbanísticos		
Regularidade do Arruamento	2	0,250
Regularidade dos lotes	3	0,500
Vias internas de circulação	1	0,000
Veículo de circulação em via interna	2	0,333
Padrão de endereçamento para a Cnefe	3	0,500
Espaçamento entre construções	1	0,000
Média		0,264
Dimensão 2: Risco geológico		
Quanto à localização em área de risco geológico e presença de aquífero	2	0,500
Média - Dimensões 1 e 2		0,382

FIGURA 52: Localização do AGSN 29 – Recanto dos Buritis

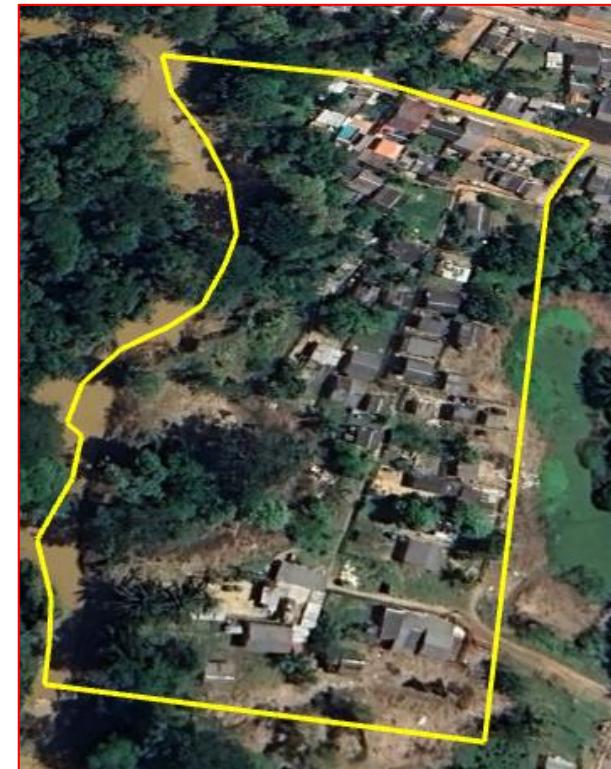


FONTE: Google Earth, 2023.

QUADRO 33: Análise quantitativa do AGSN 30 – São Francisco

AGSN 30 – São Francisco		
Dimensões e indicadores	Pontuação	Valor normalizado
Dimensão 1: Padrões urbanísticos		
Regularidade do Arruamento	2	0,250
Regularidade dos lotes	2	0,250
Vias internas de circulação	1	0,000
Veículo de circulação em via interna	2	0,333
Padrão de endereçamento para a Cnefe	3	0,500
Espaçamento entre construções	2	0,500
Média		0,305
Dimensão 2: Risco geológico		
Quanto à localização em área de risco geológico e presença de aquífero	2	0,500
Média - Dimensões 1 e 2		0,403

FIGURA 53: Localização do AGSN 30 – São Francisco

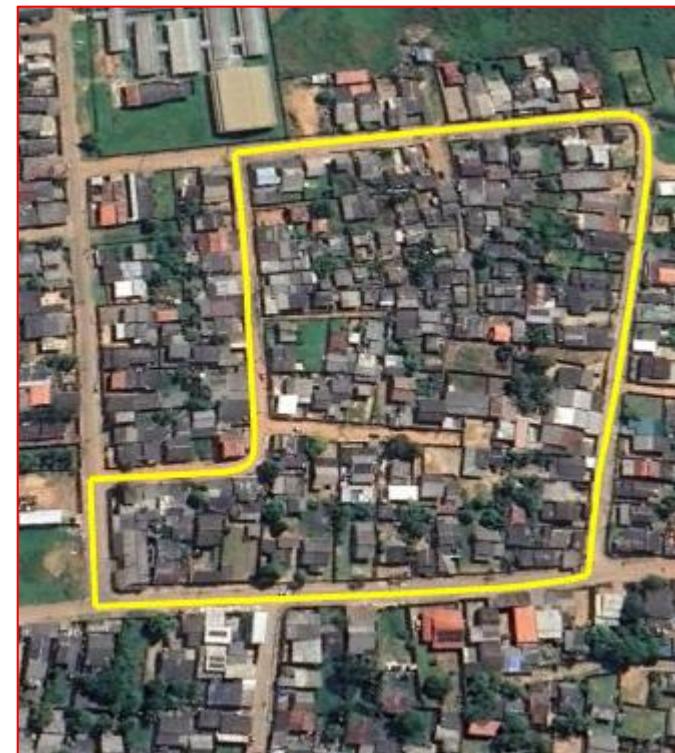


FONTE: Google Earth, 2023.

QUADRO 34: Análise quantitativa do AGSN 31 – São Sebastião

AGSN 31 – São Sebastião		
Dimensões e indicadores	Pontuação	Valor normalizado
Dimensão 1: Padrões urbanísticos		
Regularidade do Arruamento	2	0,250
Regularidade dos lotes	2	0,250
Vias internas de circulação	3	0,666
Veículo de circulação em via interna	3	0,666
Padrão de endereçamento para a Cnefe	2	0,250
Espaçamento entre construções	1	0,000
Média		0,347
Dimensão 2: Risco geológico		
Quanto à localização em área de risco geológico e presença de aquífero	1	0,000
Média - Dimensões 1 e 2		0,173

FIGURA 54: Localização do AGSN 31 – São Sebastião

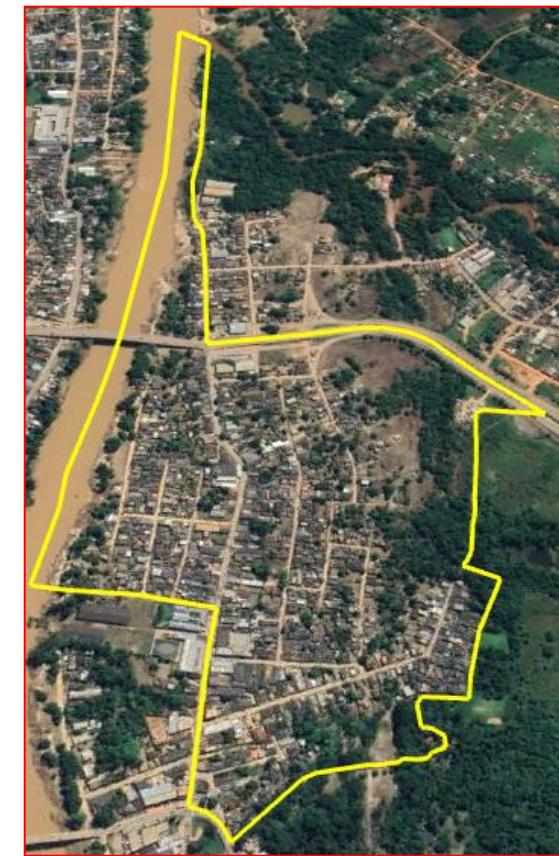


FONTE: Google Earth, 2023.

QUADRO 35: Análise quantitativa do AGSN 32 – Seis de Agosto

AGSN 32 – Seis de Agosto		
Dimensões e indicadores	Pontuação	Valor normalizado
Dimensão 1: Padrões urbanísticos		
Regularidade do Arruamento	4	0,750
Regularidade dos lotes	4	0,750
Vias internas de circulação	4	1,000
Veículo de circulação em via interna	4	1,000
Padrão de endereçamento para a Cnefe	5	1,000
Espaçamento entre construções	2	0,500
Média		0,834
Dimensão 2: Risco geológico		
Quanto à localização em área de risco geológico e presença de aquífero	1	0,000
Média - Dimensões 1 e 2		0,417

FIGURA 55: Localização do AGSN 32 – Seis de Agosto



FONTE: Google Earth, 2023.

QUADRO 36: Análise quantitativa do AGSN 33 – Sobral

AGSN 33 – Sobral		
Dimensões e indicadores	Pontuação	Valor normalizado
Dimensão 1: Padrões urbanísticos		
Regularidade do Arruamento	4	0,750
Regularidade dos lotes	3	0,500
Vias internas de circulação	4	1,000
Veículo de circulação em via interna	4	1,000
Padrão de endereçamento para a Cnefe	4	0,750
Espaçamento entre construções	2	0,500
Média		0,750
Dimensão 2: Risco geológico		
Quanto à localização em área de risco geológico e presença de aquífero	1	0,000
Média - Dimensões 1 e 2		0,375

FIGURA 56: Localização do AGSN 33 – Sobral



FONTE: Google Earth, 2023.

QUADRO 37: Análise quantitativa do AGSN 34 – Taquari

AGSN 34 – Taquari		
Dimensões e indicadores	Pontuação	Valor normalizado
Dimensão 1: Padrões urbanísticos		
Regularidade do Arruamento	3	0,500
Regularidade dos lotes	2	0,250
Vias internas de circulação	3	0,666
Veículo de circulação em via interna	3	0,666
Padrão de endereçamento para a Cnefe	3	0,500
Espaçamento entre construções	2	0,500
Média		0,402
Dimensão 2: Risco geológico		
Quanto à localização em área de risco geológico e presença de aquífero	1	0,000
Média - Dimensões 1 e 2		0,201

FIGURA 57: Localização do AGSN 34 – Taquari



FONTE: Google Earth, 2023.

QUADRO 38: Análise quantitativa do AGSN 35 – Triângulo

AGSN 35 – Triângulo		
Dimensões e indicadores	Pontuação	Valor normalizado
Dimensão 1: Padrões urbanísticos		
Regularidade do Arruamento	2	0,250
Regularidade dos lotes	2	0,250
Vias internas de circulação	3	0,666
Veículo de circulação em via interna	3	0,666
Padrão de endereçamento para a Cnefe	3	0,500
Espaçamento entre construções	2	0,500
Média		0,472
Dimensão 2: Risco geológico		
Quanto à localização em área de risco geológico e presença de aquífero	1	0,000
Média - Dimensões 1 e 2		0,236

FIGURA 58: Localização do AGSN 35 – Triângulo

FONTE: Google Earth, 2023.

QUADRO 39: Análise quantitativa do AGSN 36 – Vila Acre

AGSN 36 – Vila Acre		
Dimensões e indicadores	Pontuação	Valor normalizado
Dimensão 1: Padrões urbanísticos		
Regularidade do Arruamento	3	0,500
Regularidade dos lotes	3	0,500
Vias internas de circulação	4	1,000
Veículo de circulação em via interna	4	1,000
Padrão de endereçamento para a Cnefe	4	0,750
Espaçamento entre construções	2	0,500
Média		0,708
Dimensão 2: Risco geológico		
Quanto à localização em área de risco geológico e presença de aquífero	2	0,500
Média - Dimensões 1 e 2		0,604

FIGURA 59: Localização do AGSN 36 – Vila Acre



FONTE: Google Earth, 2023.

QUADRO 40: Análise quantitativa do AGSN 37 – Vitória

AGSN 37 – Vitória		
Dimensões e indicadores	Pontuação	Valor normalizado
Dimensão 1: Padrões urbanísticos		
Regularidade do Arruamento	3	0,500
Regularidade dos lotes	2	0,250
Vias internas de circulação	1	0,000
Veículo de circulação em via interna	3	0,666
Padrão de endereçamento para a Cnefe	3	0,500
Espaçamento entre construções	2	0,500
Média		0,403
Dimensão 2: Risco geológico		
Quanto à localização em área de risco geológico e presença de aquífero	2	0,500
Média - Dimensões 1 e 2		0,451

FIGURA 60: Localização do AGSN 37 – Vitória



FONTE: Google Earth, 2023.